



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 078 - TERÇA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM¹ Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

¹ Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

EXPEDIENTE	
José Alexandre Lima Gazineo Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 86ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE JUNHO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 89/2009 (nº 374/2009, na origem), de 28 de maio último, informando que se ausentará do País no período de 31 de maio a 4 de junho de 2009, em viagens oficiais a El Salvador, Guatemala e Costa Rica..... 21034

1.2.2 – Pareceres

Nº 643, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2008 (nº 2.217/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, celebrado em Brasília, em 1º de abril de 2005*..... 21034

Nº 644, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2008 (nº 2.253/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado em Nova Iorque, em 16 de dezembro de 1966, e do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte, adotado e proclamado pela Resolução nº 44/128, de 15 de dezembro de 1989, com a reserva expressa no art. 2º*..... 21037

Nº 645, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2008 (nº 67/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006*..... 21039

Nº 646, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2009 (nº 2.378/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do*

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001..... 21041

Nº 647, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2009 (nº 27/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, com vistas na sua entrada em vigor no Brasil*..... 21044

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Encaminhamento à Mesa, pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, de Relatório no qual consta a participação de Sua Excelência na Sessão do Parlamento do Mercosul, realizada na cidade de Montevidéu, no Uruguai, entre os dias 18 e 19 de maio do corrente..... 21047

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2009-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para exigir compensações no caso de atos de concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária que impliquem redução dos montantes financeiros repartidos com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios*..... 21049

Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2009, de autoria do Senador José Agripino, que *inclui o ensino obrigatório de Geriatria, nos cursos de Medicina, com carga horária não inferior a 120 horas*..... 21050

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Registro da realização, amanhã, de debate sobre as metas do milênio, pela Comissão de Assuntos Sociais. Destaque para o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE), desenvolvido pelo Ministério da Educação. Importância do ensino profissionalizante. Discussão das políticas pú-

blicas voltadas para os estudantes deficientes visuais. Registro de documento recebido do movimento Fies Justo. 21052

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Comentários sobre as seguintes matérias: do jornalista Altino Machado, publicada no **Blog da Amazônia**, acerca da reeleição da sindicalista Dercy Teles Cunha, como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri; do jornal **O Globo**, intitulada “Greenpeace: Governo é Sócio de Desmatadores”, com o subtítulo “BNDES financia pecuaristas responsáveis por 80% da devastação da Amazônia e planeja duplicar a produção”; de autoria da Senadora Marina Silva, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de hoje, com reminiscências do discurso de posse do General Garrastazu Médici, na Presidência da República. Congratulações à reeleição sindicalista Dercy Teles Cunha, como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. O falso discurso do desenvolvimento sustentável da Amazônia pelo Governo do PT, com destaque para a realidade do Estado do Acre. 21060

SENADOR PAPALÉO PAES – Leitura de fax recebido da Sra. Osmarina de Alencar Cavalcante, de Penedo, Alagoas, manifestando o anseio de todos os aposentados do país. Manifestação em defesa da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2001, que regulamenta o exercício das atividades profissionais de motoboy e mototaxista. Saudação a todos os mototaxistas do Estado do Amapá, na pessoa do Presidente do Sindicato da categoria, Alex Bitencourt. 21067

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Satisfação e preocupação pela inclusão da cidade de Natal como uma das doze sedes dos jogos da Copa do Mundo de 2014, destacando a necessidade de investimentos federais para a realização do evento na cidade. 21070

SENADOR MÃO SANTA – Relato sobre visita feita por S. Ex^a ao Estado do Piauí, às regiões afetadas pelo rompimento da Barragem de Algodões I, no Município de Cocal. Comentário sobre matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, de hoje, intitulada “O Bolsa-Mídia de Lula”. 21074

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre a profissão de professor, denominada por matéria da revista **IstoÉ** desta semana de “profissão de risco”. Os “deslocamentos” entre o passado e o presente, relacionados à educação brasileira. 21078

SENADOR JOÃO PEDRO – Regozijo pela escolha da cidade de Manaus como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. Reflexão sobre a importância da Semana Mundial do Meio Ambiente. 21082

SENADOR PEDRO SIMON – Considerações sobre o congresso do PMDB realizado

no Rio Grande do Sul, oportunidade em que se discutiu a tese de uma candidatura própria à Presidência da República em 2010, proposta esta defendida por S. Ex^a. Considerações sobre a CPI da Petrobras. 21084

SENADOR ALVARO DIAS – Comemoração pela escolha da cidade de Curitiba como uma das sedes dos jogos da Copa do Mundo de 2014. Anúncio de apresentação de projeto sugerido por prefeitos do Paraná, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal. Questionamento sobre resultado de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), acerca do aumento da produção científica no País. 21091

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro de eventos ocorridos em Belém, entre os dias 27 a 29 do mês passado, que reuniram o Fórum Amazônico e a União Nacional de Legislativos Estaduais, cujo tema foi “Amazônia em Temas”. Destaque para a necessidade de uma atenção qualificada para a Amazônia, por parte do Governo Federal. 21093

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Alegria pela escolha da cidade de Natal como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. Solidariedade ao Governo do Piauí pela catástrofe que se abalou sobre o Estado, com o rompimento da Barragem de Algodões, bem como aos familiares dos passageiros do avião da empresa Air France, desaparecido no percurso entre o Rio de Janeiro e Paris. Registro da visita realizada por S. Ex^a a municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no último final de semana. 21097

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Votos de pesar às famílias dos passageiros do voo da empresa Air France, desaparecido no trecho entre o Rio de Janeiro e Paris. 21099

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Voto de pesar às famílias dos passageiros brasileiros que estavam a bordo do voo da Air France. Lamenta a devolução ao FNDE, de recursos não aplicados pelo Governo de Rondônia, destinados ao Programa Nacional de Transporte Escolar. 21101

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 2, terça-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 21104

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO

2.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

2.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 31 de maio de 2009

2.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

3 – ATOS ADMINISTRATIVOS

3.1 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.229 a 2.231, e 2.271, de 2009. 21113

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS****SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL**9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 86ª Sessão não Deliberativa, em 1º de junho de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Paulo Paim e Geraldo Mesquita Júnior

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 1 minuto, e encerra-se às 19 horas e 54 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brasília, 14 horas, segunda-feira, 1º de junho de 2009. Esta é a 86ª sessão não deliberativa do plenário do Senado Federal.

Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 89, DE 2009

(Nº 374, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 31 de maio a 4 de junho de 2009, em viagens oficiais a El Salvador, Guatemala e Costa Rica.

Brasília, 28 de maio de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 322 – C. Civil

Em 28 de maio de 2009

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 31 de maio a 4 de junho de 2009, em viagens oficiais a El Salvador, Guatemala e Costa Rica.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado da **Mensagem nº 1, de 2009**, e vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 643, DE 2009

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2008 (nº 2.217/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, celebrado em Brasília, em 1º de abril de 2005.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 443, de 18 de julho de 2005, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, celebrado em Brasília, em 1º de abril de 2005.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem Presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após ser examinado, também, pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

O Projeto de Decreto Legislativo derivado da Mensagem presidencial recebeu a chancela do Plenário daquela Casa em 15 de maio de 2008. Em seguida, foi ainda objeto de deliberação por parte da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sendo aprovado naquele colegiado em 7 de outubro de 2008.

II – Análise

Cuida-se aqui de um acordo-quadro entre Brasil e Uruguai que tem por objetivo basicamente desenvolver a vinculação recíproca dos sistemas de comunicação dos dois países, tendo em vista a proximidade geográfica e o já existente e constante intercâmbio de pessoas e informações em seus territórios. Esse caráter do Acordo está bem explicitado na Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem presidencial no seguinte excerto:

O referido documento estabelece o quadro de cooperação entre Brasil e Uruguai em atividades vinculadas a promoção, ao desenvolvimento e ao uso regional dos meios de comunicação social do Estado, bem como ao intercâmbio e acesso à informação gerada em ambos os países. Com esse objetivo, prevê uma série de atividades conjuntas, tais como difusão de informações, análises e prognósticos gerados pelos meios de comunicação social das Partes, elaboração de programas de formação e capacitação técnica; intercâmbio universitário e organização de seminários sobre temas de interesse mútuo.

Os objetivos do tratado estão sintetizados nesta Exposição, cabendo mencionar ainda, marcando sua característica de Acordo-Quadro, o objetivo de dar guarida a “acordos específicos de cooperação estratégica no campo das agências de notícia, rádio e televisão, incluindo outras manifestações artísticas, jornalísticas e técnicas na área dos audiovisuais” (Artigo 2, alínea g).

O Acordo assegura a execução das atividades previstas com base em princípios de igualdade, recípro-

cidade e benefício mútuo entre as partes, assim como o respeito à propriedade intelectual e direitos conexos e a proteção de confidencialidade, de conformidade com a legislação de cada país.

O Acordo terá vigência de cinco anos, sendo automaticamente renovado anualmente a partir deste termo, salvo se denunciado por qualquer das Partes.

A coordenação e execução dos compromissos derivados do Acordo ficarão a cargo, pelo lado brasileiro, da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica (SECOM) e pela Empresa Brasileira de Comunicações S.A. (RADIOBRÁS). Do lado uruguaio, as atividades ficarão sob a responsabilidade do Ministério de Comunicação e Informação.

A importância do Acordo reside não apenas em facilitar a comunicação entre dois povos irmãos e vizinhos, no importante campo da comunicação social, mas em contribuir fortemente para o estreitamento das relações do Brasil com o Uruguai e, mais além da perspectiva bilateral, auxilia sobremaneira a integração buscada pelo Mercosul.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, concluo este Parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2008.

Sala da Comissão, 21 de maio de 2009.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 115, DE 2008
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/05/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS
 SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR PEDRO SIMON	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - FLAVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON (RELATOR)	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - KÁTIA ABREU (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) (PRESIDENTE)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRICIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE

PARECER Nº 644, DE 2009

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2008 (nº 2.253/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, adotado em Nova Iorque, em 16 de dezembro de 1966, e do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte, adotado e proclamado pela Resolução nº 44/128, de 15 de dezembro de 1989, com a reserva expressa no art. 2º.

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

Relator **ad hoc**: Senador **Antônio Carlos Valadares**

I – Relatório

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à consideração congressional – mediante a Mensagem nº 924, de 27 de dezembro de 2005 – os textos dos acordos supramencionados, sob a égide do Direito Internacional de Proteção à Pessoa Humana.

A exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha o documento presidencial, informa que o Brasil não aderiu aos dois protocolos facultativos quando da integração ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, do qual passou a fazer parte em 24 de janeiro de 1992, no contexto do retorno ao regime democrático. A aceitação dos protocolos facultativos passou, daquela data em diante, a ser insistentemente recomendada pelo Comitê de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que aludia à política brasileira de direitos humanos, orientada para o aprofundamento da vinculação aos mecanismos internacionais de proteção.

II – Análise

A apreciação congressional dos Protocolos Facultativos ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos dá-se com demora injustificada. Há muito que

a ambiência política e o consenso jurídico permitiriam a adesão brasileira a esses tratados. Muito embora a prática nacional não lhes venha a contradizer de maneira ostensiva, e sempre conveniente e oportuna a adesão aos instrumentos internacionais de promoção dos direitos humanos, como forma de revigoramento dos compromissos nacionais com os direitos fundamentais e de exemplo aos regimes que se obstinam em não aderir aos sistemas regionais e internacionais de direitos humanos.

O Primeiro Protocolo Facultativo prevê a competência do Comitê de Direitos Humanos da ONU para receber e examinar petições individuais – em caráter subsidiário, – como de praxe, após o anterior esgotamento dos recursos internos, ressalvados os casos de demora injustificada, o que também faz justiça a um dos propósitos da Emenda à Constituição nº 45. Faz ecoar, ainda, no sistema onusiano a aceitação brasileira da legitimidade do direito à justiciabilidade internacional dos direitos humanos, cujo marco foi o reconhecimento, há menos de uma década, no sistema, interamericano, da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A exigibilidade internacional de normas convencionais, a que o Brasil se obrigou a dar cumprimento, constitui-se a essência da jurisdição constitucional internacional, ora reconhecida pelo ordenamento brasileiro, em necessário impulso de inovação, não alheio à ordem constitucional, todavia, graças à sua abertura normativa e principiológica.

O Segundo Protocolo, para abolição da pena de morte, é redundante com as normas constitucionais e com suas cláusulas pétreas, sobretudo ao permitir reserva ao art. 2º para facultar a aplicação da pena capital em tempo de guerra, em razão de condenação por infração penal de natureza militar de extrema gravidade.

III – Voto

Tendo em consideração o interesse nacional, a constitucionalidade e a juridicidade, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2008, que comporta a reserva expressa ao art. 2º do Segundo Protocolo Adicional.

Sala da Comissão, 21 de maio de 2009.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 139, DE 2008
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/05/2009 AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR "AD HOC": SENADOR Antonio Carlos Valadares	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) (RELATOR AD HOC)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - KÁTIA ABREU (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) PRESIDENTE	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO II
Do Poder Executivo

Seção II

Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

- I – nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- II – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;
- III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI – ~~dispor sobre organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;~~
- VI – dispor mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
 - a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
 - b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
- VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;
- VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER Nº 645, DE 2009

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2008 (nº 67/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submeteu à consideração congressional – mediante a Mensagem nº 915, de 31 de outubro de 2006 – o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006.

A exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha o documento Presidencial informa que se trata do primeiro tratado celebrado entre o Brasil e o Afeganistão e atende à disposição de ambos os governos de desenvolver a cooperação técnica como meio para estimular e aperfeiçoar o desenvolvimento social e econômico respectivo.

O Acordo foi apresentado à Câmara dos Deputados em 6 de novembro de 2006. Ele obteve aprovação por aquela Casa Legislativa em 30 de outubro de 2008 e foi remetido à apreciação do Senado na mesma data.

A proposição foi distribuída a esta Comissão, nos termos do art. 376, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Destaque-se, além disso, que não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A matéria foi, em sequência, distribuída.

II – Análise

Cumprе ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Composto de onze artigos, o acordo em apreço tem por objetivo a promoção da cooperação técnica nas áreas consideradas prioritárias pelas Partes Contratantes. De acordo com o Artigo 3º, os programas e projetos de cooperação técnica serão implementados por meio de Ajustes Complementares, os quais definirão, igualmente, as instituições executoras, os órgãos coordenadores e os insumos necessários à implementação dos mencionados programas e projetos, dos quais poderão participar, entre outros, instituições dos setores público e privado, assim como organizações internacionais e não-governamentais.

O Artigo 5º dispõe sobre a garantia de sigilo dos documentos, informações e de outros conhecimentos obtidos em decorrência da implementação do Acordo. Cada Parte se obriga a fornecer o apoio indispensável ao pessoal enviado pela outra Parte, como dispõe o Artigo 8º. O Artigo 10 versa sobre a entrada em vigor, a vigência, a denúncia e a emenda do presente Acordo.

O instrumento em análise reveste-se de dupla importância. De um lado, o fato histórico de seu pionei-

rismo – primeiro tratado a vincular ambas as soberanias –; de outro, o aprofundamento do relacionamento bilateral pela via da amizade e da cooperação. O texto, de resto, está em sintonia com acordos análogos a vincular o Brasil com outros países.

III – Voto

Tendo em consideração a importância do Acordo para o relacionamento bilateral, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2008.

Sala da Comissão, 21 de maio de 2009.

SENADO FEDERAL COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 288, DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/05/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR EDUARDO SUPLICY	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>(RELATOR)</i>	1 – FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 – WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 – ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPIANO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – KÁTIA ABREU (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>PRESIDENTE</i>	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 – TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 – CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
CAPÍTULO II
Do Poder Executivo

Seção II
Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

- I – nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- II – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;
- III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI – ~~dispor sobre organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;~~
- VI – dispor mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
 - a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
 - b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
- VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;
- VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

.....
PARECER Nº 646, DE 2009

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2009 (nº 2.378/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo ao Intercâmbio de Estagiários, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à consideração congressional – mediante a Mensagem nº 17, de 10 de janeiro de 2006 – o texto do acordo supra-ementado.

A exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha o documento presidencial informa que o acordo foi assinado com o objetivo de reforçar os laços de amizade e o entendimento mútuo, na medida em que a simplificação de normas, para admissão de estrangeiros no âmbito da cooperação profissional e técnica entre empresas situadas em ambas as Partes, é um instrumento idôneo que visa a desenvolver a adequada capacitação de profissionais e peritos.

O texto do acordo foi transformado no Projeto de Decreto Legislativo nº 2.378, de 2006 (na Casa de origem), pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, a qual emitiu parecer sobre o tratado, e seguiu para a apreciação da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado, em redação final, no Plenário daquela Casa em 19 de fevereiro de 2009 e seguiu para o Senado Federal.

II – Análise

Versado em seis artigos, a cooperação de que se cogita protege os profissionais nacionais de ambas as partes, maiores de dezoito anos, que entrarem no território da outra parte contratante a convite dessa para a realização de estágio, por período limitado, em entidade pública ou privada legalmente constituída, visando o aperfeiçoamento de seus conhecimentos profissionais, bem como o aprendizado do idioma local. Abrange todas as profissões cujo exercício para os estrangeiros não seja objeto de restrições legais, excetuando-se os casos em que o exercício da profissão estiver subordinado a uma autorização ou registro especial.

Nessas condições, os estagiários gozarão dos mesmos direitos e deveres aplicáveis aos nacionais da parte em cujo território se realize o estágio, de acordo com suas normas vigentes.

A iniciativa de cooperação bilateral coaduna-se com o esforço regional de integração para a formação de recursos humanos no Mercado Comum do

Sul (MERCOSUL) e com os esforços multilaterais para a promoção da livre circulação de serviços e mão-de-obra.

O Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Estados-Partes do Mercosul, de 17 de dezembro de 1996, visa ao desenvolvimento de recursos humanos de alto nível, com o fomento à pesquisa conjunta, o estímulo da formação em nível de pós-graduação, a formação e o aperfeiçoamento de docentes universitários e pesquisadores, com o objetivo de consolidar e ampliar os cursos de pós-graduação na região. O Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados-Partes do Mercosul, de 19 de junho de 1997, complementaria acordo bilateral em tela na medida em que facilitaria o reconhecimento desses documentos para fins de exercício de estágio. O Anexo ao Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados-Partes do Mercosul, de 15 de dezembro de 1997, por sua vez, dispõe que os graus acadêmicos de especialização, mestrado e doutorado, mencionados no artigo segundo do Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados-Partes do Mercosul, deverão estar devidamente reconhecidos pela legislação em vigor no Estado-Parte outorgante.

Mencione-se, ainda, o Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul, de 15 de dezembro de 1997, aplicável às medidas adotadas pelos Estados-Partes que afetem o comércio de serviços, incluídas, entre outras, as relativas à presença, até mesmo comercial, de pessoas de um Estado-Parte no território de outro para a prestação de serviço. O art. 10 (4) impõe como quesitos à exigência de licença, matrícula, certificado ou outra espécie de autorização para a prestação de serviço: critérios objetivos e transparentes, tais como a competência e a capacidade para prestar o serviço; a exigência de que os quesitos não sejam mais gravosos do que o necessário para assegurar a qualidade do serviço; e, talvez o critério que guarde mais ambiguidade, que os procedimentos

em matéria de licenças não constituam, em si, uma restrição à prestação do serviço. O art. 11 ressalva que o protocolo não tem o condão de tornar recíproco o reconhecimento, unilateral ou por meio de acordo, da “educação, (...) experiência, (...) licenças, (...) matrículas ou (...) certificados” feito por um Estado-Parte em relação a outro. Apenas prescreve a obrigação de que seja concedida a oportunidade adequada para que o outro Estado demonstre que seus certificados, licenças e experiências, entre outros, também podem ser reconhecidos, fato que poderá culminar em acordo ou convênio para esse efeito. Com vistas a superar o perene problema da revalidação de diplomas, o Protocolo impõe que os Estados se comprometam a alentar o desenvolvimento de normas e critérios mutuamente aceitáveis para o exercício das profissões insertas na esfera do acordo internacional em tela.

Entendemos presciente, ainda, a ressalva contida nos primeiros artigos do acordo ora sob exame, enfatizando a necessidade de se respeitar os casos nos quais o exercício do estágio esteja subordinado a autorização. Uma questão palpitante quanto à integração educacional para a formação de recursos humanos no Mercosul é o da necessidade de revalidação de diplomas universitários de medicina para facultar o exercício de residência e, em consequência, a realização de atos médicos. No Brasil, se requer, para efeitos de residência médica, a revalidação dos diplomas e títulos universitários, conforme a Resolução nº 1.615, de 2001, do Conselho Federal de Medicina (CFM). Em outros países, inexistente esse condicionamento. Essa divergência está longe de ser solucionada, motivo por que saudamos a cautela dos negociadores do tratado bilateral submetido ao nosso crivo em excetuar esse e outros casos análogos do escopo da cooperação ora pretendida, sem descuidar do avanço da cooperação no intercâmbio de estagiários em outras áreas igualmente importantes.

III – Voto

Tendo em consideração o interesse nacional, a constitucionalidade e a juridicidade, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2009.

Sala da Comissão, 21 de maio de 2009.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 64, DE 2009
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/05/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR PEDRO SIMON	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON <i>RELATOR</i>	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - KÁTIA ABREU (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>Presidente</i>	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA <i>Patrícia Saboya</i>	1 - CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO II
Do Poder Executivo

Seção II

Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

- I – nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- II – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;
- III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI – ~~dispor sobre organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;~~
- VI – dispor mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
 - a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
 - b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
- VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;
- VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER Nº 647, DE 2009

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2009 (nº 27/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, aprovado pela 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005, com vistas na sua entrada em vigor no Brasil.

Relator: Senador **Marco Maciel**

Relatora *ad hoc*: Senadora **Patrícia Saboya**

I – Relatório

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à consideração congressional – mediante a Mensagem nº 1.025, de 29 de novembro de 2006 – o texto do acordo supramencionado.

A exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha o documento presidencial informa que o novo Regulamento Sanitário Internacional amplia a esfera de ação do Regulamento ora em vigor, adotado em 1969 e modificado em 1973 e 1981. Para tanto, dispõe sobre a revogação de diversos instrumentos internacionais, além de criar direitos e obrigações para as Partes. A Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS), contudo, não prevê a aceitação obrigatória dos regulamentos que a Assembléia Geral venha a aprovar, facultando aos Membros rejeitar ou apresentar reservas aos mesmos.

Na Câmara dos Deputados, o texto do tratado foi transformado no Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2007, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Tramitou, ainda, na Comissão de Seguridade Social e Família e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Sua redação final foi aprovada no Plenário da Casa iniciadora em 19 de fevereiro de 2009 e subsequentemente remetido ao Senado Federal, onde se determinou a remessa para a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, nos termos da Resolução nº 1, de 2007-CN, art. 3º, I, e posteriormente, para a relatoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto.

II – Análise

O Regulamento Sanitário Internacional (RSI) em sua versão original foi adotado em 1969 e se aplicava somente a três enfermidades infecciosas – cólera, peste e febre amarela –, o que torna evidente a premissa de sua atualização. O aumento da população mundial, o vertiginoso crescimento dos contingentes migratórios internacionais permanentes e temporários e do comércio internacional, a irrefutável interdependência ambiental global, o aumento da diversidade de agentes patogênicos, biológicos, químicos e radioativos são motivos que justificaram a revisão do regulamento, já realizada tardiamente. O novo regulamento iniciou sua vigência internacional em junho de 2007 e, nada obstante os esforços em andamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS) do Ministério da Saúde para adequar suas

ações aos termos do Acordo, é trazido à análise desta Casa Revisora somente um ano após.

Aplica-se o Regulamento às doenças, mesmo àquelas com causas novas ou desconhecidas, independentemente da origem ou fonte, que apresentam dano significativo aos seres humanos. Esmera-se em aperfeiçoar os mecanismos de detecção e resposta aos surtos e epidemias. Para tanto, amplia o rol de doenças cuja notificação é obrigatória para abarcar todo evento que possa se constituir em emergência de saúde pública de importância internacional, como danos causados por agentes químicos, materiais radioativos e alimentos contaminados. O Regulamento é, assim, presciente no auxílio ao combate ao bioterrorismo internacional.

As principais obrigações advindas do novo Regulamento são:

1. Designar ou estabelecer um Ponto Focal Nacional para o Regulamento Sanitário Internacional;

2. Fortalecer e manter a capacidade para detectar, notificar e responder rapidamente aos eventos de saúde pública;

3. Responder às solicitações de verificação de informação com respeito ao risco para a saúde pública;

4. Avaliar os eventos de saúde pública ao aplicar o instrumento de decisão e notificar à Organização Mundial de Saúde, no prazo máximo de 24 horas, todos os eventos que podem constituir uma emergência de saúde pública de importância internacional;

5. Proporcionar inspeção sistemática e atividades de controle em aeroportos internacionais, portos e passagens de fronteiras terrestres, designadas para prevenir a propagação internacional de doenças;

6. Fazer o que for possível para implementar as medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde;

7. Colaborar entre si e com a Organização Mundial de Saúde na implementação do Regulamento Sanitário Internacional (2005).

De resto, o acordo segue normas e previsões padronizadas nos instrumentos internacionais de igual abrangência temática.

É apresentada emenda ao texto da ementa da proposição, com o objetivo único de corrigir sua redação.

III – Voto

Tendo em consideração o interesse nacional, a constitucionalidade e a juridicidade, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2009, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CRE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2009, a seguinte redação:

“Aprova o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005.”

Sala da Comissão, 21 de maio de 2009.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 66, DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/05/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR "AD HOC": SENADOR Patrícia Saboya	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPPLY (PT)	1 - FLÁVIO ARNS (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
TIÃO VIANA (PT)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - KÁTIA ABREU (DEM)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) Presidente	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA Relatora "AD Hoc"	1 - CRISTOVAM BUARQUE

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO II
Do Poder Executivo

Seção II

Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

- I – nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- II – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;
- III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

~~VI – dispor sobre organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;~~

VI – dispor mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica ao Plenário que o Senador Geraldo Mesquita Júnior encaminhou à Mesa Relatório, no qual consta a participação de Sua Excelência na Sessão do Parlamento do Mercosul, realizada na cidade de Montevidéu, no Uruguai, entre os dias 18 e 19 de maio do corrente.

O relatório apresentado vai à publicação.

É o seguinte o relatório apresentado:

Relatório de Viagem

XVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul

18 e 19 de maio de 2009

Montevidéu – Uruguai

Realizou-se, em 18 e 19 de maio de 2009, em Montevidéu, a XVIII Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul.

A delegação brasileira foi composta pelos seguintes parlamentares: Senadores Inácio Arruda, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita Júnior, Valdir Raupp, Marisa Serrano e Sérgio Zambiasi. Deputados: Dr. Rosinha, Cláudio Diaz, Íris de Araújo, Beto Albuquerque, Germano Bonow, José Paulo Tóffano, Valdir Colatto, Renato Molling.

Primeiro dia: 18 de maio, segunda-feira

As atividades tiveram início segunda-feira, às 8h30min, no Hotel NH Columbia, com café da manhã oferecido pelo Embaixador do Brasil junto à ALADI e ao Mercosul, Regis Arslanian. O Embaixador distribuiu o documento “Carta de Montevidéu”, bem como tabela contendo os números do comércio do Mercosul no período 2008-2009. Os números mostram que está havendo equilíbrio no comércio entre o Brasil e seus parceiros e o Embaixador ressalta que sem isso o processo de integração seria impossível. Nos meses de abril de 2009, por exemplo, houve déficit na balança comercial do Brasil com a Argentina e com o Uruguai, sendo que no caso do Uruguai, este déficit esteve presente em todos os meses de 2009, exceto no mês de março, quando a balança comercial Brasil/Uruguai foi zero, tendo o Brasil exportado 115 milhões de dólares e importado o mesmo montante.

Sobre o acordo político que possibilitará a adoção da proporcionalidade eleitoral para o Parlamento do Mercosul, o Embaixador parabenizou a delegação brasileira por havê-lo alcançado e afirmou que esse acordo muda a natureza do processo de integração do ponto de vista institucional.

Dr. Rosinha sugeriu que se fizesse o registro da morte do escritor e poeta uruguaio Mário Benedetti na Carta de Montevidéu, editada pela Delegação Permanente do Brasil junto à Aladi e ao Mercosul. Sobre a Mesa Diretora do Parlamento e a presidência da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, decidiu-se discutir o assunto em uma próxima oportunidade, com a presença do Senador Aloízio Mercadante.

Dr. Rosinha relatou que, decidida a proporcionalidade, convidou consultores do Senado e da Câmara para estudar projeto de lei com vistas às eleições brasileiras para o Parlamento do Mercosul. Dr. Rosinha

propôs enviar um abaixo assinado solicitando ao Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, a liberação de mais assessores técnicos das áreas de apoio e de comunicação da Câmara dos Deputados para desempenharem suas funções nas sessões do Parlamento do Mercosul. A Deputada Íris Araújo sugeriu convidar o Deputado Michel Temer para comparecer a uma sessão plenária do Parlamento do Mercosul. O Deputado Tóffano informou que para trazer um assessor precisou pagar de seu bolso por se tratar de viagem internacional.

Em seguida, a Representação Brasileira dirigiu-se ao Edifício Mercosul. Ali, pela manhã, reuniram-se as seguintes comissões: Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes; Assuntos Jurídicos e Institucionais; Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social; Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo; Cidadania e Direitos Humanos; Assuntos Interiores, Segurança e Defesa; Orçamento e Assuntos Internos.

Reuniu-se também a Mesa Diretora, ocasião em que o Deputado Dr. Rosinha solicitou à Presidência Pro Tempore paraguaia enviar o Acordo Político que possibilitará a adoção da proporcionalidade eleitoral para o Parlamento do Mercosul, aprovado por ocasião da XVII Sessão Ordinária em Assunção, ao Conselho do Mercado Comum. Falou-se também sobre a composição da comissão especial prevista pelo referido acordo.

O Parlamentar González Nuñez propôs mudança no art. 6º do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, para adequá-lo à agenda eleitoral dos países membros, tendo em vista o tempo de mandato dos parlamentares eleitos e o disposto no referido art. 6º, inciso 4, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, que se refere ao “Dia do Mercosul Cidadão”.

O Secretário Administrativo do Parlamento do Mercosul expôs sobre problemas das reformas do edifício-sede para uso do Parlamento do Mercosul. Propôs que o Parlamento, como um todo, encaminhe o tema à Chancelaria uruguaia.

O Presidente do Parlamento do Mercosul informou sobre estudo para a elaboração de novo organograma da estrutura administrativa do Parlamento. Discutiu-se se os Secretários de Comissões técnicas devem ser designados por indicação política ou se devem ser técnicos lotados permanentemente na comissão, ainda que haja mudança de presidente de comissão. O Presidente do Parlamento assinalou a importância de se analisar a atual sistemática de trabalho.

Reuniu-se, em seguida, a Comissão Especial de Diagnóstico e Estado de Situação do Mercosul. O

Presidente Roberto Conde estimou não ser necessário constar toda a normativa Mercosul no informe final da Comissão. Segundo ele, deve constar apenas a exposição de temas que já foram objeto de reuniões da comissão. O informe deveria realizar avaliação desses temas, sendo um deles o da Tarifa Externa Comum. Propôs consultar as normas fundamentais sobre o tema e até que ponto as mesmas são observadas. O Presidente Roberto Conde ressaltou que a Comissão de Comércio do Mercosul se negou a reunir-se com a Comissão de Diagnóstico. Solicitou, então, ao Grupo Mercado Comum reunião com aquele foro negociador, que, no entanto, não respondeu à referida solicitação. Propôs reunião com os membros da Comissão de Comércio do Mercosul por país e/ou com especialistas, sobre os temas “zona de livre comércio” e “união aduaneira”. Propôs a possibilidade de a Comissão enviar um questionário prévio aos especialistas da Comissão de Comércio do Mercosul. Propôs, ainda, que se seguisse índice de temas relevantes, e não apenas de produção de normas. Observou, também, a falta de um grupo técnico de trabalho com perfil econômico-comercial. Propôs organizar reunião com os técnicos da Comissão de Comércio do Mercosul em Buenos Aires ou em Montevidéu, e que não seja marcada para muito perto das eleições argentinas. O capítulo sobre o Parlamento do Mercosul será redigido pelos próprios parlamentares, membros da Comissão Especial de Diagnóstico. O Presidente Roberto Conde mencionou o Informe da Secretaria do Mercosul sobre os trabalhos de reforma institucional do Mercosul. Quanto à metodologia para o informe da Comissão, foi escolhida a opção (b), oferecida pelos técnicos do grupo de trabalho, que implica a produção de um informe pormenorizado e minucioso sobre uma lista de temas a serem definidos na próxima reunião. Sugere que a Comissão de Diagnóstico poderia participar da reunião da Comissão de Comércio em Assunção.

A reunião foi encerrada às 14h30.

Às 15h teve início, no Edifício Mercosul, a XVIII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul.

Fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares do Brasil: Valdir Raupp, Íris de Araújo, Beto Albuquerque e José Paulo Tóffano.

As seguintes matérias foram aprovadas, entre outras:

Recomendação pela qual o Parlamento do Mercosul recomenda ao Conselho do Mercado Comum consultar o Governo da República do Paraguai sobre seu interesse em apresentar projeto ao FOCM para execução de obras viárias, para o melhoramento e a pavimentação da Rota XII da República do Uruguai até Gral Dias e desta à Rota IX Transchaco, que permita

contar com outra via bioceânica, Atlântico-Pacífico, através dos países do Mercosul.

Recomendação pela qual o Parlamento do Mercosul recomenda ao Conselho do Mercado Comum instar os Governos do Paraguai e do Brasil a denominar a Ponte Internacional Rodoferroviária, com a palavra guarani “NEMOIRU”.

Disposição referente aos planos de erradicação do analfabetismo.

Recomendação referente à criação do Instituto Estatístico do Mercosul.

Recomendação referente ao ensino de história da integração regional.

Recomendação expressando satisfação do Parlamento do Mercosul pelo lançamento, pela Venezuela, do satélite Simón Bolívar.

Disposição sobre a realização do “Segundo Encontro de Segurança Rodoviária do Mercosul”.

Recomendação sobre o livre exercício profissional entre os Estados Partes do Mercosul.

A sessão foi encerrada às 20h30.

Segundo dia: 19 de maio, terça-feira

Às 10h horas realizou-se reunião da Comissão de Infraestrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca no Edifício do Mercosul.

Também pela manhã, o Deputado Dr. Rosinha, Vice-Presidente do Parlamento do Mercosul, reuniu-se com o Presidente do Parlamento, no Edifício Mercosul, para tratar de assuntos administrativos.

Às 12h30 horas encerrou-se a participação da Representação Brasileira na XVIII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul e em reuniões de suas comissões.

Era o que cabia relatar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, DE 2009 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para exigir compensações no caso de atos de concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária que impliquem redução dos montantes

financeiros repartidos com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se os seguintes §§ 4º e 5º ao art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

“Art. 14.

§ 4º Os atos de concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária de que trata o **caput** deste artigo que provoquem redução na arrecadação de tributos discriminados nos arts. 157 a 159 da Constituição Federal deverão estar acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes para o conjunto de Estados e para o conjunto de Municípios, se uma ação federal, ou para o conjunto de Municípios, se uma ação estadual.

§ 5º Os atos de que trata o parágrafo anterior entrarão em vigor somente depois de implementadas as medidas de compensação das perdas de receita demonstradas pela estimativa do impacto orçamentário-financeiro para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, se uma ação federal, ou para os Municípios, se uma ação estadual. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Governo Federal lançou, em maio de 2008, sua política industrial, voltada a estimular exportação, investimento, pesquisa e inovação. Batizado de Política de Desenvolvimento Produtivo, o programa está baseado em renúncias fiscais de R\$ 21,4 bilhões até 2010.

Toda ação de incentivo e apoio ao crescimento da economia é muito bem vinda. Políticas macroeconômicas são de responsabilidade e obrigação da União. Já ao governo municipal, por exemplo, cabe promover ações que afetam diretamente o dia-a-dia das pessoas. A merenda escolar, o posto de saúde, a creche, o pavimento das ruas, a iluminação pública, o remédio básico, a drenagem, o transporte urbano, o saneamento, o esporte, a agricultura, enfim, a prefeitura é a instância de governo mais próxima do cidadão por isso está sempre sendo acionada e cobrada.

A grande maioria dos municípios brasileiros depende, para prestar serviços mínimos básicos, dos recursos das transferências constitucionais, em especial do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O Fundo é composto por 23,5% da arrecadação, pelo Governo Federal, dos impostos sobre renda (IR) e sobre

produtos industrializados (IPI). Os recursos correspondentes são distribuídos aos Municípios, principalmente, na proporcionalidade dos seus habitantes.

Na Política de Desenvolvimento Produtivo estão previstas, entre outras ações:

- redução a zero do IR incidente em despesas com prestação de serviços de logística de exportação;
- redução a zero do IR incidente em despesas com promoção comercial por parte de empresas exportadoras de serviços;
- dedução em dobro, da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, das despesas com capacitação de pessoal próprio;
- suspensão da cobrança de IPI, PIS e Cofins incidente sobre peças e materiais destinados à construção de navios novos por estaleiros nacionais;
- depreciação acelerada para o setor automotivo e para o setor de bens de capital.

Todas essas ações afetam diretamente o volume de recursos a serem arrecadados por meio do IR ou do IPI. Portanto, afetarão o montante de recursos do FPM. Trata-se de incentivos dados pela União com recursos que, em parte, pertencem a terceiros.

As administrações municipais têm, por obrigação legal, prover uma série de serviços. São contratados profissionais (médicos, enfermeiros, professores, garis, etc.), adquiridos equipamentos, obras civis e materiais. Enfim, assumem-se vários compromissos e firmam-se contratos. Tudo isso com base em planejamento, orçamento e previsão de receitas. No entanto, uma de suas principais receitas, o FPM, é alterada por estrita iniciativa do Governo Federal.

Assim, para evitar futuras desestabilizações dos governos municipais, de seu planejamento e do atendimento de suas ações básicas, propomos a presente alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal. Para isso, contamos com o apoio e as contribuições dos meus nobres Pares.

Sala das Sessões, 1º de junho de 2009. – Senador **Avaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I **Disposições Preliminares**

Seção II **Da Renúncia de Receita**

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2009

Inclui o ensino obrigatório de Geriatria, nos cursos de Medicina, com carga horária não inferior a 120 horas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Faculdades de Medicina, tanto do ensino público quanto privado, deverão incluir em seu currículo escolar, como ensino obrigatório com carga horária não inferior a 120 horas, a cadeira de Geriatria:

Justificação

A população de pessoas de 60 anos ou mais cresceu 47,8% na última década, um crescimento bastante superior aos 21,6% da população brasileira total no mesmo período.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais, do IBGE, esse aumento se deve, principalmente, a menor taxa de mortalidade em função dos avanços da medicina e dos meios de comunicação.

No Brasil, os maiores de 60 anos representam 10,5% da população total e 83% deles vivem nas cidades. O destaque fica para a região metropolitana do Rio de Janeiro, que tem 1,7 milhão de idosos ou 14,7% da população.

Crescimento da população entre 1997 e 2007 (%)

- População total ---21,6
- 60 anos ou mais - 47,8
- 65 anos ou mais --49,2
- 80 anos ou mais – 65,0

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais, IBGE.

A população brasileira está envelhecendo. “A base da pirâmide demográfica (formada pelas crianças) está diminuindo e os mais velhos representam uma maior proporção do todo. Isso significa que o Brasil ainda possui uma pirâmide triangular, mas se já aproxima dos países desenvolvidos, que possuem uma pirâmide cilíndrica e pode ser demonstrado na pirâmide em anexo.

Hoje, os maiores de 60 anos representam 10,5% dos brasileiros e somam quase 20 milhões de pessoas.

A expectativa de vida do brasileiro ao nascer cresceu mais de três anos na última década e passou de 69,3 anos, em 1997, para 72,7 anos, em 2007. As mulheres ainda vivem mais tempo: em média 76,5 anos, contra os 69 anos vividos pelos homens. Os dados constam da Síntese de Indicadores Sociais 2008, divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Um dado alarmante é que até hoje 53% dos domicílios com idosos, eles são responsáveis por mais da metade da renda familiar. Sendo mais expressivo no Nordeste (63,5% dos domicílios).

Em 2008, o IBGE, analisou as diferenças entre as condições de vida dos idosos na cidade e no campo e constatou: dos quase 20 milhões de idosos com 60 anos ou mais (10,5% do total da população), 16,5 milhões viviam na área urbana e 3,4 milhões na área rural. Na região metropolitana de São Paulo havia, em 2007, 2,1 milhões de idosos, enquanto na região metropolitana do Rio de Janeiro, eram 1,7 milhão (14,7% do total da população da região metropolitana do Rio de Janeiro). Quase metade do total de idosos das áreas rurais do País morava na região Nordeste (1,6 milhão), enquanto em áreas urbanas, a região Sudeste concentrava 8,7 milhões de idosos. Enquanto a população brasileira apresentou, no período de 1997 a 2007, um crescimento relativo da ordem de 21,6%, para a faixa etária de 60 anos, este crescimento foi de 47,8%, chegando a 65%, no grupo de idosos de 80 anos ou mais.

Um dos maiores problemas que o país vive hoje é não ter condições de atender na rede primária de saúde o número exponencial de crescimento dos idosos e a falta de médicos geriatras.

- Segundo o presidente da sede paulista da Sociedade Brasileira de Geriatria, Toshio Shiba, a equação ‘sobra de idosos e falta de especialista’ não é um problema só do Estado. “Se você pensar que no País inteiro são 542 geriatras e 250 estão concentrados em território paulista, fica evidente que a geriatria é uma falha nacional.” Shiba diz que não há de-

sinteresse dos estudantes em seguir na área de geriatria. “Mas a oferta de vagas para residência é muito restrita”, afirma. Em São Paulo, onde estão os principais hospitais-escola, a Comissão Nacional de Residência Médica, ligada ao Ministério da Educação, ofereceu só 68 vagas para geriatria. Na pediatria, por exemplo, foram fornecidas 626 vagas.

- No caso de Brasília, existem somente 03 vagas/anos para a residência de Geriatria.

O que se propõe, portanto neste Projeto de Lei é que os idosos possam ter um atendimento digno, como em outros países tais como a França e o Reino Unido, onde a cadeira de Geriatria é considerada como ensino obrigatório e fundamental para a política de saúde daqueles países.

Ao aprovar o Projeto proposto, estaremos permitindo que o futuro médico formado nas Escolas do Brasil tenha uma melhor formação das principais doenças do idoso e com isso diminuir o sofrimento seja, pela ausência de especialistas, pela consulta em várias especialidades, atuar preventivamente nas doenças decorrentes da idade e diminuindo o número de internamento na rede hospitalar ao permitir que o idoso possa ter atendimento domiciliar seja por rede conveniada ou pelo Programa de Saúde da Família – PSF, que hoje não contempla o atendimento ao idoso seja por falta de conhecimento da área ou porque o Programa não prevê este tipo de atendimento.

Em síntese este Projeto de Lei ao obrigar o ensino de Geriatria nas Escolas de Medicina estará permitindo que:

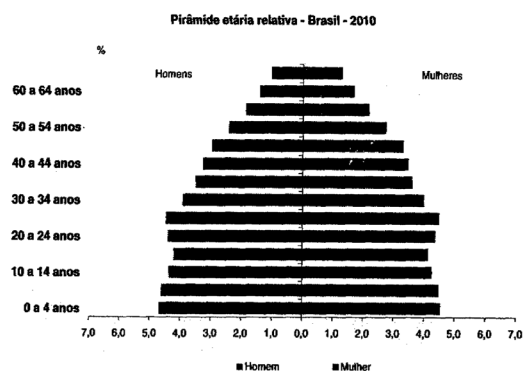
1. A grande maioria dos atuais estudantes poderão atender idosos depois de graduados.

2. Que os princípios básicos para o atendimento ao idoso não devam ser de conhecimento exclusivo dos especialistas em Geriatria e também de outras especialidades e da Clínica Médica.

É necessário que os médicos que estarão graduando tenham conhecimentos básicos para o atendimento ao idoso.

Podemos afirmar portanto que o rápido crescimento dessa faixa de população é um fato incontestável e o país não está aparelhado de forma digna para acolhê-los. Esta proposta que apresento com certeza irá minorar a necessidade crescente desse problema que vivemos.

Sala das Sessões, 1º de junho de 2009. – Senador **José Agripino.**



(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Por permuta com os Senadores Adelmir Santana e Marco Maciel, usará da palavra o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, Partido dos Trabalhadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Senador Geraldo Mesquita, amanhã a Comissão de Assuntos Sociais iniciará um debate sobre as metas do milênio. Entre elas estão educação, saúde, combate à fome, defesa da criança e do adolescente, o meio ambiente, o emprego. Falarei um pouco sobre o trabalho do Ministério da Educação.

O tema educação está no eixo de qualquer discussão, de qualquer escolha, de qualquer perspectiva de uma vida melhor para todos. Está na forma de olhar, de cada gesto que fazemos, de cada palavra que proferimos. Por isso, Sr. Presidente, refletir sobre educação é obrigação de todos nós.

Entendo que estamos avançando no campo da educação. As medidas tomadas em relação à educação, para mim, são positivas. Claro que temos que avançar muito, muito mais, mas estamos avançando. Não podemos negar as melhorias conseguidas a partir principalmente do trabalho feito pelo Ministro Fernando Haddad, que merece aqui destaque. Desde que o Presidente Lula assumiu a Presidência da República, a educação tem sido olhada, Sr. Presidente, com muito carinho. Olhos atentos do MEC. O trabalho iniciado com outros Ministros, sem sombra de dúvida, tem mostrado resultados com o Ministro Haddad.

Vamos conversar um pouco, Sr. Presidente, neste momento, sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento

da Educação (PDE). O PDE, que foi criado em 2007, é um conjunto de ações estratégicas do Ministério, visando a melhoria da qualidade da educação. O plano possui ações em quatro eixos: educação básica; educação superior; educação profissional, uma área que eu tenho insistido tanto que fez com que eu apresentasse o Fundep; e alfabetização e diversidade.

Na educação básica, nós temos:

- Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (PAR Plano de Metas). É um instrumento que permite o diagnóstico da situação educacional dos Estados e Municípios e a elaboração de um Plano de Ações Articuladas (PAR) específico em cada ente. O plano orienta a transferência dos recursos voluntários do MEC.

Sr. Presidente, todos os Estados e Municípios – é importante destacar – aderiram ao plano. Estados: em 2007 e 2008, foram celebrados convênios para a transferência para os Estados da ordem de R\$2 bilhões. Municípios: entre 2007 e 2008, celebrados convênios para a transferência de R\$933 milhões.

- Ideb: indicador que afere a qualidade da educação, considerando o fluxo escolar (aprovação e reprovação dos estudantes) e médias de desempenho nas avaliações nacionais (Sistema de Avaliação da Educação Básica e Prova Brasil). Meta: alcançar a média 6,0 em 2022 (média dos países desenvolvidos).

Em 2007, 48,5 mil escolas tiveram o Ideb calculado. Também em 2007, foram alcançadas médias previstas para 2009 (4,2 nos anos iniciais de ensino fundamental; 3,8 nos anos finais do ensino fundamental; e 3,5 no ensino médio).

- Pró-Infância, construção de escolas para educação infantil. Em 2007, celebrados convênios com 499 Municípios para a construção de 515 unidades. Em 2008, celebrados convênios com 440 Municípios para a construção de mais 447 unidades.

- Caminho da escola: ônibus para transportes escolares, o FNDE/MEC realizou pregão nacional para aquisição de ônibus adaptados ao transporte de escolares.

Os Municípios podem acessar ao programa de três formas: celebrando convênio com o MEC, contratando financiamento via BNDES e aderindo ao pregão para aquisição com recursos próprios. Em 2008, Sr. Presidente, foram 625 Municípios beneficiados com recursos da União, no equivalente a 740 ônibus, 415 com recursos do BNDES, 1.150 ônibus e 264 com

recursos próprios. No total, de recursos próprios, 597 ônibus.

– Proinfo: programa que contempla desde o provimento de laboratório de informática e sua conexão à internet, até a formação de professores e produção de conteúdos educacionais. Laboratórios de informática adquiridos: 26 mil laboratórios em 2008. Conexões das escolas realizadas (Programa Banda Larga): 17.861 escolas conectadas em 2008 e 4.233 escolas conectadas somente em 2009.

– PDE da Escola: ferramenta para planejamento das escolas, incluindo transferência de recursos para a realização de melhorias nas escolas. Em 2007, R\$49,5 milhões para 1.894 escolas. Em 2008, R\$180 milhões para outras 7.875 escolas.

– Mais Educação (escola de tempo integral): capacitação de gestores, apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios para a integração de programas socioeducativos do Governo Federal. Esse programa atendeu, Sr. Presidente, aproximadamente 400 mil alunos do ensino fundamental de 55 cidades de 25 Estados mais o Distrito Federal, dentre capitais, regiões metropolitanas e Municípios com mais de 200 mil habitantes. Investimento de R\$ 57,5 milhões, em 2008, para ampliar as atividades em 1.409 escolas.

– Sala de recursos multifuncionais: compostas com equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade, com vistas a apoiar o sistema de ensino na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado. Salas adquiridas pelo Governo Federal: em 2005/2006: 626 salas; em 2007: 625 salas; em 2008: 4.300 salas; em 2009: 10.000 salas.

– Ampliação de Programas de Apoio a Estados e Municípios.

– Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE): orçamento ampliado de R\$304 milhões, em 2003, para R\$693 milhões, em 2008.

– Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): a creche passou a receber recursos para alimentação escolar, pela primeira vez, em 2003. O ensino médio passou a receber, pela primeira vez, em 2009. O valor per capita foi ampliado para todas as etapas da educação básica.

– Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM): até 2005, os

alunos do ensino médio não recebiam livros. Em quatro anos, a entrega foi universalizada. Em 2009, os 7,2 milhões de estudantes do ensino médio receberam livros de todas as disciplinas.

– Aprovação do Fundeb: passou a financiar toda a educação básica (creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), diferentemente do antigo Fundef, voltado apenas ao ensino fundamental.

Dados do Fundeb de 2007, 2008 e 2009:

– contribuição dos Estados e Municípios em 2007, R\$46 bilhões; em 2008, R\$58,8 bilhões; em 2009, R\$75,1 bilhões;

– complementação da União em 2007, R\$2 bilhões; em 2008, R\$3,2 bilhões; em 2009, R\$5,1 bilhões;

– alunos beneficiados em 2007 35,6 milhões; 2008, 40,2 milhões; e em 2009, 45,2 milhões.

– Aprovação do Piso Nacional para Professores (esta Casa, Sr. Presidente, teve um papel fundamental na aprovação desse piso): valor R\$950, beneficia a docentes da educação básica ou de profissionais de suporte pedagógico a docência, com formação mínima legal.

– Complementação da União com recursos do Fundeb: 627.207 professores beneficiados, ou seja, 37,63%.

– Aprovação do Ensino Fundamental de 9 anos: o ensino fundamental passa de oito a nove anos (matrícula a partir dos 6 anos).

– Criação e aperfeiçoamento de instrumentos de avaliação: Provinha Brasil (avaliação da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental) e Prova Brasil (avaliação universal de alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental).

– Sistema Nacional de Formação: a União assumiu a responsabilidade pela formação de professores para a educação básica, em parceria com Estados e Municípios. A oferta de formação inicial e continuada ocorre de modo presencial (universidades e institutos federais) e a distância (Universidade Aberta do Brasil).

Como vocês podem ver, meus colegas, um novo rumo está sendo traçado. A educação passou a ser olhada com mais carinho e respeito. Respeito mais do que merecido e urgente, pois o que é uma Nação que não prioriza a educação, que não consegue enxergar

nela toda sua capacidade de transformar uma sociedade? Como já foi dito por muitos, somente a educação é que vai fazer a verdadeira revolução da busca de um mundo melhor para todos.

Que rumo propor a nossa gente senão aquele que se inicia com base numa educação de qualidade?

Bem, voltando ao PDE, na educação superior, Sr. Presidente, temos:

– Expansão da Educação Superior. Meta de 16 novas universidades federais até 2010: 12 das quais já em funcionamento e quatro em tramitação no Congresso Nacional.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo um aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a fez uma pergunta que deveria ser feita por todo brasileiro: o que devemos fazer? Nesses últimos dias, assisti, em um desses telejornais – perdoe-me, não me lembro qual deles –, a uma reportagem sobre a sujeira jogada por quem passa nas ruas das nossas cidades, principalmente das grandes cidades. Os dados sobre o que se gasta com o recolhimento de todo esse lixo jogado pelos transeuntes é uma cifra astronômica. E a reportagem acabou entrevistando um ou dois profissionais da área, garis. Uma, inclusive, estava em uma parada de ônibus, e a câmera a focou tirando o papel de uma bala, amassando o papelzinho e colocando dentro de sua própria bolsa. Perguntada, ela disse: “É um hábito, eu guardo aqui e, quando chego em casa, jogo no cesto de lixo”. O outro gari dizia que ele, às vezes, fazia até um teste com as pessoas. Ele colocava o contêiner ao lado de um aglomerado de pessoas e, por diversas vezes, já viu uma pessoa abrir um picolé, tendo o contêiner ao seu lado, e jogar o papel na rua, na calçada. O que me chamou a atenção e me deixou impressionado, e por isso achei importante a pergunta que V. Ex^a fez a si mesmo – e acho que todos nós devemos nos fazer a mesma pergunta... Outro gari estava trabalhando, o repórter entrevistando. Por fim, o repórter se fez a pergunta que V. Ex^a se faz: “Afinal, qual é a solução?” Ele nem pestanejou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Educação.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Educação. Segundo ele, não tem jeito, é educação. V. Ex^a está sendo muito feliz hoje ao ferir um assunto da maior importância para nós brasileiros: educação! Eu, às vezes, Senador Paulo Paim, penso que o Governo, por mais que faça – e ele faz, isso é inegável –, erra no planejamento. Erramos no planejamento das coi-

sas. O Brasil tem 190 milhões de habitantes hoje. Às vezes, dá-me a impressão de que estamos planejando a educação para a população que tínhamos em 1970, tendo em vista a grande deficiência. Há situações, Senador Paulo Paim, que não conseguimos desamarrar. E não são situações novas, são situações que estão se arrastando ao longo do tempo. E não conseguimos uma situação definitiva, convincente. Fico imaginando se os nossos gestores estivessem regendo a questão da educação na China, que tem mais de um bilhão de habitantes ou mais! Precisamos adequar as medidas, os planejamentos, as ações. Precisamos dimensionar os recursos segundo a nossa população, que cresce a cada ano. A demanda no setor de educação e no setor da saúde é um drama, Senador Paim. Alguém pode dizer: “Não, é só nas grandes cidades”. Não é, não. No interior, Senador Paim, nos Municípios pequeninhos do Acre, as pessoas estão sofrendo para marcar uma radiografia, que marcam para daqui a seis meses. É um drama, é um drama. Tem alguma coisa errada nisso. A coisa está mal dimensionada, mal planejada, porque, inegavelmente, Senador Paim, ela não satisfaz, não atende. Estamos nos habituando a conviver com este quadro de uma grande demanda, com uma prestação de serviços que não chega nem aos pés do que é necessário fazer. O País está se acostumando com isso. Isso é péssimo. Olhe a visão de um cidadão que está, todo dia, na rua, limpando a sujeira que jogamos nas calçadas. Em face da pergunta do repórter, ele poderia falar acerca de uma série de questões, como “tem de aumentar o número de carros de recolhimento de lixo”, mas ele foi no cerne da questão: educação. Portanto, é algo que sempre me incomoda, que sempre me preocupa, e, repito, V. Ex^a foi muito feliz em trazer o assunto. Estamos correndo atrás do prejuízo, estamos sempre muito aquém da necessidade. E pior: justificamos, quando somos flagrados numa situação inconveniente, numa situação em que o serviço está muito aquém da demanda – “não, mas vamos projetar para não sei quando”. E, no ano que vem, nós nos encontramos com o mesmo problema. Então, além de falarmos sobre o tema, Senador Paim, é necessário que não só este Governo mas qualquer governo e qualquer administrador de assuntos como educação e saúde em nosso País, que são assuntos básicos, percebam que é preciso adequar as coisas e que os serviços sejam prestados no mesmo volume da demanda e com qualidade. Eu acho que é possível fazer. Eu acho que a deficiência é de gerenciamento, Senador Paulo Paim. Portanto, parabéns a V. Ex^a por ferir um assunto de tamanha gravidade e de tanta importância para ao nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu agradeço muito a V. Ex^a o aparte que fortalece este nosso pronunciamento.

Eu tomei uma decisão, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Às segundas e às sextas-feiras, Senador Mão Santa, pela tolerância de V. Ex^a, eu virei à tribuna para tratar de um tema de impacto, no meu entendimento de impacto, porque saúde e educação, por exemplo, a que V. Ex^a se referiu agora, são temas de impacto. Na próxima sexta-feira, eu virei falar sobre o desemprego; na outra segunda-feira, eu falarei sobre a saúde, Senador Papaléo Paes. São temas que temos de debater. E nada melhor do que as segundas-feiras e as sextas-feiras, aproveitando a audiência da **TV Senado**, para falarmos sobre esses temas. E falarmos de forma despojada e tranquila, não agradando a este ou àquele setor, mas falarmos sobre o tema, como bem fez V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita Júnior, neste aparte sobre educação, inclusive na defesa de que o lixo não seja jogado e acumulado nas ruas do País, sem qualquer tipo de controle, sem qualquer tipo de orientação, de educação. O próprio gari, como V. Ex^a colocou muito bem, acaba sendo o professor de muitos de nós, brasileiros, que permitimos que isso aconteça. Essas ações vão contra o meio ambiente, contribuem para o aumento das doenças, enfim, prejudicam toda a sociedade brasileira.

Senador Papaléo Paes, concedo, com alegria, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, parabéns a V. Ex^a pelo tema que traz. Como já foi falado muito bem aqui pelo Senador Geraldo Mesquita, a questão da educação é fundamental. Quero só fazer um complemento: alguns costumes importantes que tínhamos na escola acabaram. Por exemplo, lembro-me de que, toda segunda-feira, quando chegávamos à escola, reuníamos-nos no pátio e cantávamos o Hino Nacional. Isso é brasilidade, é interessante, é importante. Acho que a mesquinha fez com que nós parássemos de fazer isso. Vejo que parar com essa atitude é realmente ter vergonha da Pátria. Como não tenho vergonha da minha Pátria, sou totalmente a favor do retorno do Hino Nacional. É triste vermos um brasileiro que não sabe cantar o Hino Nacional, um símbolo da Pátria. Assim como é triste também, como aconteceu em um evento aqui no Salão Negro, o desrespeito a este grande símbolo da Pátria: o Hino Nacional. Vi um grupo fazendo uma exibição folclórica ao som do Hino Nacional. Aquilo me fez muito mal. Vim até à tribuna e realmente fiz um protesto. Aí vem a questão da educação. Lembro-me de que, na escola, havia um cestinho, em que nós éramos obrigados a jogar todo papel que embolávamos. Aposto que não se ficava jogando papel

pelo meio da sala, porque a professora ensinava que lixo tinha de ir para o lugar certo. E nem existia também esta questão do reaproveitamento, não tínhamos o modelo que temos hoje. Então, hoje é ainda mais necessário termos essa orientação. E lembrava aqui ao Senador Geraldo Mesquita que, na década de 60 ou 70, tínhamos uma propaganda oficial que apresentava a figura do Sujismundo. Quem é que viveu naquela época e não se lembra do Sujismundo? Então, dali em diante, uma criança que fazia uma coisa errada no manuseio do lixo era chamada de Sujismundo. Ela ficava com vergonha, porque a propaganda era um desenho animado que mexia com os brios da criança, no sentido de não errar como o Sujismundo. Mas várias situações foram deixadas de lado. Há a educação dos pais e dos responsáveis, que se dá nas residências, mas, na maior parte do tempo, as crianças estão na escola. Lá, se não tivermos a mesma dedicação com o professor, se não derem condições para que o professor tenha a mesma dedicação que os pais têm em suas casas com as crianças, teremos um prejuízo grave, gravíssimo, como o que estamos tendo na sociedade. Por isso, vejo que seu pronunciamento é muito importante, pois a educação é essencial. Todos aqueles que puderem educar alguém, informar o certo a alguém, que o façam, mas a escola, realmente, é que vai ajudar a moldar a personalidade e o caráter dessas crianças, que precisam de uma atenção responsável dos seus pais e de seus professores. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Papaléo Paes, e eu aproveito o gancho de V. Ex^a. A revista *Isto É* mostra, esta semana, uma reportagem sobre a violência nas escolas: violência entre os alunos, violência dos alunos com os professores e violência, inclusive, dos pais dos alunos.

Eu recebi uma reportagem esta semana, em que, Senador Papaléo Paes, bem no gancho que V. Ex^a está dando, uma mãe estava esbofeteando uma professora, porque, na visão dessa mãe, a professora não agiu adequadamente com o seu filho. Quer dizer, a violência aumenta a cada dia que passa nas escolas e à volta das escolas.

E aí vem toda essa questão do *crack* hoje. O jornal **Zero Hora**, do Rio Grande do Sul, publica quatro páginas, entrando nesta linha também, sobre a agressão dessa dependência química dentro das escolas. Então, tudo isso nós vamos ter que, efetivamente, continuar debatendo, discutindo, aprofundando e buscando soluções. A violência é alarmante.

Mas eu falava aqui, por exemplo, na expansão da educação superior. Meta de cem novos *campi* até 2010: 67 já em funcionamento e 33 em obras ou em ação preparatória.

Temos também o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni): ampliação e reestruturação física e acadêmica das instituições federais. Adesão de todas as universidades federais. O ProUni foi um momento belíssimo e continua avançando: bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Meta: elevar taxa de conclusão das graduações presenciais para 90% e elevar relação aluno/professor para 18 nas graduações presenciais. São quinhentos e quarenta e uma mil, cento e trinta bolsas ocupadas desde 2005.

Na educação profissional, por sua vez, nós temos a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica – ampliação física da Rede Pública de Educação Profissional e Tecnológica, contemplando as ações de criação, até 2010, de mais 214 novas unidades: 67 novas unidades entregues, 104 novas unidades em obras e 43 novas unidades em ação preparatória.

Temos, ainda, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – integração e reorganização das atuais instituições federais de educação tecnológica que atuam em uma base territorial comum. Foram criados 38 institutos federais.

Brasil Profissionalizado: expansão e modernização das redes públicas de ensino médio integrado à educação profissional, visando à melhoria da qualidade e ampliação da oferta de vagas. Foram celebrados convênios com 18 Estados, no valor de R\$524 milhões.

Acordo com o Sistema “S” – amplia a oferta gratuita de cursos técnicos ou de módulos destes que integram um itinerário formativo.

Senai e Senac: aplicação progressiva de dois terços dos recursos líquidos em matrículas gratuitas de cursos técnicos ou de qualificação profissional.

Sesi e Sesc: aplicação progressiva de um terço dos recursos líquidos em ações educativas que envolvam lazer, cultura e esporte.

Sr. Presidente, faço um parêntese para ratificar a importância do ensino profissionalizante. Lembro a aprovação, na CCJ, do Fundep, de que tenho falado seguidamente aqui, uma PEC que apresentei e está pronta para ser aprovada em plenário. Precisamos dar um rumo à vida dos nossos jovens. Precisamos acenar com boas expectativas para que tanto eles quanto seus pais possam se sentir seguros em relação ao futuro.

Mas, voltando à nossa análise quanto à alfabetização e diversidade, além do Fundep, que eu destaquei aqui como um projeto nosso e que tem o apoio do MEC, eu quero falar também do Brasil Alfabetizado.

O Brasil Alfabetizado, Sr. Presidente, apoiou a alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais. O programa contempla a oferta de bolsas para alfabetizadores e alfabetizandos, bem como a transferência de recursos para apoio às atividades de alfabetização. Houve atendimento de 1,6 milhão de alfabetizandos no ciclo 2008 e expansão do apoio técnico aos parceiros, abrangendo 1.928 municípios com taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%.

Sr. Presidente, a alfabetização trata, certamente, de um processo amplo que vai além do mundo da escrita. Nós aprendemos, todos os dias: são palavras novas, conceitos novos, uma nova visão de mundo – sem falar que é um processo exemplar de inclusão.

Todos esses dados que trouxe aqui, Sr. Presidente, demonstram que nós estamos trilhando um novo caminho, um caminho correto em relação à educação do nosso País. Isso é indiscutível.

Agora, como sempre digo, temos que entender que estamos no caminho certo, e repito, de novo, uma frase que digo sempre, Sr. Presidente, desde os meus oito anos: se fizemos muito, é, com certeza, uma prova de que temos que fazer ainda muito mais. Eu tenho certeza de que, com o apoio do Congresso Nacional, independentemente de quem esteja no Governo, nós vamos investir cada vez mais na educação.

Sr. Presidente, quando eu digo que temos que avançar, é claro que eu digo que é lógico. É lógico que temos que avançar muito mais. Existe, por exemplo, o problema vivenciado pelos hospitais universitários, que são considerados modelos de excelência pelo Ministério da Saúde, mas que estão enfrentando seriíssimos problemas com a falta de profissionais e escassez de recursos. Mesmo agora, o Senador Papaléo e o Senador Mesquita Júnior falavam da debilidade da saúde.

Eu, ainda hoje, Senador Papaléo e Senador Mesquita Júnior, recebi telefonemas de amigos meus, que me diziam: “Olhe, eu tenho plano de saúde. Estou no hospital, estou na fila do leito. Calcule quem não tem plano de saúde”. Com plano de saúde, com certeza, os familiares estão na fila para buscar um leito. Calculem quem não tem plano de saúde.

Mas gostaria de dizer ainda que o MEC, em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, fez um relatório, que será apresentado ao Presidente Lula, contendo diversas medidas para buscar solução nessa área. Por exemplo, o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais visa, entre outras medidas, a ampliar a participação do Ministério da Saúde na composição do orçamento desses hospitais, contratar emergencialmente 5.443 profissionais, reativar 1.124 leitos fechados e criar, ainda, uma carreira

especial para os funcionários, com salários compatíveis aos do mercado.

Outra questão que o MEC está discutindo é a dos estudantes deficientes visuais que reclamam das políticas públicas voltadas para eles. O Programa Nacional do Livro Didático, instituído pelo MEC, foi suspenso para o ensino especial. A Diretora de Políticas de Educação Especial do MEC, Martinha Dutra, afirmou, recentemente, que não houve interrupção do fornecimento de material didático. Ela disse que, “em 2009, não haverá impressão de livros apenas porque este ano será de reposição”. Segundo ela, eles estão descentralizando a impressão dos livros do ensino médio e centralizando a produção dos títulos do ensino fundamental. Ela afirma ainda: “O Ministério vai destinar, até o fim do ano, às políticas públicas de inclusão dos deficientes visuais, pelo menos R\$200 milhões, contra R\$100 milhões gastos em 2008”. Ela sustenta que não estão trocando o livro pelo computador, mas acrescentando novas mídias.

Faço aqui, por fim, Sr. Presidente, um apelo ao MEC para que olhe essa questão com muito carinho, com o carinho que a situação exige.

Sr. Presidente, quero, também, deixar aqui registro de documento que recebi do movimento Fies Justo.

O Fies é um programa do Governo Federal para o financiamento estudantil que tem a finalidade de atender ao estudante carente no custeio do primeiro curso de graduação em instituições de ensino superior não gratuitas.

Em entrevista, recentemente, a um **jornal** que li, uma pessoa beneficiada pelo Fies disse: “Por mais que você pague, sempre tem um saldo devedor remanescente. Eu optei pelo Fies” – diz ele – “porque não tinha como arcar com o valor da faculdade. Mas se soubesse que seria assim, não teria feito o curso”. Porque não consegue, nunca, concluir o pagamento desse Fies.

O movimento reivindica que o programa Fies tenha os mesmos benefícios que foram concedidos aos beneficiários do extinto Creduc, ou seja, 90% de desconto para os adimplentes e 80% para os inadimplentes.

Lembro, senhores, que aqui, na nossa Casa, no Senado, já existem duas matérias em tramitação. Pediram que eu entrasse com um projeto. Fui ver, e já existe um, do Senador Expedito Júnior; e outro, do Senador Cristovam Buarque. Na Câmara, existe uma outra proposta que vai neste mesmo sentido, para socorrer o estudante do Fies, do Deputado Paulo Pimenta. Eu me comprometi com eles a apoiar tanto o projeto do Deputado Paulo Pimenta, como também do Senador Cristovam e do Expedito Júnior.

O movimento Fies Justo apresentou, também, algumas propostas que poderão aliviar milhares de pessoas que se sacrificam para honrar seus compromissos junto ao Fies, e que passo a citar: prazo de pagamento contado a partir da primeira fase da amortização – entendemos que o prazo deve ser contado a partir da primeira fase, Sr. Presidente, fase essa em que o beneficiário inicia o pagamento do valor aproximado de parte da mensalidade que paga junto à instituição de ensino superior, denominada IES, que tem a duração de um ano.

Por exemplo, tenho 100 meses para pagar a dívida. Em vez de começar a contar a partir da conclusão do curso, ou seja, no momento em que começa a primeira fase da amortização, a CEF começa a contar a partir da assinatura do contrato do financiamento.

Outra sugestão é a suspensão das execuções pela CEF enquanto for discutida a matéria no Congresso – esse pedido tem por objeto evitar mais danos aos alunos que se encontram inadimplentes.

Sr. Presidente, o documento que recebi é assinado pela coordenadora do Fies Justo, Daniela Pellegrini Nóbrega, que diz que o Governo anistia a dívida dos agricultores, do Creduc, do Refis, dos Prefeitos, dos floricultores, enfim, dá uma anistia quase que total e irrestrita a diversos setores da sociedade. Por que não, também, aos hoje profissionais oriundos do Fies que não podem pagar a sua dívida com a União?

Sr. Presidente, eles lembram: “(...) somos assalariados e quando somos.”

A boa notícia, Sr. Presidente, que eu posso aqui informar depois desses comentários que fiz, mediante documentos que recebi, é que o Ministério da Educação encaminhou proposta à Casa Civil permitindo a rediscussão das dívidas dos contratos do Fies. A notícia foi confirmada pelo Ministro Fernando Haddad ao Deputado Paulo Pimenta e à Coordenadora do Movimento Nacional Fies Justo, Daniela Pellegrini.

Conforme veiculado, Sr. Presidente, nos meios de comunicação, o Ministério da Educação (MEC) pedirá ao Conselho Monetário Nacional que abra discussão, na reunião marcada para 25 de junho, sobre a redução de juros nos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) assinados antes de 2006.

O anúncio foi feito pelo Ministro Fernando Haddad na última semana, após lançar medidas para fortalecer a carreira do magistério. Disse o Ministro: “Entendíamos que a medida que reduziu os juros do Fies deveria ter caráter retroativo. Baixou para os novos, deveria baixar para os antigos.”. Infelizmente, isso não foi feito e o problema, identificado, já está sendo corrigido, ou pelo

menos há intenção de se corrigir com a demanda que chegou junto ao MEC.

Sr. Presidente, o assunto será levado à consideração do CMN, visando a fazer com que o agente financeiro aceite retroagir essa decisão.

Entre as medidas de estímulo à carreira do professor está a apresentação de projeto de alteração da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que regulamenta o Fies. De acordo com o projeto de lei, o estudante de cursos de licenciatura, ao se formar e se tornar professor de uma escola pública, poderá abater 1% da dívida com o financiamento a cada mês trabalhado. A alteração também é válida para os médicos, que poderão financiar 100% de sua graduação e pagar com trabalho, atuando no programa Saúde da Família.

Quero, Sr. Presidente, por fim, ratificar as palavras dos Deputados e Senadores que estão nessa luta, que dizem que a organização do Movimento Fies Justo levou o Governo a buscar uma solução mais ágil, numa demonstração de que a mobilização contínua é fundamental.

Jovens estão entrando no mercado de trabalho com dívidas absurdas, praticamente impagáveis. Pela iniciativa dos coordenadores do Movimento Fies Justo, já temos, agora, pelo menos uma expectativa de que essa dívida poderá ser anistiada ou diminuída.

Termino dizendo que deixo meu total apoio ao Movimento Fies Justo e meus votos de que seja encontrada uma solução rápida para o impasse.

Sr. Presidente, torno a fazer um apelo para que a sociedade, como um todo, olhe mais atentamente para a educação e com muito respeito para aqueles que estão interagindo na busca de soluções para combater a violência nas escolas.

Senador Mão Santa, só eu apresentei três projetos nesse sentido.

Precisamos de um grande debate para que a educação seja, efetivamente, para todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Esta é uma reunião de segunda-feira do Senado da República do Brasil. É uma reunião não deliberativa, onde os Senadores da República falam para a Pátria, para o povo.

Acabamos de ouvir reflexões do Senador Paulo Paim: o lado positivo da educação deste Governo e o lado, também, que está a dever. O debate foi enriquecido por inteligências privilegiadas.

Geraldo Mesquita deu o testemunho de que um gari, mostrando dificuldade para cumprir a sua função de higienizar uma cidade, ao ser escutado sobre qual o maior problema, reconheceu que a falta de educação do povo brasileiro era o que contribuía para isso.

Ouvimos, também, a experiência de Papaléo Paes, mostrando saudades dos tempos em que as escolas do Brasil mantinham como ensino fundamental a formação disciplinar. Realmente, eram boas.

Eu daria só um exemplo para o Paim: Luiz Inácio, nosso querido Presidente, foi um privilegiado. Naquele tempo, o País era mais organizado, a população era menor e havia menos escolas técnicas, mas ele foi aluno de uma das escolas técnicas mais importantes: o Senai.

Eu conheço porque a minha família criou o Senai em Parnaíba. O nome do mais importante é até do meu padrinho e tio, José de Moraes Correa. Sem nunca ter sido aluno de lá, ainda hoje sei o nome do diretor – José Mário Aranha de Pinheiro –, porque era uma pessoa de grande dignidade, de respeito e responsabilidade. Isso lá na Parnaíba, imagine Luiz Inácio Lula da Silva, brasileiro privilegiado, abençoado, que estudou no Senai de São Paulo.

Então, as escolas eram boas, daí a situação do Luiz Inácio Lula da Silva. Naquele tempo, os governos proporcionavam escolas, como o Papaléo lembrou, fundamentadas no civismo e na disciplina, que são essenciais para a educação.

Então, o País... Eu só queria estimular todo o entusiasmo partidário do Paim falando do que ouvi, nessa tribuna, de uma professora, em um pronunciamento desses, não deliberativo.

A Marisa Serrano é do PSDB e eu a ouvi, daqui, alertar este País. Eu queria lembrar ao Luiz Inácio da Silva: ela, que é professora, ela, que é Senadora, disse que este País está em uma fase muito difícil e que 90% das cidades brasileiras – 90%! – não têm uma livraria. Sou da geração que aprendemos com Monteiro Lobato, que disse que um país se forma com homens e livros. Noventa por cento, atentai bem, Luiz Inácio.

Aqui é o Senado da República e nós podemos dizer a verdade. Não é mídia paga. Aqui, a mídia é a do povo, a voz do povo. Noventa por cento das cidades brasileiras não têm uma livraria: palavras da Senadora e professora Marisa Serrano.

Então, este País está muito mal-educado, daí a barbárie em que vivemos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso, é fundamental, Sr. Presidente, a iniciativa do fundo para que tenhamos bibliotecas em todas as cidades neste País. Tenho certeza de que isso será aprovado e teremos mais investimentos não só para a sala de aula, mas para que também toda cidade tenha biblioteca.

Eu só quero encaminhar a V. Ex^a – não vou ler – a carta que recebi da Daniela Pellegrini Nóbrega, que coordena esse Movimento Fies Justo.

Peço a V. Ex^a que a considere na íntegra, mas, na verdade, são dois pontos. Primeiro: prazo de pagamento contado a partir da primeira fase da amortização e, segundo, suspensão da execução pela CEF enquanto for discutida, aqui no Congresso, essa matéria, ou seja, Fies Justo.

Obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Ilmo. Sr.

Senador Paulo Paim

Brasília (DF), 28 de maio de 2009

Ref.: proposta aos beneficiários do FIES.

Em nome da comissão do movimento FIES JUSTO, venho através dessa solicitar providências para este Programa de Financiamento Estudantil - que tem a finalidade de atender ao estudante carente no custeio do primeiro curso de graduação em Instituição de Ensino Superior não-gratuitas.

Como o FIES era o único instrumento para permitir o nosso acesso ao ensino superior, então não tivemos outra escolha. Não sabíamos na íntegra o que era o FIES, pois estávamos movidos pela vontade de estudar, de concretizar um sonho, de entrar em uma faculdade e de galgar um futuro promissor. Por outro lado o próprio FIES nos passou uma idéia de um programa assistencial. Os moldes de seleção, as regras impostas pelos agentes (MEC, Caixa Econômica Federal) nos fez com que enveredássemos em um caminho tortuoso.

O Ministro da Educação, Fernando Haddad, ficou de apresentar ao Congresso uma proposta reduzindo os juros de 9% para 3,5% para todos os contratos. O problema é que apenas a redução dos juros não vai adiantar muito, pois as dívidas são altíssimas e o valor da mensalidade e da dívida ainda continuará oneroso para os beneficiários do Fies, uma vez que muitos encontram-se desempregados e ou com salários baixos, por ainda não ter conseguido uma melhor qualificação no mercado.

Solicito a Vossa Excelência que apresente um Projeto de Lei, assim como fez na Câmara dos Deputados, o dep. Paulo Pimenta, que apresentou o PL nº 4945/09, pedindo para adotar ao programa FIES, os mesmos benefícios que foram concedidos aos beneficiários do extinto CREDUC, ou seja, 90% de desconto para os adimplentes e 80% para os inadimplentes.

Contudo, apresento algumas propostas que poderão aliviar milhares de pessoas que se sacrificam para honrar seus compromissos junto ao Fies:

1. Prazo de pagamento contado a partir da 1ª fase da amortização – entendemos que o prazo deve ser contado a partir da primeira fase da amortização, fase essa em que o beneficiário inicia o pagamento do valor aproximado de parte da mensalidade que paga junto a Instituição de Ensino Superior, denominado IES, que tem a duração de um ano. (Por exemplo, tenho 100 meses para pagar a dívida, ao invés de começar a contar a partir da conclusão do curso, ou seja, no momento em que começa a 1ª fase da amortização, a CEF começa a contar a partir da assinatura do contrato do financiamento).

2. Suspensão das execuções pela CEF enquanto for discutida a matéria no Congresso – esse pedido tem por objeto evitar mais danos aos beneficiários que se encontram inadimplentes.

Com essas propostas, ilustre Senador, acrescentado as que foram apresentadas pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, entendemos que podem ajudar os atuais beneficiários pelo fies, sem comprometer o futuros contratos.

Respeitosamente,

Daniela Pellegrini Nóbrega
Coordenadora - FIESJUSTO

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, chamo a atenção de V. Ex^a, que defende a valorização do salário do trabalhador. Depois da luta para resgatar o salário dos aposentados, V. Ex^a tem que resgatar o das professoras. Não acredito num país em que um magistrado ganha setenta vezes mais do que uma professora. Um magistrado. Deus não fez aquele magistrado com setenta estômagos e a professora só com um.

Nos países organizados e civilizados, Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a diferença do maior para o menor salário é de dez vezes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, só para ajudar, sem querer fazer o debate da tribuna. V. Ex^a tem razão; tanto que aprovamos aqui o piso mínimo de R\$ 950,00 e, infelizmente, cinco Governadores, inclusive a do Rio Grande do Sul, entraram no Supremo Tribunal Federal para não pagar os míseros R\$ 950,00 aos professores.

Por isso, aproveito a sua fala para pedir aos cinco Governadores que recuem e permitam que os professores ganhem, pelo menos, R\$950,00, o que é uma mixaria.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Por isto que estas sessões estão se tornando as mais importantes, porque é um debate franco dos Senadores, que têm o dever de trazer para cá o pensamento e o sentimento do povo do Brasil.

Convidamos para usar da palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cessão do Senador Aldemir Santana.

Geraldo Mesquita Junior é filho de político, seu pai governou com muita sabedoria o Estado do Acre, o Estado de talvez a mais brava história do Brasil. Foi o único povo que se libertou; chegou a ser uma república, cujas terras foram conquistadas com heroísmo. Esse heroísmo é representado aqui por Geraldo Mesquita Júnior. Eu estudo muito Rui Barbosa. Eu conheço Rui Barbosa por meio do estudo, mas tive o privilégio de conhecer Geraldo Mesquita pessoalmente. Eu penso que, se os colocarmos em uma balança, empatam-se os pesos! Este homem representa a firmeza do Direito na República do Brasil.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, antes de tudo, obrigado pela bondade. Todos sabem aqui que se trata de bondade de V. Ex^a, que tem um coração muito grande.

Quero cumprimentar os Senadores presentes, o Senador Papaléo Paes, o Senador Paulo Paim, o Senador Eurípedes Camargo, que está ali no canto, além de V. Ex^a e todos que nos ouvem.

Senador Mão Santa, eu reuni nesse final de semana e no dia de hoje três matérias que aparentemente não têm nada a ver uma com a outra, mas eu vou demonstrar aqui que têm, e muito. Uma delas eu colhi da imprensa lá do meu Estado, particularmente do *Blog da Amazônia*, do **jornalista** Altino Machado. Ele dá conta da eleição da sindicalista Dercy Teles Cunha, reeleita presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Aliás, este será, se não me falha a memória, o terceiro mandato dela a frente desse sindicato. O primeiro foi na década de 80: entre 1981 e 1982, ela já havia sido presidente desse importante sindicato, antes mesmo de Chico Mendes presidi-lo. Há pouco tempo, ela foi eleita e, agora, reeleita presidente desse sindicato.

O jornalista Altino insere a eleição da Dercy no contexto político do Estado, dizendo:

Dercy Teles Cunha derrotou Francisco Assiz Monteiro e toda a estrutura do PT, da Prefeitura de Xapuri e do Governo estadual, que chegou a destacar cinco Secretários para o Município neste sábado, quando foi realizada a eleição.

E ele diz ainda:

Nem mesmo uma liminar deferida pela Justiça do Trabalho para que pudessem votar os inadimplentes foi capaz de permitir a retomada do sindicato pelos petistas. Dercy, ligada ao PV, venceu com 321 votos contra 315 votos de Assiz Monteiro. Venceu até na urna separada para os inadimplentes.

Novidade: os inadimplentes do sindicato foram autorizados pela Justiça a votar. Ela venceu até nessa urna dos inadimplentes.

E segue: “Quando presidiu o sindicato pela primeira vez (1981-1982), antes mesmo de Chico Mendes, Dercy Teles de Carvalho se tornou a primeira mulher no País a dirigir uma organização de trabalhadores rurais”.

E ela fala:

Estou feliz, embora os adversários estejam ameaçando recorrer à Justiça contra o resultado da eleição. A pressão do PT e do Governo estadual tem sido quase insuportável para que tenham o controle de tudo mas vamos continuar resistindo.

No final do ano passado, Senador Mão Santa, Dercy Teles deu uma entrevista para o mesmo *Blog da Amazônia*. Na oportunidade, Senador Eurípedes, em Xapuri, estava se realizando a “Semana Chico Mendes”, num registro da época em que Chico Mendes foi assassinado, e a Dercy, por ser uma sindicalista crí-

ca, não foi convidada para esse evento e fez publicar e distribuir uma nota em que dizia que o extrativismo florestal no Acre estava falido – ela, com a sua larga experiência sindical e de trabalhadora rural. Por conta disto, ela foi alijada das comemorações e deu uma longa entrevista para Altino Machado. Logo adiante, eu vou me reportar a alguns trechos da entrevista que acho que vale a pena.

O segundo fato, Senador Mão Santa, é que *O Globo* publica hoje a seguinte manchete: “Greenpeace: Governo é Sócio de Desmatadores” E o subtítulo é o seguinte: “*BNDES financia pecuaristas responsáveis por 80% da devastação da Amazônia e planeja duplicar a produção*”.

Eu não sei do BNDES, mas há um agente financeiro lá na região, o Basa – Banco da Amazônia... E isto ninguém me disse, eu vejo, quando ando pelo Acre, nas estradas rurais, pelos ramais adentro, as placas do Basa.

Senador Eurípedes, confesso, com toda a sinceridade, que nunca vi uma placa do Basa numa pequena propriedade com aqueles dizeres: “Este empreendimento é financiado com recursos do Banco da Amazônia”. Invariavelmente, vejo essa placa afixada no portal de médias e grandes fazendas no Acre.

Como disse, não sei do BNDES, não tenho levantamento, mas do Basa, não precisaria desse levantamento, nem que ninguém me diga. O Basa, um banco que deveria fomentar o chamado desenvolvimento sustentável na Amazônia, financia fazendas. E se poderia dizer: “Há algum mal nisso?” Mal, não sei; mas que é uma grande contradição deste Governo, é.

O Governo que, no discurso, prega o desenvolvimento sustentável, mas que, na prática, faz exatamente aquilo que o conjunto das pessoas no nosso País hoje querem resolver, a questão do avanço da pecuária na Floresta Amazônica. Ou seja, na prática, o Governo promove, como parceiro, inclusive... O Basa é um banco oficial. Como parceiro, o Governo promove o avanço para cima da Floresta Amazônica e, no discurso, diz exatamente o contrário, que está combatendo o desmatamento. Não está, não!

Agora, para mim, não há mal nenhum em financiar as fazendas, mesmo que não seja nem para avançar sobre a mata, Senador Paim. Fazenda tem custeio, tem vacina, tem uma série de atividades que precisam ser financiadas. Não vejo mal nenhum em financiar. O mal que enxergo é a grande contradição deste Governo, tanto o estadual como o federal, que, no discurso, prega uma coisa, mas, na prática, faz exatamente o contrário.

Está aqui o *Globo* anunciando um estudo feito pelo Greenpeace, relativo aos recursos do BNDES,

que confesso desconhecer. Não sei. No Basa pode, inclusive, ter dinheiro do próprio BNDES. E esse financiamento que o Basa faz para as grandes fazendas no Acre, pode ser, quem sabe, oriundo do próprio BNDES. Não tenho conhecimento, mas que o Basa faz isso lá no Acre faz. Não sei no restante da Amazônia.

A terceira notícia, que pode, aparentemente, não ter nada que ver com as outras – mas tem, e muito –, colhi do artigo da Senadora Marina Silva, publicado hoje na Folha de S.Paulo. Toda segunda-feira a Senadora Marina publica um artigo; e o de hoje é muito interessante.

Vou até ler um pequeno trecho aqui, porque é muito interessante.

Ela diz o seguinte:

Foram duas horas na casa do meu avô, no antigo seringal Bagaço, no Acre. Meu pai não tirava o ouvido do rádio, segurando o botão para manter a frequência e melhorar o chiado, a outra mão agarrada à tábua, que era o suporte do aparelho. Equilibrava-se ora num pé, ora noutro, sem arredar um minuto. Ele acompanhava a transmissão da posse do General Garrastazu Médici, na Presidência da República, em outubro de 69.

A criançada ao lado, em silêncio, sabia só que estava acontecendo alguma coisa muito importante. Quando terminou, meu pai desligou o rádio, soltou os braços ao longo do corpo, olhou para minha mãe e disse: “Ele não falou nada do aumento do preço da borracha”.

Quer dizer, um velho seringueiro, lá no seringal Bagaço, ao lado, a filha que, hoje, é Senadora da República, foi Ministra do Meio Ambiente, na transmissão de um cargo de um Presidente para outro, aguardava que o empossado falasse alguma coisa sobre a borracha, que, durante mais de um século, foi o grande sustentáculo, diria até que de 90%, das pessoas que viviam no Acre. Hoje, em bancarrota a atividade extrativa da borracha.

Pois olhe, Senador Cristovam, três fatos que, aparentemente, podem não ter nada a ver uma coisa com a outra: a eleição de uma sindicalista para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, meca do PT no Acre. Pela terceira vez é eleita. E, como ela mesma se intitula, resistente à pressão do PT, do Governo, para controlar tudo e todos no Estado. A Dercy – e quero aqui parabenizá-la por sua eleição –, uma figura física frágil, mas uma pessoa de uma grandeza incrível, porque está numa luta como essa, resistindo. Para enfrentar tudo o que a gente sabe que no Acre

as pessoas têm de enfrentar, tem que ser uma grande mulher, senão já teria desistido há muito tempo.

Como eu disse, vou ler alguns trechos da entrevista que ela deu no ano passado, no momento em que ela era cortada da programação oficial da Semana Chico Mendes; ela que foi companheira do Chico Mendes.

Mas por que eu trago isso tudo à baila? Primeiro que há muita gente ainda no Acre que resiste a esse falso discurso do desenvolvimento sustentável, esse blá-blá-blá danado que, na prática, é uma coisa completamente diferente.

Eu costumo dizer, Senador Buarque, que desenvolvimento sustentável, no meu Estado, na prática, significa exatamente o seguinte: que a grande maioria da população do Acre sustenta o desenvolvimento de poucos. Essa é a tradução literal do desenvolvimento sustentável praticado até hoje no meu Estado. Mas, no discurso, na mídia, na propaganda, que encanta, que contagia as pessoas no Brasil e no mundo afora é outra coisa: é uma coisa grandiosa, é uma coisa bonita. Entende? Não é, não. É uma coisa triste de se ver. É o abandono.

A Dercy foi eleita Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Trabalhadores rurais, pequenos produtores, no Acre, foram simplesmente abandonados, jogados às traças. O Governo virou as costas para esse coletivo de pessoas que estava lá tentando trabalhar, produzir.

Um dia desses o Ministério Público Federal, em parceria com o Ministério Público do Estado, tomou a iniciativa de protocolar uma ação civil pública propondo que queimadas no Acre cessem completamente até 2014. Porém, pela primeira vez, obriga, pela ação civil pública, ou seja, vincula a obrigação de os Governos Federal, Estadual e Municipal proverem aquilo que seja necessário para a substituição tecnológica do processo de produção no Estado.

O Governo virou as costas para os pequenos e médios produtores rurais do meu Estado, que precisam viver, Senador Buarque, precisam produzir. A gente tem mania de achar que essas pessoas só precisam produzir para autosubsistência. Não é, não. Eles precisam gerar um pequeno excedente ou mesmo um grande excedente, para comercializar, para terem uma vida melhor. Todo mundo quer isso. Mas, ali, eles estão condenados, Senador Paim, a só produzirem aquilo que é extremamente necessário para eles comerem.

Isso é condenar as pessoas a uma pequenez que não cabe no tamanho dos acreanos. Os acreanos são grandes, são trabalhadores. Essa limitação toda é uma roupa que não consegue vestir o povo acreano. Ali se resiste, ali há pessoas que estão resistindo

a isso tudo, a essa volúpia do domínio completo das pessoas, das instituições.

Ali, no Acre, a coisa é complicada. Por se tratar de um pequeno Estado, a grande imprensa não toma conhecimento, as pessoas preferem embarcar na publicidade oficial, no discurso fácil do desenvolvimento sustentável, da preservação, que, na prática, não ocorre.

Anos atrás, aqui neste Senado, eu trouxe a notícia de que o Governo estava patrocinando a retirada de madeira da reserva do Antimary, no Acre. O mundo quase veio abaixo! O mundo quase veio abaixo! Pois estava e está ainda e não só na reserva do Antimary, também na reserva Chico Mendes. Faz, mas o discurso é completamente outro.

O Basa financia, sim, fazendas. Nunca andei num ramal da minha terra, Senador Buarque, para ver uma placa do Basa numa pequena propriedade de um pequeno produtor, dizendo: "O Basa financia este empreendimento". O que mais a gente vê é placa do Basa no portal das médias e grandes fazendas. Repito: há alguma coisa ilícita nisso? Não. Os fazendeiros precisam de financiamento. O ruim dessa história é a contradição que este Governo opera: de um lado, o discurso fácil da preservação, do combate ao avanço sobre a floresta, e, do outro, é sócio-parceiro dessa destruição, porque um instrumento financeiro como o Basa deveria apoiar aquilo que a Dercy cobra.

A Dercy diz aqui que o extrativismo florestal no Acre está falido, Senador Mão Santa, completamente falido. No meio de uma entrevista concedida, afirma que o Governo faz o discurso da promoção de algumas ações, do óleo de copaíba, por exemplo, que é uma riqueza da floresta, um produto usado em larga escala pelas farmácias etc, e diz: "Olha, procure onde você consegue vender a copaíba aqui em Xapuri, Rio Branco ou onde for aqui no Acre. Ninguém consegue achar". O Governo fica no discurso e não cria as estruturas necessárias para dar apoio ao extrativista que se dedica a uma atividade como essa.

Eu me referi ao discurso da Senadora Marina, que diz o seguinte:

Na semana passada, me vi tendo a mesma reação de desânimo de meu pai. Li atentamente as entrevistas do presidente Lula e do ex-presidente Fernando Henrique à revista "Época" sobre as perspectivas do Brasil para 2020. E eles não falaram nada do meio ambiente.

É claro, essa é a praia da Senadora Marina. Mas, quando comecei a ler o artigo dela, eu esperava que ela dissesse, mais uma vez, da decepção por este

Governo ter esquecido completamente a questão da borracha.

Anos atrás, Senador Eurípedes, até a década de 70, o Acre ainda produzia muita borracha. O Governo Federal tinha um órgão, a Sudhevea (Superintendência do Desenvolvimento da Borracha), que durante algum tempo cuidou de promover a recuperação do setor, dando um apoio forte aos produtores, aos seringueiros, aos seringalistas nativos, promovendo o plantio de seringueira, inclusive fora da Amazônia. Hoje, produz-se muita borracha de seringal de cultivo, em São Paulo, na Bahia, em Minas. O povo brasileiro não sabe disso. Foi fruto do esforço daquela época, sob a direção do Dr. Cesário Menezes de Barros. O Probor I e o Probor II eram linhas de financiamento para recuperação do setor da borracha. Isso funcionou durante algum tempo.

Na região amazônica, particularmente no Acre, lidamos com um fato negativo: uma praga que dava no plantio. Em nosso Estado, nos seringais de cultivo, não conseguimos nos livrar do mal das folhas, Senador Paim, e os plantios normalmente davam em nada porque os seringais se acabavam em razão do mal. Passado muito tempo, creio que já devamos ter tecnologia para enfrentar essa praga e retomar a produção de borracha na Amazônia e no Acre, que muitos dizem que é coisa do passado.

A Senadora Marina, por exemplo, que é um ícone do meio ambiente, podia bradar ao mundo, já que ela é ouvida – o mundo inteiro ouve a Senadora Marina –, para que os grandes consumidores de borracha do mundo possam não só voltar sua atenção para a compra de borracha da Amazônia, do Acre, em particular, mas inclusive financiar a recuperação desse setor.

Tenho certeza de que se a Senadora Marina bradasse ao mundo inteiro – bastaria que ela viesse aqui a esta tribuna, Senador Paim –, teríamos chance de ver novamente o brilho nos olhos de homens e mulheres do Acre, que, com uma persistência incrível, ainda teimam em tirar o látex da seringueira, em produzir a borracha na forma de látex, que está sendo utilizado em uma fábrica de preservativos instalada lá no nosso Estado. E a Dercy aqui fala do atraso de quatro, cinco meses no pagamento aos pequenos fornecedores, o que é uma covardia. O que é uma covardia!

Mas, antes de prosseguir e finalizar meu discurso, quero conceder ao Senador Mão Santa e, em seguida, ao Senador Cristovam Buarque os apartes solicitados.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a traduz a bravura do povo acreano. Eu entendo que nenhum povo foi mais bravo do que o acreano na conquista das suas riquezas, do ouro bran-

co, da borracha, dos seringais. A bravura foi tão grande que muitos nordestinos foram atraídos para aquela luta, que, como um bem nunca vem só, acabou com a conquista do território acreano para o Brasil. Não foi negócio de Barão do Rio Branco, não. Aquilo foi bravura do povo acreano. Foi um povo mais bravo... Aquelas terras pertenceram à Bolívia, que venderam para os americanos, e que, depois, foram conquistadas pelo povo acreano, e aí está. Eu apenas queria mostrar a importância do pronunciamento de V. Ex^a. No Piauí, que é muito pobre de vegetação, muito pobre, muito pobre, o próprio Governo do PT, que domina o Piauí, vendeu, de uma lapada só, 376 mil hectares de uma floresta vermelha, na Serra das Confusões, para uma empresa fazer carvão, a Carbon, lá do Rio de Janeiro. Com muita luta e com o auxílio da Ministra Marina Silva, conseguimos deter essa iniciativa. Mas eles são useiros e vezeiros em ganhar dinheiro. Agora, foram perto do parque, lá onde é o berço do homem americano. E eles venderam agora, para outra empresa, de outro Estado, 14 mil hectares de coqueiros, próximo ao Parque Nacional da Serra da Capivara – e 14 mil hectares de coqueiros, o que para o Piauí é muita vegetação –, para também serem transformados em carvão. Agora, eu queria estimular. V. Ex^a está estimulando a Marina Silva, que se tornou o maior ícone. E quis Deus eu ter em mão o livro *Inabalável*, que é a história de Wangari Maathai, Prêmio Nobel da Paz. Essa mulher, lá no Quênia, defendeu a natureza, o ambiente, foi inspiradora do movimento ambientalista Cinturão Verde, mas o maior destaque que ela teve foi por enfrentar o governo do Quênia. Foi presa dezenas de vezes. A nossa Marina ainda não foi presa nenhuma vez! Então, ela tem que entrar nessa luta, salvaguardando, mas entendendo que, da natureza, como diz Sófocles, muitas são as maravilhas, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Sempre que houver condições, sem matar a natureza, que ela dê possibilidade de vida para o bravo povo do Acre. Essas são minhas palavras.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Aproveito a oportunidade para registrar, com muita satisfação, a presença do Senador Jorge Kalume, que foi Governador do Estado, Senador e um apaixonado pelo tema borracha, seringueiros, seringalistas. Ele lidou muitos anos com essa prática e conhece mais do que ninguém a questão. Seja bem-vindo, Senador Kalume!

Concedo, com o maior prazer, um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, fico muito feliz de ouvir seu discurso, porque um tema a que o Brasil deveria se dedicar nos próximos anos –

não temos muito tempo – é a forma como utilizar bem esse imenso patrimônio que é a Amazônia brasileira, a serviço do povo que ali vive e da humanidade inteira, que nenhum povo específico deve esquecer. Esse é o desafio! Lamentavelmente, nós, quando lemos os jornais, vemos muitas denúncias, como a que, hoje, estava no jornal, falando que o Governo é sócio do desmatamento, porque financia os desmatadores, as madeireiras. Vemos até mesmo uma ou outra sugestão, mas não vejo um candidato a Presidente debatendo qual seu projeto para a Amazônia, qual seu projeto para manter a soberania com responsabilidade e com retorno à população local. São três coisas das quais não nos podemos esquecer: nossa soberania, nossa responsabilidade com o mundo, o retorno para a população local. Esse debate, o senhor o está abrindo aqui, e fico satisfeito. Ele exige uma reflexão muito profunda, porque, de repente, neste País – até acho que isso ocorra por falta de um nível educacional muito bom –, a gente simplifica tudo, e você fica a favor ou fica contra, você não entende o problema e não vê que, em geral, a saída não está em manter a floresta verde intacta, como ao longo dos milhões de anos, nem em transformá-la em deserto. A gente divide: há os verdes e os depredadores. Esse debate não está sendo feito em nível nacional quando a gente ouve falar nos candidatos a Presidente, até porque, a meu ver, a posição deles é a posição da indústria, sem um compromisso ecológico, aqui e ali fazendo uma concessão às ONGs, aos ecologistas, sem ver o povo local. Tenho tentado entender a questão, tenho tentado buscar soluções, e uma delas, que não é a solução, mas uma colaboração, é a ideia que, em 2006, chamei de *royalty* verde: cobrar um *royalty* pela exploração do petróleo, para que esse dinheiro sirva para ajudar o desenvolvimento e a manutenção da floresta. Ou seja, esse dinheiro seria usado para manter a responsabilidade humanista pró-conservação e para dar um retorno à população local. Esse é um pedacinho, obviamente, mas é uma contribuição. Aparentemente, esse projeto está com parecer negativo na Comissão em que está sendo estudado, o que acho lamentável. Talvez, valesse a pena fazer um debate sobre isso; talvez, valesse a pena fazer uma audiência pública, mas não simplesmente rejeitar o projeto. Parece que, mais uma vez, a gente vai cair na discussão maniqueísta do problema da Amazônia. Não se pode acabar com a soberania, nem impor a soberania destrutiva e tampouco a soberania protecionista *ad eternum, ad infinitum*, tudo que ali está como está, esquecendo-se dos direitos que o povo de lá tem. Então, acho muito boa sua ponderação. Mas, talvez, como fizemos aqui uma vigília em defesa da Amazônia, deveríamos fazer uma vigília na busca

de o que fazer com a Amazônia, para mantermos soberania, responsabilidade e retorno à população. É uma santíssima trindade. Se a gente não trabalhar bem, vai errar, seja acabando com a soberania, destruindo-a, seja condenando a população a emigrar ou a viver em condições diferentes daquelas em que vivem os que moram em outras áreas. Então, espero que o senhor leve adiante seu discurso e que isso desperte esta comunidade chamada Senado, para refletirmos sobre o que fazer decentemente, progressivamente ou progressivamente, com esse recurso maravilhoso que se chama Amazônia e que é constituído das florestas e do povo que ali vive.

O SR. GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB – AC) – Senador Buarque, agradeço-lhe muito sua contribuição para o debate. E digo a V. Ex^a que, além de necessário, todo recurso será bem-vindo, para que possa ser aplicado na Amazônia. V. Ex^a tocou na ferida. Não há projeto para a Amazônia. O projeto é o que os grandes interesses na Amazônia determinam. O Governo vive refém desses grandes interesses, seja da pecuária, seja do minério, seja do que for. Os grandes interesses que pairam sobre a Amazônia e que extraem riquezas de forma a que alguns poucos se beneficiem e que a grande maioria viva na pindaíba é que determinam o projeto da Amazônia em vigor.

Então, além da sua preocupação, que acho louvável e legítima, de se buscarem, pela extração de petróleo, *royalties*, para que apliquemos na Amazônia, devemos provocar, incansavelmente, Senador Cristovam Buarque, o debate sobre a formulação de um grande projeto para a Amazônia, sobre o que queremos dela. E devemos partir de coisas simples, Senador Cristovam Buarque.

Veja V. Ex^a que também concordo com a Senadora Marina, que merece meu inteiro respeito, como também o do povo brasileiro. Concordo em que devemos ter o maior cuidado com nossa floresta, mas sou daqueles que pensam que precisamos conciliar, Senador Cristovam Buarque. Há milhares de pessoas vivendo lá. Se não queremos que elas façam determinada coisa, temos de mostrar outros caminhos. E é preciso não só mostrar caminhos, mas também ser parceiro nessa aventura, ser parceiro nesses novos caminhos, Senador Paim. Se os pequenos agricultores no Acre não podem mais derrubar, queimar, brocar, precisamos apontar para eles outra maneira de produzir, Senador Paim. É isso o que chamo de substituição tecnológica.

O Estado do Acre, durante muito anos, negou-se a estabelecer essa parceria com os pequenos produtores. Estão eles agora emparedados, simplesmente emparedados, porque o Ministério Público diz que, até 2014, ninguém queima mais um graveto no Acre. E es-

sas pessoas, Senador Eurípedes, só dominam essa tecnologia. Para substituí-la, o Estado há de chegar junto com eles, mecanizando a agricultura, introduzindo novas formas de plantio. Eles não têm capacidade econômica, nem financeira de fazer isso. Isso é tarefa do Estado, do Estado brasileiro, do Estado acreano. Aí, sim, vamos poder reaproveitar, Senador Paim, milhares e milhares de hectares no Acre já derrubados, recuperar essa área toda, reutilizá-la na produção de comida, na produção de grãos, com as pessoas felizes, trabalhando, continuando a produzir, sem terem de sair de onde estão e ir para as cidades, onde podem as filhas ter um destino incerto e os filhos podem cair no crime. O cidadãozinho lá de uma pequena colônia vende sua coloniazinha por quase nada, Senador Paim, vai para a periferia de um Município daquele ou de Rio Branco, seja lá onde for, e, em dois ou três meses, está com uma mão na frente e outra atrás, desesperado, sem saber o que fazer.

A cidade inchando, o campo deixando de produzir, esse é o dilema que estamos vivendo lá, Senador Papaléo, a quem concedo, com muito prazer, um aparte. E vou concluir.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Senador, só nós que vivemos na Amazônia podemos dar algum tipo de opinião, algum tipo de sugestão. Acho que o Ministro do Meio Ambiente, o Sr. Minc, que, duas semanas atrás, fazia apologia à maconha – ao uso da maconha, à plantação da maconha, sei lá o quê –, nunca foi lá. Ele deve ter sobrevoado a área de helicóptero. Ele deve ser um estudioso do meio ambiente, mas um estudioso daquilo que interessa a ele. O Estado brasileiro não quer levar a sério a Amazônia, porque ela realmente é um barril de pólvora. Há instaladas ali, praticamente dominando aquela Amazônia, organizações não governamentais internacionais – pouquíssimas são sérias; outras, oportunistas – e pessoas que se aproveitam politicamente deste nome importante que é a Amazônia. Falam em Amazônia, falam em ecologia, falam em preservação, falam em conservação. V. Ex^a sabe que o Acre é o berço desse movimento todo que começou com o mártir Chico Mendes. Não conheço a história de Chico Mendes, mas quero respeitá-la em nome de V. Ex^a, se for tudo isso que falaram. De qualquer maneira, ele serviu como símbolo para o respeito à natureza. Está certo? E aí nós ficamos nesse dilema muito grande que é exatamente sabermos o que verdadeiramente fazem essas organizações não governamentais, que não sofrem controle algum por parte do Governo Federal ou do Governo do Estado de V. Ex^a, que não sofrem controle algum por parte de ninguém. Alguns anos atrás, uma senhora que se chamava – vou

falar nomes aqui – Dominique Galois, que era ligada à esquerda daquele tempo, àquela esquerda que não existe mais, tinha terras dentro da área indígena, nas quais eles aproveitavam para fazer exploração de minérios, do ouro e dos demais minérios. Se eu quisesse entrar lá, ela comandava os índios para não deixarem que eu ali entrasse. Eles faziam o contrabando de minério na nossa cara. Não sei por onde anda essa tal de Dominique Galois, mas ela viveu diversos anos lá. Quando assumiu o Governo do Amapá, o Governador Capiberibe – quero aqui trazer meus respeitos a ele, que foi nosso companheiro aqui e que assumiu, democraticamente, o Governo –, muito preocupado com a Amazônia, teve a infelicidade – V. Ex^a sabe que lobistas sabem trabalhar muito bem sua imagem e fazer com que os outros a trabalhem – de levar para o Amapá uma senhora chamada Marie Alegrete, que ali chegou como a grande estrela do meio ambiente. Essa senhora – não sei a origem dela, sinceramente, mas quero respeitar – seria, então, a embaixadora do meio ambiente pelo Amapá. Essa senhora chegou ali, impondo normas e regras dentro da cidade de Macapá. Eu era Prefeito e precisei colocá-la para correr do meu gabinete, senão ela iria acabar sentando na minha cadeira. Depois, fomos saber que ela realmente lida com o meio ambiente, mas é extremamente ligada a essas organizações não governamentais internacionais. Ela consegue recursos e mais recursos, ou seja, faz seu trabalho de lobista – ganha sua parte e dá para outras pessoas a quem possa interessar – e, no fim, é uma das pessoas que está no pedestal. Por sinal, um dia, eu a vi no aeroporto com a nossa Senadora Marina Silva. Não sei se é uma boa companhia para a Senadora Marina Silva, mas é uma senhora muito inteligente. Essa é uma denúncia que faço. Hoje, informaram-me que ela trabalha para a Natura, que explora nossa região amazônica, que explora nossa flora e nossa fauna de maneira indiscriminada. Passamos todos batidos por tudo isso. Então, Senador Geraldo Mesquita, quero lembrar ao povo brasileiro que, hoje, a bandeira da ecologia é muito forte, é uma bandeira que serve para muita gente se eleger. Que prestemos atenção, nós, brasileiros, em que mãos estamos colocando nossa Amazônia! Quais realmente deverão ser os processos de ação do Governo Federal? Não deve ser essa pirotecnia de que o Sr. Minc fica falando por aí, mas ações concretas. Deve haver ações que não deixem a Amazônia atrasar, mas que não a deixem ser devastada. Podemos tirar bom proveito da nossa Amazônia para nós, brasileiros. Mas, se deixarmos somente os estrangeiros tirarem seu proveito, vamos ficar aqui só com o restinho, injustiçados por nós mesmos, que não soubemos trabalhar para preservar, para conservar

e para tirar da Amazônia o meio de sustentação dos nossos moradores, dos nossos nativos, daqueles que fizeram a opção de morar lá. Então, minha homenagem a V. Ex^a pela preocupação! Peço que V. Ex^a considere e analise o aparte que acabei de fazer.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu o farei com toda certeza, Senador Papaléo, e com todo respeito, inclusive, ao que V. Ex^a agrega ao meu discurso. V. Ex^a se refere, por exemplo, ao Ministro Minc. Não vou aqui discutir a qualificação do Ministro Minc, da sua assessoria. Uma coisa é certa: se eu fosse Ministro do Meio Ambiente, além dos técnicos, além da minha própria assessoria, eu chamaria, para conversar, para tomar um café, para bater papo, o Senador Jorge Kalume, que está ali, que hoje veio nos visitar. Como ele, Senador Mão Santa, várias pessoas que já foram titulares de mandato, que já foram governadores, particularmente do meu Estado, entendem a questão não só por terem amor ao Estado, à causa, como também por estudarem. Ele é um estudioso da questão da Amazônia. Eu, se fosse o Ministro Minc, daria um telefonema para ele: “Senador Kalume, venha cá, vamos bater um papo sobre a Amazônia! Dê-me alguma idéia, alguma sugestão!”. Como ele, várias pessoas poderiam ser também convidadas, acionadas para discutir, porque a Amazônia precisa ser discutida por todos, por todos os brasileiros, notadamente por aqueles que tiveram o pé lá, que tiveram o pé, a mão, a cabeça, o sacrifício, o coração plantados ali e que sabem e entendem como é que as coisas funcionam por ali.

Eu havia me comprometido em ler alguns trechos da entrevista da Dercy, mas não vou fazê-lo, porque já abusei do tempo. Peço desculpas ao Presidente Paim. Vou concluir, dizendo que é possível a gente conciliar preservação, desenvolvimento e produção na Amazônia, Senador Paim. Isso é possível aqui, como é possível em qualquer lugar do mundo. Basta que a gente queira, basta que a gente tenha espírito público, basta que a gente tenha certa coragem de fazer as coisas, sem ficar pendurado e agarrado num discurso fácil, num discurso fácil! Que a gente mergulhe de cabeça, com amor, nessa questão! Aquele povo merece nosso amor, nossa dedicação plena. Muita gente está esbaçada no Acre, Senador Eurípedes. Há muita gente aflita por que não sabe o que o filho vai comer no dia seguinte, envolvida na atividade extrativista. Muita gente não sabe o que o filho vai comer no dia seguinte, muita gente mora lá no campo, inclusive, porque é impedida de fazer isso ou aquilo. E ao cidadão não é oferecida opção alguma. Milhares de pessoas nas periferias das cidades do meu Estado estão em pior situação ainda, em situação dramática.

Vou repetir aqui, para que fique bem clara, minha visão do que acho que está acontecendo na minha terra. Quando se fala, em prosa e verso, sobre desenvolvimento sustentável no Acre, na prática, o que está acontecendo é exatamente isto: a grande maioria da população do meu Estado está sustentando o desenvolvimento de poucos ali. Isso é que é desenvolvimento sustentável na prática. No discurso, é uma coisa bonita, é uma coisa midiática, é uma coisa que tem ganhado o mundo, inclusive. Antes que a gente aqui se perfile em vigílias em favor da Amazônia, pela preservação do meio ambiente, a gente tem de se dedicar, Senador Paulo Paim, a outra necessidade, à preservação do meio humano/ambiente. Não consigo imaginar como é que a gente pode se bater pela preservação do meio ambiente sem o homem estar como centro dessa preocupação. Milhares e milhares de famílias estão ali abandonadas no meu Estado e devem estar no centro dessa preocupação. Antes de a gente cogitar qualquer outra coisa, a gente precisa, em parceria com eles, conseguir enxergar e trilhar o caminho que possa levá-los todos a encontrar as condições para prover seu próprio sustento. Isso é que é desenvolvimento sustentável, Senador Paim! O resto é balela, é uma grande conversa fiada.

Fico por aqui hoje, com o compromisso, Senador Paim, de continuar esse debate, que, como diz o Senador Cristovam Buarque, é fundamental para o nosso País.

Há dois instrumentos aqui nesta Casa, recém-instituídos, Senador Cristovam: a Subcomissão da Amazônia, na Comissão de Relações Exteriores, e a CPI da Amazônia. O Senador Sarney, na última sessão, leu os nomes dos integrantes da CPI da Amazônia. Pedi ao Líder do meu Partido que fizesse a gentileza de me colocar como membro dessa CPI. Quero dela participar! Acho que V. Ex^a também deveria dela participar pelo PDT. Na CPI da Amazônia, que tem de ser uma CPI propositiva, poderemos abordar essa questão com profundidade, com responsabilidade e com compromisso, notadamente para com o povo da Amazônia. Secundariamente, vamos imaginar formas de promover o desenvolvimento do povo da Amazônia, conciliando tudo isso com a beleza daquela floresta e com sua manutenção quase integral. Nada pode ser feito de forma integral no que diz respeito a essas ações.

Portanto, está aqui meu clamor, meu apelo. Encerro meu discurso, parabenizando, mais uma vez, a coragem da Dercy, eleita Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco, peitando o PT, peitando o Governo do PT pela terceira vez, em uma atitude de resistência contra o que ocorre no meu Estado, onde há dominação total e absoluta das pessoas e

das instituições por aqueles que passaram por lá, que hoje governam e que se preocupam fundamentalmente com a preservação do poder à custa da imposição, à custa do domínio de pessoas e de instituições.

É uma coisa triste o que está acontecendo no meu Estado! Gostaria muito que o País se voltasse para o que está acontecendo ali.

Obrigado, Senador Paim, pela tolerância do tempo.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Cumprimento o Senador Mesquita Júnior e convido o Senador Papaléo Paes para usar da palavra.

Senador Mesquita Júnior, se V. Ex^a puder presidir um pouco, a Presidência agradece.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, Srs. Senadores, Senador Mão Santa, Senador Paulo Paim, é com muita honra que V. Ex^{as}. participam, tenho certeza, desse debate que já fizemos até agora.

Antes de fazer meu discurso, eu quero ler um fax que me foi passado pela Sr^a Osmarina de Alencar Cavalcante, moradora de Penedo, Alagoas. Quero me dirigir a dona Osmarina para ler o fax dela.

Ilustríssimo Senado Papaléo Paes,

Reconheço a sua luta em favor de nós aposentados. Junto a todos que abraçaram esta causa. Fala mansa, tranquila e equilibrada.

Em poucas palavras diz tudo o que nós gostaríamos de dizer. O nosso timoneiro Paulo Paim, que dirige essa embarcação com seus ilustres tripulantes [e aqui vou citar o nome do Senador Mão Santa, Senador Geraldo Mesquita, Senador Mário Couto, Senador Cristovam Buarque e outros Senadores]. mesmo com a TROPA de CHOQUE do governo não se intimidaram, não se acovardaram diante de tanto sacrifício.

Meu caro Senador [Papaléo], quantos já morreram angustiados? Quantos já morreram mutilados e amordaçados pelo sistema? Quantos perderam a vida por não acreditar que um dia seremos vitoriosos? Quantos morrerão na expectativa da aprovação pela Câmara dos Deputados? Quantos corações estão fragilizados por conta dessa injustiça? Quantos milhões acreditaram no cinismo des-

te governo que pregava ter um compromisso com esta classe?

Meu caro Senador [Papaléo], nós temos pressa, cada dia que passa, o nosso coração diminui o seu ritmo.

Espero que o Presidente da Câmara cumpra o compromisso acertado com todos os aposentados.

Aqui vai o grito abafado de uma classe pisoteada e deserdada dos seus direitos.

Receba um forte abraço do tamanho do mundo ida e volta desta velhinha de 69 anos que ainda não perdeu a esperança nos homens de bem deste nosso País.

Osmarina de Alencar Cavalcante

Rod. Joaquim Gonçalves 1151. Penedo

AL 01-06-09

Eu quero dizer, Dona Osmarina, que a senhora está representando justamente a ânsia pelo direito de todos os aposentados deste País, que estão sendo abafados. E a Câmara dos Deputados, infelizmente, ainda não fez o que o Senado fez, que foi aprovar, por unanimidade, o projeto do Senador Paulo Paim, que vem fazer justiça a esses aposentados.

Nós que estamos aqui, – nós, os presentes aqui – somos testemunhas desse trabalho feito por Paulo Paim e que tem o apoio de Senadores, como já citei: Senador Geraldo Mesquita, Senador Mão Santa, Senador Mário Couto, Senador Cristovam Buarque, enfim, todos aqueles que votaram por unanimidade nesta Casa por essa justiça.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vou fazer um pronunciamento que já deveria ter feito há 15 dias, depois que passei pela CCJ e vi uma quantidade enorme de pessoas ligadas à prática, à profissão de mototaxistas, esperando resultados daquela reunião. É muito difícil para eles, pessoas que vêm de longe, com muita dificuldade. Eu sei o que é vir do Amapá para cá; para vir do Acre para cá, sei o que é. E vi que passavam por dificuldades, esperando uma decisão da CCJ. Infelizmente, pediram vista e, aí, acabou a história: voltam eles, de novo, para lá; ou ficam dormindo no terminal rodoviário, no aeroporto, enfim.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a dinâmica populacional brasileira tem se caracterizado, no último meio século, pela progressiva concentração das pessoas nos grandes núcleos urbanos, notadamente nas capitais estaduais. A urbanização, entretanto, não foi e não vem sendo acompanhada pelo correspondente aparelhamento da infraestrutura das cidades para atendimento das demandas da saúde, educação e transporte dessa população. O resultado desse processo é evidente, por exemplo, no esquecimento das

periferias urbanas desprovidas de serviços, principalmente de saneamento, e no colapso dos sistemas públicos de transporte.

Por erros históricos de planejamento, nossas grandes cidades não tiveram implantados, pelo menos não em qualidade e extensão suficientes, sistemas modernos de transporte coletivo. E, em muitos casos, os sistemas existentes encontram-se no virtual abandono, com vias, estações e veículos sucateados.

A alternativa da concessão de linhas de ônibus à exploração das empresas privadas tem se revelado insuficiente. De maneira geral, os Municípios, que deveriam regular e fiscalizar esse serviço, não têm condições de fazê-lo adequadamente, por fraqueza estrutural ou por insuficiência técnica.

Diante desse quadro, não é de surpreender que a população brasileira, com sua conhecida inventividade, busque suas próprias soluções para o transporte urbano. A invasão das vans e dos lotações informais, por exemplo, é uma manifestação dessa busca de respostas ao caos urbano.

A consequência da tomada de decisões do tipo por milhares de pessoas é o paulatino congestionamento de nossas vias urbanas.

Em situações assim, as pessoas, que precisam se deslocar de casa para o trabalho, claro, buscam alternativas. Os serviços de entrega, talvez pela exigência do cumprimento de prazos que os caracteriza em ambiente competitivo, foram os primeiros a descobrir, na utilização de motocicletas, a resposta para o congestionamento crônico das vias urbanas.

Surgiu, Senador Mão Santa, a figura do motoboy, neologismo que significa ou designa o entregador de documentos ou mercadorias e executor de serviços que se desloca sobre esses veículos motorizados de duas rodas. Esse fenômeno, claro, não está restrito aos grandes centros, ocorrendo também em cidades de médio porte do País.

Entretanto, desde alguns anos, apareceu e tem crescido rapidamente em algumas localidades uma nova modalidade de serviço baseada no uso de motocicletas.

Trata-se do mototáxi, prática que floresce, sobretudo, em cidades com serviço de ônibus deficiente, ou em bairros populares muito desordenados, com vias estreitas, desprovidas de pavimentação.

Macapá, por exemplo, como todas as capitais estaduais do Norte, experimentou o grande incremento de população nas últimas duas décadas. Sua infraestrutura urbana está defasada e as soluções populares para o sistema de transporte, como o mototáxi, se generalizaram.

De fato, a situação lá chegou a tal ponto que a realidade se impôs sobre a legislação. A Câmara Municipal de Macapá aprovou, em 2007, lei que regulamenta essa modalidade de transporte. É que, como costuma acontecer, soluções improvisadas para problemas prementes acabam por gerar novos problemas.

A questão é acentuada pelo caráter informal de que, infelizmente, ainda se revestem os serviços de motoboy e mototáxi na maior parte do País.

Quero adiantar que não me agrada, em princípio, a noção de que devamos aceitar a existência de um costume simplesmente porque já faz parte da nossa realidade, ou porque ocupa tantos milhares de pessoas. Não me parece razão suficiente para a regulação. Digo isso por ser este, ao que me parece, um dos principais argumentos dos defensores da regulamentação dessas profissões de motoboy e mototaxista.

No entanto, a falta de condições imediatas de fazer o que é devido, ou seja, estruturar sistemas decentes de transporte público em nossas cidades, parece-me justo procurar a minoração das consequências negativas dos serviços baseados no uso de motocicletas. E qual é a mais grave dessas consequências negativas? A elevada acidentalidade é resposta óbvia. E por que ocorrem tantos acidentes? Precisamente por causa da informalidade desses serviços.

Sabemos que os brasileiros, em geral, têm comportamento inadequado no trânsito – para dizer o mínimo. Temos uma das mais elevadas taxas de acidentes, de casos de invalidez e de mortes por veículo matriculado entre todos os países do mundo.

É claro que o comportamento no trânsito é parte da cultura nacional, ainda imatura para o uso civilizado de veículos automotores em geral. É claro, também, que há algo errado em nossos sistemas de formação e de avaliação de condutores. Tudo isso tem de ser abordado pelo legislador, desde a inclusão de instrução para o trânsito nas escolas de ensino fundamental até a criação de exames mais rígidos e exigentes para a concessão de carteiras de habilitação.

Feitas essas ressalvas, Sr. Presidente, o fato é que não temos, no momento, como bloquear a expansão desses serviços de motoboy e mototáxi. Precisamos, e urgentemente, torná-los mais seguros. O meio que dispomos para tanto é regulamentar essas profissões.

Então cabe, Sr. Presidente, a regulamentação imediata da profissão do motoboy e do mototaxista e que isso realmente passe a valer para que tenhamos a organização nesses serviços, que hoje sim se fazem necessários para principalmente as grandes capitais desse País.

Regulamentar – muita atenção, peço aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores e aqueles que estão nos assistindo – não significa apenas reconhecer que a ocupação existe. Não é isso que queremos. Tampouco simplesmente incluir mais um ou dois itens no catálogo de ocupações do Ministério do Trabalho. Regulamentar significa, também, e principalmente, determinar quem pode exercer a profissão e em que condições. Deixar claros, na letra da lei, quais são os requisitos a serem atendidos pelos profissionais e quais as medidas de segurança do exercício profissional a serem observadas.

Por essas razões, Sr. Presidente, ao me manifestar favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2001, da autoria do Senador Mauro Miranda, quero insistir na necessidade de que o Poder Executivo, ao regulamentar a lei, cumpra o disposto em seu art. 4º, conferindo máxima atenção aos quesitos de segurança a serem exigidos de condutores – e de passageiros, no caso de mototáxi.

Com muita honra concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo, V. Ex^a traz um tema muito atual. Senador Geraldo Mesquita, talvez na humanidade o mais inteligente de todos nós foi Leonardo Da Vinci. Ele imaginou o homem voando e um auxiliar seu foi pegar a aparelhagem e morreu. Quer dizer, Senador Papaléo, o fato é que faz a lei. Eu sei que os índios usavam tambor, usavam a fumaça, o pombo-correio. Na minha geração a comunicação era por amplificadora. Lembro-me que no bairro que eu morava, um comerciante tinha uma e outro tinha outra. Um matou o outro pelo horário da amplificadora. E V. Ex^a está falando hoje é numa emissora de televisão, numa rádio AM, FM e ondas curtas. Então, a moto é o cavalo da vida moderna. Isso é um fato. É o meio de transporte hoje que substitui o cavalo. Está aí, é um fato que vem antes da lei. Tem que ter essa visão. Então, o fato está aí, utilitário. Na cidade, no campo, não tem os meios de transporte, principalmente como V. Ex^a descreveu tão bem. Naquelas ruas, nos bairros longe, onde não vai um coletivo. Então, ele pega, sai de seu trabalho, o dinheiro é pouco, seus R\$5,00, R\$3,00, e está em casa. E mais; um meio de sustento hoje para essa profissão tão arriscada. Estão aí os aviões, que de vez em quando são arriscados. E o fato é que existe. Então, a lei vem depois do fato. Então, estamos tardando para organizar esse fato, que é um traço do desenvolvimento da civilização. A moto é o cavalo da vida moderna. Quero dizer o que retrata isso. Há poucos dias, fui ao Rio de Janeiro – fui convidado para receber um troféu de ambientalista do País –, peguei um táxi, era longe, Ilha do Governador. O taxista disse: “Acabei de sair do Complexo do Ale-

mão. É muita bala, tiroteio”. Eu fui conversando com um carioca. E perguntei se ele, morando ali, não... Ele disse: “Moro e não quero sair de lá, não. Eu gosto é de lá, eu nasci lá, o meu pai...” Eu perguntei sobre os bandidos, se ele não tinha medo deles. “Não. Eles são tudo gente boa”. Olha aí, é a interpretação dele. Mas, rapaz, perguntei, com tanta bala e tudo... “Não, eu os conheço. Eu nasci com eles. Eles não têm um trabalho, então, fazem o tráfico de tóxicos, de crack, maconha... Eles não têm trabalho, mas são meus amigos. Eu jogo futebol com eles, damas. Eu não quero sair do bairro. Vivo feliz, tenho filhos. Meu pai tinha um táxi, e eles não tinham com que ganhar”. Então, é preciso ver que hoje milhares e milhares de homens honrados, de bravos brasileiros vivem dessa profissão de mototáxi, de táxi-boy. Então, quero lembrar que eles são os cavalos da vida moderna. Nenhum governo do mundo proibiu no passado andar a cavalo. Temos é que, havendo um fato, fazer uma lei. Isto é o que engrandece o Senado da República: a capacidade de legalizar um fato que existe.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço o seu aparte, Senador Mão Santa, sempre com muita sabedoria.

Realmente, há necessidade hoje da manutenção desse serviço. Mais uma vez, temos de regulamentar esse serviço importante e de grande utilidade pública.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de fazer uma saudação especial a todos os mototaxistas do meu Estado, Amapá, na pessoa do presidente do sindicato da categoria Alex Bitencourt, que vem acompanhando, com muita atenção, a luta pela regulamentação dessa atividade. Alex é até meu vizinho de duas casas depois.

Quero também fazer um registro de que, no Amapá, em 1994, quando eu era Prefeito da capital, começaram a surgir os mototaxistas. Eu era muito pressionado a acabar com esse serviço, mas, ao mesmo tempo em que era pressionado pelos donos de transporte coletivo, eu fazia exigências aos donos de transporte coletivo. Tanto é que levei duas novas empresas de ônibus para o Amapá, Senador Geraldo Mesquita Júnior – e eu nem sei o nome dos donos –, porque as empresas que estavam lá presentes não supriam as necessidades de conforto e de dignidade que queríamos nos nossos transportes. Mesmo assim, os mototaxistas continuam lá, hoje organizados, mas faltando essa regulamentação.

Então, quero aqui reafirmar, ao Alex e a todos os representantes dos mototaxistas de outros Estados que estiveram em meu gabinete, o meu empenho e

o meu desejo pela aprovação do projeto do Senador Mauro Miranda.

Sei que motocicletas não representam, de fato, solução para o congestionamento urbano. O transporte público de massa é a única resposta segura, econômica e ambientalmente viável no longo prazo. Porém, até que façamos os necessários investimentos na infraestrutura urbana, precisamos tornar a solução da motoentrega e do mototransporte de passageiros tão segura quanto possível.

Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – É um prazer ouvi-lo, Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, que falará como Líder do DEM.

V. Ex^a pode usar a tribuna.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente Geraldo Mesquita Júnior, eu, hoje, sou um homem muito feliz. Eu conversava com V. Ex^a, agora há pouco, perguntando se havia estado em seu Estado, no Acre, neste fim de semana, V. Ex^a disse que neste fim de semana havia tido compromissos que não lhe permitiram ir lá como sempre vai e eu comentava com V. Ex^a sobre a alegria que tive em Natal, ontem, ao ver de Nassau, nas Bahamas, o anúncio, ao vivo, das 12 sedes da Copa do Mundo de 2014, e a minha capital, Natal, incluída entre as 12 sedes.

Eu digo da minha alegria singular pelo fato de Natal ser uma capital menor do que Fortaleza, do que Recife e do que Salvador, que foram as cidades do Nordeste incluídas, dentre as escolhidas, para sediar os jogos da Copa de 2014. E Natal conseguiu.

Eu sei por que conseguiu. Não foi por minha causa. É evidente que mantive, assim como o Senador Garibaldi Alves Filho e a Senadora Rosalba Ciarlini, contatos. Estive com Ricardo Teixeira, meu dileto amigo de muitos anos por várias vezes. Obtive as informações de que Natal estava com excelentes possibilidades. Transmiti ao meu Estado aquilo que podia fazer; o que não podia, não transmitia.

Tinha a certeza de Natal seria escolhida, não por pressão que nenhum integrante da classe política do Estado ou do Brasil possa ter feito para que Manaus fosse a escolhida, ou para que Belo Horizonte, Rio de Janeiro ou São Paulo ou Salvador ou Natal fossem

escolhidas. As cidades foram escolhidas por critério evidentemente técnico.

Natal conseguiu conquistar o espaço que foi anunciado ontem em 1982, quando o turismo foi solidamente fundado na nossa capital, com a construção da Via Costeira, com a implantação dos primeiros hotéis, do distrito industrial do turismo na minha capital – e tive a honra de viabilizar a construção dos primeiros seis hotéis de uma vez só na via costeira –, depois a urbanização de Ponta Negra, o Prodetur, a sucessão de governos, como o de Garibaldi Alves Filho, que foi Governador e que também deu sequência às obras que deixei fundadas no Prodetur, com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a começar pelo Aeroporto de Natal, os vôos internacionais, a propaganda da Natal lá fora.

Hoje, é comum você ver em Lisboa, em Milão, em Barcelona, em Madri, em Estocolmo, nas vitrines das companhias de turismo, os cartazes com propaganda de Natal, da praia de Genipabu, da praia da Pipa. Tudo isso fez com que Natal ficasse conhecida lá fora. Natal é próxima à Europa, próxima à África, próxima aos países da América do Sul, à clientela da Copa. Natal é uma cidade bonita, tem muita coisa bonita para mostrar e já se mostra. As pessoas já conhecem e, porque já conhecem, com Copa ou sem Copa, vêm a Natal. Com Copa, aí é que virão mesmo. Não vão a outra que não seja suficientemente conhecida, mas a Natal vêm. Então, Natal conquistou espaço lá atrás, quando apostou fichas no turismo, quando se mostrou ao mundo por uma coisa que Deus nos deu: a situação geográfica próxima aos mercados emissores.

A classe política do meu Estado, unida, recebeu os representantes da Fifa há cerca de um mês em Natal. Isso causou muito boa impressão. Os três Senadores, os oito Deputados Federais, o Presidente da Assembleia, o Deputado Robson, quase toda a Assembleia Legislativa, os Vereadores de Natal, a Prefeita Mícarla, a Governadora Wilma, que têm diferenças político-partidárias, mas que, na hora de receber os dirigentes da Fifa e da CBF, juntaram-se todos em ônibus para ouvir a exposição sobre os planos que Natal tinha para construções que seriam a hospedagem dos jogos da Copa.

Ricardo Teixeira me disse que pesou bastante a união da classe política do Estado, que impressionou muito bem os dirigentes da Fifa. Evidente que é importante, Presidente Geraldo Mesquita, pelo que eu vou dizer: o jogo está 1 a 0. O primeiro *round* Natal ganhou. Agora, entre ganhar o primeiro *round* e ganhar a luta tem uma distância grande.

Está prevista a construção de um ginásio, de um estádio de futebol lindo, o estádio das Dunas, mas que

vai custar muito dinheiro. Presume-se que a iniciativa privada participará fortemente do investimento. Eu espero que sim e é preciso que sim.

Porém, uma coisa é certa. Senador Garibaldi, V. Ex^a se lembra dos Jogos Pan-Americanos. César Maia era Prefeito do Rio de Janeiro. Foram um sucesso. E se lembra da sofreguidão das últimas providências para que o ginásio de esporte, as piscinas olímpicas, as quadras, as pistas de atletismo, todas estivessem no padrão internacional prontas para que as disputas acontecessem num palco digno de Primeiro Mundo. V. Ex^a sabe tanto quanto eu quanto o Governo Federal investiu na administração do Prefeito César Maia, para que os Jogos Pan-Americanos acontecessem. V. Ex^a sabe que nós do Rio Grande do Norte temos sido muito pouco aquinhoados com recursos federais: o nosso aeroporto de São Gonçalo vai muito devagar, a duplicação da nossa BR-101 vai muito devagar. Os pleitos do Rio Grande do Norte andam a passo de cágado, mesmo aqueles que estão incluídos no PAC.

Pois agora a classe política que, unida, facilitou a definição da Fifa por Natal precisa se juntar. A Governadora do Estado e a Prefeita Micarla apresentaram um plano que eu não sei se vai se viabilizar, eu não sei se é a melhor solução: implodir o Castelão, implodir o Centro Administrativo e, na área, construir uma coisa nova bonita como o projeto que foi apresentado. Não digo que seja solução ou que não seja. Eu não estou seguro.

Agora, coisa daquela natureza, daquele porte que foi apresentado e tomado o compromisso das forças locais, do Governo local com a Fifa, para que a Fifa decidisse por Natal... Não por aquilo, a Fifa decidiu-se pelo perfil da cidade, pela qualidade do povo da cidade, pela rede hoteleira da cidade, pela distância da cidade, pelo conhecimento que o Europeu tem de Natal, que não tem de outras congêneres a Natal. Mas aquilo que Natal tomou compromisso de fazer vai ter que ser feito. Ou o projeto que foi apresentado no local do projeto, ou noutro local, vai ter que ser feito.

E aí a classe política vai ter que se unir para fazer com que aquilo que aconteceu no Rio de Janeiro, os investimentos do PAC maciços para a cidade-sede dos Jogos Pan-Americanos, direcione-se para as cidades que precisem mais, aquelas que têm menos recursos, mas que têm direito a um lugar ao sol. Se o Rio teve, por que Natal não vai ter? Se o Rio teve as benesses do orçamento federal, por que Natal não vai ter? Vai ter e precisa ter. E nós, Senadores, nós, Deputados Federais, junto com a Prefeita, com a Governadora, vamos, até vencer o mandato da Governadora, que é no próximo ano, e o da Prefeita, que é em 2012, tudo antes de 2014, que é a época da Copa, pressionar para que os

recursos sejam garantidos. E por uma razão, Senador Geraldo Mesquita: vi o Presidente da CBF dizer que, se até janeiro do próximo ano, as cidades que foram anunciadas como subsedes da Copa não estiverem com as obras anunciadas comprometidas dentro de um cronograma factível, exequível e acreditado, elas podem perder a titularidade, podem ceder lugar a outras cidades. Isso seria a desmoralização.

Então, a classe política do meu Estado tem a obrigação de exigir do Governo Federal aquilo que o Governo Federal tem a obrigação de fazer por Natal, pelo Rio Grande do Norte. Não pode ser no ritmo do aeroporto de São Gonçalo, não pode ser no ritmo da duplicação da BR-101.

É claro que, neste momento, é muito importante a Copa. Não é mais importante do que cuidar da educação, da saúde, que vão mal no meu Estado. Não é mais importante. Mas, de qualquer maneira, não é pelo fato de termos problemas na geração de emprego, no desenvolvimento do Estado, na educação e na saúde, que vão mal, que a gente vai negligenciar uma coisa conquistada pelo perfil da cidade e que pode nos ajudar – e muito. Pode ajudar na geração de empregos pelas obras até 2014 e ajudar – e muito – pela multiplicação da visibilidade de Natal de 2014 para frente, em cima de uma vocação natural na economia do meu Estado, que é o turismo.

É, portanto, um ponto de catapultação de oportunidade de geração de emprego no meu Estado. Só que, para que isso aconteça, é preciso, é imperioso – não se pode abrir mão – que o que foi feito pelo Rio de Janeiro seja feito por Natal, por Cuiabá. São Paulo tem pernas próprias, não precisa tanto de ajuda, como o Rio de Janeiro. Agora, Natal, essa precisa; precisa e vai ter que buscar.

Ouçó, com muito prazer, o aparte do Senador, meu conterrâneo, Garibaldi Alves.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Agripino, eu estou entendendo perfeitamente a sua preocupação. Quer dizer, ao lado da euforia, como norte-rio-grandense, Presidente Geraldo Mesquita, pela conquista, V. Ex^a agora está preocupado porque há outras etapas que precisam ser viabilizadas. Eu estou entendendo que V. Ex^a sabe muito bem que os investimentos precisam ser maciços. Grandes investimentos terão que ser realizados para deixar efetivamente Natal em condições de receber a Copa do Mundo.

V. Ex^a está propondo um verdadeiro desafio ao Governo Federal, para que possa fazer investimentos de grande monta, como fez o Rio de Janeiro – está dando o exemplo do Rio de Janeiro –, de modo que possa haver uma associação de investimentos públicos e privados, no sentido de fazer da nossa cidade

uma subseleção da Copa do Mundo, como acabou de ser anunciado pela Federação Internacional de Futebol (Fifa). V. Ex^a tem razão. Temos de nos unir, temos de dar mostras da nossa capacidade. Já que fomos capazes, numa disputa com outras cidades até maiores do que Natal, de trazer a Copa, temos, agora, de dar mostra da capacidade para consolidar aquilo que vai acontecer em 2014. Até lá, temos de fazer muita coisa. Então, é hora justamente de as forças vivas do Estado, os políticos, os empresários, continuarem unidos, no sentido de reivindicar do Governo Federal aquilo que precisa ser feito por ele, esperando que os investimentos privados que estão sendo anunciados possam ocorrer. É um acontecimento de grande dimensão para uma cidade que já é turística, que é um destino procurado não apenas pelos que vivem dentro das nossas fronteiras, mas também pelos que vivem fora do Brasil. Natal já é um destino turístico, e esse evento vai ser de grande importância. Então, quero me associar a V. Ex^a, dizendo da nossa imensa satisfação. E quero associar-me também com essa preocupação que V. Ex^a está manifestando, que sei que é de todos os potiguares. Sei também que iremos topiar esse desafio, enfrentá-lo, e que seremos capazes de vencê-lo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Garibaldi, V. Ex^a foi preciso na sua observação. Foi um gesto de ousadia de Natal pleitear a Copa, vamos e venhamos. Foi merecedora de aplauso a iniciativa dos nossos representantes de se colocarem na disputa, junto com os de cidades do nosso porte e com os de cidades de porte maior. Foi um gesto de ousadia apresentar o projeto. Assistimos à exposição do projeto em Natal, com investidores ingleses que lá estiveram. Não é que eu esteja desafiando, é que estou preocupado com a viabilização desse projeto, porque o gol não termina com o anúncio, o gol se fará com o cumprimento dos compromissos que foram exibidos à Fifa e à Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Aí, sim, é o gol de placa.

Veja bem que a Governadora Wilma estará no Governo até o final de 2010, se não for candidata a alguma coisa. Em 2014, não será mais Governadora. A Prefeita Mícarla estará na Prefeitura até o final de 2012, se não for candidata à reeleição – e suponho que vá ser. Mas o que acontece é que compromissos exibidos têm de ser firmados, têm de ser, de certa forma, convalidados ou comprovados. Deve ser entregue à avaliação da Fifa o compromisso pragmático, preto no branco, de empresas, de recursos, de cronograma até o final deste ano, até janeiro do próximo ano, quando será ainda Governadora a atual Governadora do Estado e Prefeita a atual a Prefeita da capital, e seremos os mesmos Senadores e os mesmos Deputados.

Então, temos de, ao longo deste ano, correr para vestir de recursos aquilo que foi comprometido. Do que foi comprometido, resultou uma coisa a ser resgatada. Não se mostrou um projeto bonito para funcionar como isca para atrair o anúncio. Na minha opinião, apresentou-se aquele projeto bonito como compromisso da cidade, para, sendo ela escolhida para ser sede da Copa, aquilo ser feito. Mas entre apresentar o projeto e ele ser feito, existem números, existem recursos, existe mobilização de empresas, existe associação de esforços da iniciativa privada com o Governo Federal, com o Governo do Estado e com a Prefeitura de Natal.

Se avalizamos a exposição do projeto, temos de cobrar, agora, daqueles que se comprometeram – o Governo do Estado, a Prefeitura de Natal, o Governo Federal e os da iniciativa privada – que mostrem as armas, que exibam os instrumentos que produziram aquelas maquetes, aquelas folhas de papel, as plantas, porque em jogo está a credibilidade da capital, porque em jogo está um fato importante para o futuro do turismo da nossa capital.

O gol não foi marcado com o anúncio. O gol definitivo será o cronograma, a alocação dos recursos, a definição das verbas, as participações: quem entra com quê, com o dinheiro vindo de onde? Com quanto entra a iniciativa privada para fazer isso? Com quanto deve entrar o Governo Federal? Como fez para o Rio de Janeiro, deve fazer para Natal. Com quanto entra o Governo do Estado? De onde vem dinheiro? E a Prefeitura de Natal entra com quê? De onde vem o dinheiro?

Cabe a nós, agora, vestir isso tudo, para que o gol de placa seja apresentado. Do contrário, “de um giro se pode fazer um jirau”, e, antes que se comece a falar nisso, nós antecipamos, para viabilizar nosso sonho.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, em primeiro lugar, meus parabéns!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Aliás, V. Ex^a é meu companheiro de alegria, porque Brasília foi brindada também, é uma das sedes da Copa. Quem sabe vai ser a sede da abertura?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – É verdade. Quero, em primeiro lugar, parabenizar Natal, cidade que, a meu ver, merece plenamente essa escolha. Tenho a impressão de que, entre as cidades do Brasil, a de Natal, talvez, seja a que mais vai surpreender positivamente aos que vierem aqui para assistir à Copa. Parabenizo-o por ter tido um papel muito importante, assim como o Senador Garibaldi, quando Governadores, tomando as medidas, lá atrás, para que

isso fosse possível. Também espero que, daqui para frente, faça-se o dever de casa, para que se consiga viabilizar isso. Brasília está também em festa, porque conseguiu ser uma das sedes. O Governador José Roberto Arruda foi o grande líder desse processo, mas, aqui, todos os políticos se uniram em torno da ideia de trazer a Copa para cá. Estamos unidos agora na tentativa de trazer a abertura da Copa para a Capital da República, como acontece em todos os países do mundo. É sempre na Capital que começa a Copa do Mundo. Quero aproveitar a oportunidade, sem perder minha mania, para dizer que, nessa infraestrutura que será feita daqui para frente, tem de se cuidar um pouco da educação. É fundamental que os motoristas de táxi aprendam a falar idiomas estrangeiros, que os garçons aprendam História, Geografia, para que possam dialogar com todos aqueles que virão de outros países para assistirem a suas equipes e a outras equipes jogarem. Não podemos esquecer que infraestrutura não é apenas material, como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) parece cuidar. Temos de imaginar que há necessidade de uma infraestrutura intelectual, sem a qual a outra fica capenga. Ao mesmo tempo, é preciso haver infraestrutura da saúde. Imaginem se, faltando alguns meses para a Copa, houver um surto de dengue ou de outras doenças piores nessas cidades! Precisamos imaginar a Copa como um momento em que o Brasil vai construir todos os estádios necessários, as estradas necessárias, mas vai também mudar a realidade social, para que os que aqui vierem possam encontrar uma população culta e saudável, para que a gente não contamine ninguém com as doenças que o Brasil ainda tem como características nossas e também para que ninguém fique aqui incapaz de se comunicar na rua por que as pessoas não falam idiomas estrangeiros e incapaz de ser reconhecido quando disser sua nacionalidade. Nada é mais triste para nós, brasileiros, quando dizemos que somos brasileiros e dizem que nossa capital é Buenos Aires. É preciso que nossos garçons, nossos motoristas de táxi, o povo na rua, todos aprendam as capitais dos diversos países que virão aqui jogar, aprendam Geografia, História e idiomas. Desejo isso para Natal, para Brasília e para todas as outras cidades que, em 2014, vão fazer do nosso País a sede do futebol mundial.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Cristovam, V. Ex^a está sempre com uma preocupação permanente com o desenvolvimento sustentado. Educação, na minha opinião, é desenvolvimento sustentado. V. Ex^a mencionou a participação do Senador Garibaldi e a minha participação nos fundamentos para a escolha de Natal como sede da Copa. Queria fazer um registro. Fui adversário do Senador Garibaldi

por anos e anos, já estivemos juntos em campanhas, ele me sucedeu como Governador, mas aquilo que fiz no turismo, ele prosseguiu. Não houve a interrupção da ação. O Prodetur, que deixei assinado, contratado, ele viabilizou, implementou e até multiplicou, sem se preocupar com a paternidade, com quem o tinha ou não viabilizado. Ele se apropriou do projeto e fez bem. Então, quem ganhou com isso foi o Estado.

Natal ganhou a paternidade, ganhou a titularidade, a chance de ser subsede da Copa. V. Ex^a disse com precisão cirúrgica: se queremos... Um dos trunfos da nossa economia é o turismo. Como o turismo cresce? Com propaganda? Sim, mas o turismo que cresce de forma mais sustentada de todas, pela mais acreditada das propagandas, é o turismo propagado boca a boca, é o turismo que é incentivado por aquele que vem aqui e que volta para seu país de origem falando bem da terra que visitou. E ele fala bem como? Fala bem se for bem tratado no táxi, se o taxista que o conduziu, no mínimo, falar fundamentos de inglês. É possível isso? É claro que é possível! Deve haver cursos de iniciação em línguas para motoristas de táxi e garçons. Qual o problema que pode haver em dar curso para mil ou duas mil pessoas, para aprenderem fundamentos de inglês, de francês ou de italiano, para terem uma educação de melhor qualidade, para se prepararem, com boas maneiras, para atender o turista e fazer com que o turista que veio aqui volte ou com que o turista que veio aqui faça boa propaganda para os amigos quando ele voltar para sua terra?

V. Ex^a diz da preparação dos profissionais que vão receber as pessoas, que vão conviver com as pessoas. V. Ex^a fala da saúde. Já imaginou um surto de dengue à véspera de 2014? Já imaginou uma onda de violência à véspera de 2014? Qual seria o desastre?

Então, é necessário que haja a preparação de quem tem no turismo um fundamento de sua economia. É fundamental a preocupação com a preparação dos profissionais que vão tratar da educação, da saúde e da segurança. É preciso adequar os profissionais que vão ter contato direto com o visitante no que diz respeito à comunicação. Isso é permanente. Não se ensina a um motorista de táxi fundamentos de inglês para ele aprender e esquecer. Ele vai aprender isso e vai continuar usando pelo resto da vida. Ele vai terminar colocando uma plaquetinha no parabrisa do seu carro: "Fala-se inglês".

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Junior. PMDB – AC) – Senador José Agripino, peço que V. Ex^a conclua. V. Ex^a está falando como Líder.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Ele coloca a plaquetinha no parabrisa do carro com os dizeres “fala-se inglês” e vai conseguir um cliente ou dois a mais. Por quê? Por qualificação, como V. Ex^a lembrou muito bem. Vou fazer essa recomendação desde já, pode estar certo.

A Prefeita Micarla é uma mulher esperta, do Partido Verde, que tem imenso amor pela cidade de Natal e que é uma carinhosa e cuidadosa tomadora de conta do futuro da cidade. O que V. Ex^a aconselha é exatamente tomar conta, de forma sustentada, do futuro da cidade, pela vertente do turismo.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, com agradecimentos pelo tempo que me foi dedicado e com escusas pelo que excedi, mas o tema é importante e me enche de alegria.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Junior. PMDB – AC) – O prazer foi nosso, Senador José Agripino. De fato, V. Ex^a, o povo de Natal e o Senador Garibaldi merecem os parabéns pela escolha de Natal como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014.

Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a palavra, como orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão de segunda-feira, 1º de junho, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, infelizmente, não posso vir com a euforia dos Senadores do Rio Grande do Norte. Venho lamentar o que ocorreu no sofrido Estado do Piauí.

Senador Geraldo Mesquita, aqui está o **Jornal do Senado**, o semanário. O sistema de comunicação do Senado atinge quase as raias da perfeição. Temos um **jornal diário** e este semanário, temos duas emissoras de rádio – FM e AM, ou Ondas Curtas – e a **TV Senado**, com uma audiência ímpar, pela verdade que leva ao povo do Brasil.

Na sexta-feira, afônico, eu passei aqui. Está registrado no **Jornal do Senado** o Senador Heráclito Fortes, também do Piauí, lamentando: “Para Senadores, Governo do Piauí foi responsável”. Na página interna, o **Jornal do Senado** coloca o meu pronunciamento de sexta-feira. Ainda coloca, o **Jornal do Senado**, o assunto do açude Algodões.

Mas o que importa... Não vamos, aqui, falar das trevas, da destruição, da desgraça. Nós queremos apenas despertar o Presidente da República.

Ninguém escolhe o momento de governar, Garibaldi. Ninguém escolhe. E o momento é este.

Geraldo Mesquita, não acredito nas pesquisas que dão isso para o Luiz Inácio, e só quem pode dizer isso é um Senador da República. Não pode, não acredito!

Agora, entendo por que, quando eu, inocentemente, citei o livro *Mein Kampf* (Minha luta), de Adolf Hitler... Fazia analogia do Partido de Hitler com o Partido dos Trabalhadores do Brasil. Por felicidade minha, um dos mais honrados Senadores da história do País, Jefferson Péres, tomou parte do discurso. Ele deu até a sigla partidária, pois se assemelham o Partido Trabalhista de Hitler com o Partido Trabalhista.

Olha, e tinha uma história de umas galinhas carejadoras, que só faziam... Aí, veio a pressão, que eu ia para o decoro... E galinha, e galinha, por que eu não botei galo... Foi uma confusão! E continuou, porque não é verdade. Aquilo está lá. Aquilo é porque calçou, ô Cristovam Buarque, bem no ponto nevrálgico. Goebbels, que instruiu Hitler, disse que uma mentira repetida se torna verdade. Então, estão a repetir essa mentira. Não é verdade.

Que tem popularidade, tem. Que nós temos mais de 13 milhões no Bolsa Família, temos. Portugal não tem 10 milhões de habitantes, a pátria-mãe, para se ter uma noção do significado de votos que isso traz. Então, tem Estados, como o meu, que se aproximam de 70%. Não estou contra. É uma caridade. Acredito que ela deveria ser encaminhada para o estudo e para o trabalho. Assim pensou Cristovam Buarque. Não é, Cristovam, V. Ex^a não é o pai, pelo DNA, se fizer? Mas no estudo, e eu casaria isso com o trabalho, assim como Rui Barbosa, que disse que a primazia é do trabalho e do trabalhador. Ele veio antes, ele é quem faz a riqueza.

Mas não acredito. Está, aqui, um artigo que vou levar para o Piauí, porque eu não acredito. Que ele tem uma popularidade, tem. Que ele foi eleito Presidente da República com 60 milhões de votos, foi. Eu aprendi com Petrônio a não agredir os fatos. Isso eu não contesto, mas isso é tudo mentira.

Existe a opinião pública e a publicada, publicada e paga, ouviu Pedro Simon? Isso não é verdade, porque eu sou discípulo de Ulysses Guimarães, do PMDB de verdade. O PMDB é forte.

O Partido dos Trabalhadores tem dois candidatos: um é o Luiz Inácio, que não pode ter um terceiro mandato, só se cair um raio aqui no Senado; e a outra é a Dr^a Dilma, que está doente, mas é candidata. O PSDB tem dois. O PMDB tem três. Pedro Simon, perfil histórico, Governador do Rio Grande do Sul por três vezes, e o Michel Temer, não é para conciliar, não é conciliador? Então, vamos partir para as primárias. O Pedro Simon foi aclamado com a Presidente Íris em Goiânia. Eu o convido para ir ao Piauí, Pedro Simon. Quando quiser, vou levar o PMDB verdadeiro, autêntico, que disse: “Ouça a voz rouca das ruas!”

Então, digo que fui... Saí afônico daqui. Discurssei aqui na sexta feira, o Senador Heráclito também. Fui ao Piauí ver isso. Foi na minha região. O Senador Geraldo conhece.

Fui primeiro a Cocal, ao Prefeito. Trouxe um documento dele para ler aqui. Vi Monção, do DEM, o maior líder político de lá. Vi o açude e tal. Olha, mais de uma dezena de povoados foram embora. A grande sorte do povo foi ter acontecido de dia, porque, de noite, a população não iria saber nem para onde correr. Ia correr para a água. Foi de dia, houve sistema de autofalante. Apesar de o Governo ter errado, de o Boris Casoy ter carimbado como uma atitude criminosa. Mas não vem ao caso. Mas foi de dia, houve muito voluntariado e tal, subiram para os morros. E na zona rural, ninguém sabe bem a população... Mas são perdas irreparáveis.

Bem, estive em Cocal. Tudo é mentira, esse negócio de Luiz Inácio, e vou dizer por quê. Sou do litoral, de Parnaíba, o Geraldo foi lá, convidado. Naquela estrada, a gente entra para Cocal à direita. Fomos lá, vimos o açude, o prefeito. Está aqui o documento. O maior líder de lá, da história, é o Monção, ex-Prefeito, é do DEM, e outras autoridades lá. E manda até um documento.

Para ir para Parnaíba... Agora a gente está indo por Viçosa, uma encantadora cidade do Ceará, de turismo, na serra, bem cuidada. Tianguá. Você vai de Tianguá para Granja. Ô porcaria de estrada! Eu pensei que fosse o Piauí. Não sei qual está pior, se é o Piauí, o Ceará ou o Maranhão. Andei pelos três. Três desgraças! Eu acho que lá ele tem de dar 100% de Bolsa Família para ter voto...

Terminados os trabalhos de acompanhamento, de solidariedade, de ouvir as autoridades, de documento, para ir para o litoral do Piauí tive de ir por Viçosa. Tianguá e Granja. Ô porcaria de estrada! Ruim, rapaz; pior não existe! E Granja a Camocim? Ô desgraça de estrada! É no Ceará. E essa televisão... Está tocando aqui a Oposição, mas não atenda, não. João Matos, um Deputado lá. Ele ouve e é automático, o cara quer que a gente fale. Senador Cristovam, essa televisão é poderosa e forte.

Tianguá a Granja e Granja a Camocim, ô porcarias de estradas! Mas é ruim, é ruim, e o povo conhece a gente, e tem fé na gente, e acredita na gente.

Eu vi o Pará, e tal...

Mas cheguei lá à noite. No outro dia... Mas aquela ponte perto de Parnaíba em que passa esse açude que vem do Ceará e vai rumo a Buriti dos Lopes e, na altura do que chamamos Serragem, um povoado, a ponte se rompeu, as cabeceiras... Então, para voltar, para ir a Buriti são trinta quilômetros. Olha, eu cheguei a Buriti indo pelo Maranhão. Mas está ruim! Olha, botaram

que é pior o Piauí, mas eu passei por São Bernardo, pelas estradas, que porcaria de estrada! Para pegar um batelão para ir a Luzilândia e aí, entrando no Piauí, eu já falei das estradas ruins do Ceará, mas também estão uma porcaria... Eu nunca vi um negócio desse, não. Só é propaganda!

Olha, Luzilândia, Morro do Chapéu, uma cidadezinha nova que eu fiz, para ir para Bom Princípio é novela muita, é complicação muita. Olha, nós passamos muito mais de seis horas, quase sete horas pra chegar lá. Parnaíba a Buriti é meia hora, indo pelo Maranhão. E as cidades de São Bernardo, Luzilândia, Esperantina, estão todas arrasadas. As estradas ruins. Aí fomos a Buriti de Lopes, onde as águas vieram e derrubaram essa ponte e muitos povoados ribeirinhos foram devastados. A Prefeita Ivana, uma grande mulher, acolhe todos naquelas unidades escolares, dando solidariedade, apoio. Andamos também com o Prefeito de Cocal.

Por isso, quando falo com um prefeito, eu falo com muito respeito, Geraldo Mesquita, porque eu fui prefeito. Esses prefeitos todos são muito dedicados, são muito altruístas, são muito bons. Eles são extraordinários, são comprometidos, e é a família toda socorrendo porque é difícil, é muita gente, são milhares de casas caídas, tombadas, mas não falta o amor, a solidariedade, a seriedade, a devoção.

Eu fui com Ivana Fortes em vários alojamentos e vi mesmo o povo... não vou dizer que estava satisfeito, mas recebendo três alimentações, conforto, assistência médica. As igrejas evangélicas vão lá, dão um show artístico. O povo é bom, o povo é muito solidário, e eles têm recebido. Aqui de Brasília, onde vivem 300 mil piauienses, conseguimos dois aviões e levamos gêneros alimentícios, roupas e água potável às cidades que sofriam.

Mas quero ler um decreto da Prefeitura de Cocal.

“Prefeitura Municipal de Cocal

Decreto nº 149, de 28 de maio de 2009

Institui Comissão de Defesa e Captação de Recursos para ajuda às famílias desabrigadas e vitimadas pelo desastre provocado pelo rompimento da Barragem Algodões I, na zona rural do nosso município [de Cocal].

FERNANDO SALES DE SOUZA FILHO,

Prefeito Municipal de Cocal/PI, no exercício de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 64 da lei Orgânica Municipal nº 1, de 03 de fevereiro de 2001, pelo art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2007, e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

Considerando a tragédia com o rompimento da Barragem Algodões I na zona rural de nosso Município, com vítimas e destruição de centenas de casas e de bens domiciliares, morte de animais de portes variados e consequente contaminação ao longo do percurso da região ribeirinha;

Considerando a elevada escassez de recursos para a manutenção das famílias vitimadas nesse desastre inesperado;

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Defesa e Ajuda às vítimas do rompimento da Barragem Algodões I, que será composta pelos seguintes membros:

Presidente: a [dinâmica] Maria Betânia Rios Magalhães

Vice-Presidente: Elisângela Pereira de Araújo

Membros: Francisco Tadeu Pereira

William Joseph Menezes

Francisco Domingues

Francisco Vieira de Carvalho

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocal (PI), aos 28 de maio de 2009. Fernando Sales de Sousa Filho.

Praça da Matriz...

Essa comissão já fez um SOS Cocal. Agência: 1777-9, conta corrente 2009-5, Banco do Brasil, para solidariedade do povo brasileiro.

Basta dizer que essa é uma pujante cidade, que se limita com o Ceará, que tem um povo trabalhador, uma atividade comercial extraordinária e que está sem energia elétrica. Imagine uma cidade de mais ou menos trinta mil habitantes sem energia elétrica. A eletrificação foi desfeita pelo próprio perigo, e cai mesmo. Então, só tem energia na Prefeitura, que tem o motor, no hospital e em duas outras unidades.

Até ontem, não tinha ido o Governo do Estado, embora tivesse ido um engenheiro vindo de Campo Maior – eu estive com ele. Há também um membro que o Geddel enviou, um coronel com helicóptero da nossa Secretaria Nacional de Defesa Civil. O Governo de Minas também mandou um helicóptero. O Governo do Ceará, vizinho Estado... O Prefeito de Teresina ajudou também com recursos e tal, e a sociedade, está mobilizada.

Essas duas cidades sofrem por conta desse desabamento. Sem dúvida nenhuma, a melhor objetividade é lembrar ao Presidente de República que isso acontece. Aconteceu em Santa Catarina. Sabe-se que ele editou uma medida provisória, mas para dez Estados brasileiros, antes.

Então nós lembramos ao Presidente Luiz Inácio que medida provisória, que mancha tanto a vida do Parlamento, tem suas razões de ser. É como Shakespeare diz: não tem bem nem mal; o que vale é a interpretação. Uma medida provisória agora é um instrumento do bem. Ela é urgente e relevante.

Então, em nome do Piauí, dos outros Senadores Heráclito Fortes e João Vicente, que também esteve lá, pedimos que Sua Excelência, o Presidente da República Luiz Inácio – nós não vamos fazer críticas, vamos poupar, não vamos falar da incompetência do Governo estadual, que é do Partido dos Trabalhadores, porque não é momento, é o momento de somarmos esforços, é apenas uma advertência – ajude mais, principalmente pela incompetência que lá há mesmo, que é notória e de que já se sabia. Que ele faça agora, o Presidente da República, uma medida provisória específica que atenda à urgência e à relevância para socorrer Cocal e Buriti dos Lopes, esses extraordinários Prefeitos Fernando de Sousa Filho e Ivana Fortes, que estão fazendo todas as ações para minimizar.

Esperamos também que cheguem aditivos para a recuperação da estrada mais importante, que liga Teresina ao litoral. Não só Parnaíba fica isolada, como a cidade de Bom Princípio e a cidade de Ilha Grande. Para chegar hoje às cidades do litoral, vai-se pelo Ceará, em estradas ruins e precárias, e pelo Maranhão, em estradas indescritíveis. Então, esta é realmente a verdade.

Então, para justificar a verdade, eu sei, Luiz Inácio, eu sei, eu sei. Mas eu lhe recordaria...

Pedro Simon, você já foi ao México? Pois no México tem a praça. Você já foi também, não é, Presidente? Pois, vá. O palácio do governo é na praça. É bom. Quando eu vi, estava lá dentro. Tem aquele grande pintor – como é, Cristovam, você que sabe tudo? – que casou com uma pintora, famoso, tem uns quadros lá. Tem até um filme sobre ela. Sim, mas não vem ao caso. O que me impressionou, além das obras de arte, foi ver no palácio uma frase do General Obregón. Então, eu lembrava do Presidente Luiz Inácio, que viaja muito. Quando for ao México, está ali na praia, entre e leia. Ali tem o General Obregón, que diz: eu prefiro um adversário que me leve a verdade a um aliado, puxa-saco, alopchado, que só faz mentir e me enganar.

Então, nós estamos aí meio como adversários. Mas quero lhe trazer essa verdade. Essa é a situação

do Piauí. Estão enganando Vossa Excelência. Estão lhe enganando, Luiz Inácio, ausculte sua mulher. É, mulher diz a verdade. Não é? É o seguinte: aqui está a mídia. A gente sabe que está tudo pago. Esta aqui tem uma audiência. A gente fala porque é o único local hoje onde se diz a verdade. O Senado é para isto: é para orientar.

Então, está aqui um artigo da *Folha de S. Paulo*. Primeiro, esses caricaturistas são inteligentes. Botam aqui: “Terceira dentição”. É o retrato do Luiz Inácio, que ele não é assim, não. Eu o acho simpático, bacana. A esposa dele, uma encantadora senhora, Marisa, com todo o respeito. Mas aqui o caricaturista botou: “Terceira dentição”. Isso aí estão errando, Luiz Inácio. Você se lembra quando nós denunciávamos aqui aquela propaganda do Banco do Brasil: “Três, três, três”. Era preparando.

Este País vai ter democracia para o Senado. Você entendeu? Eu não vou dizer como eu disse há pouco, que aconteceram certas coisas. O Pedro Simon estava dizendo ali para mim: “Mão Santa, não diga mais aquilo, que este é o melhor Senado”. E eu vou até refletir. Mas nós temos mérito, uma dívida muito forte. Só há essa democracia no Brasil por aqui. Está tudo cooptado.

Essas ONGs são uma bandalheira, uma safadeza. Está todo o mundo cooptado: igrejas, UNE, o diabo. Ali nem se fala. A Câmara... Só aqui, ó Cristovam. E nós vamos resistir como os 300 de Esparta.

Senão, aqui já estaria igual a Cuba, Venezuela. Os meninos correram ali outro dia, fizeram o dever de casa, aquele bispo reprodutor já está fazendo... Era um continuísmo. Isso não é democracia. Democracia é divisão de poder e alternância, senão seriam os reis, ficavam os reis, o poder contínuo. Então nós não podemos chamar rei Luiz Inácio. Primeiro vamos chamá-lo nosso querido Presidente.

Mas está aqui, leiam – eu advirto o Brasil – Fernando de Barros e Silva: “O Bolsa-Mídia de Lula”. Leiam isso. Não tem o Bolsa Escola deturpado, estuprado, violado? Pois tem o Bolsa-Mídia de Luiz Inácio.

Bota aí, bota bem grandão! Faz de conta que é a Ideli, o Mercadante ou o Tião. Bota bem grandão: Bolsa-Mídia. Leiam a **Folha de S. Paulo**! Vejam o quanto escapa. Isto aqui diz.

Ó Pedro Simon, nem Hitler, nem Goebbels fizeram um esquema publicitário desses. Esta é a verdade. Bolsa-Mídia de Lula! Eu vou ler e pronto. Eu acho que esses três minutos vão servir para o povo do Brasil fazer uma reflexão, e Luiz Inácio, ora, ninguém tem o direito de amar mais o Brasil do que o Luiz Inácio, Presidente da República por duas vezes, respeitado.

Mas este País foi construído por todos nós. Essa história da democracia foi muito sacrifício.

Então o Bolsa-Mídia de Lula... Este bicho aqui... Como é o nome dele? Este Franklin Martins... Quem vem atrás é muito mais afoito do que o Goebbels. O Duda é papel pequeno, por isso eles cassaram.

“O Bolsa-Mídia de Lula”, Fernando de Barros e Silva:

SÃO PAULO – O jornalista Fernando Rodrigues deu uma grande contribuição ao conhecimento da máquina de propaganda do lulismo. A reportagem que publicou ontem na **Folha** mostra como, na atual gestão, o Planalto adotou uma política radical e sistemática de pulverização da verba publicitária destinada a promover o Governo.

Eu duvido, eu duvido, eu duvido. A *Hora do Brasil* era para colocar é aqui. Eu estou olhando, seus palhaços. Não sai não. Não sai não. Eu não saio não. É para transmitir do Senado. Hoje, quase não está havendo pronunciamento. Eu duvido que o Franklin Martins deixe sair o discurso do Mão Santa. Para vocês verem onde vocês estão, perdendo as liberdades, pelas famigeradas ONGs. Isso aí é uma corrupção em tudo que é instituição. Nós vimos aqui. Por que não manda? Meu amigo Heráclito pediu uma CPI. Não se reúne, não dá *quorum*. Porque ali é safadeza e muita.

A reportagem que publicou ontem na **Folha** mostra como, na atual gestão, o Planalto adotou uma política radical e sistemática de pulverização da verba publicitária destinada a promover o governo.

Em 2003, a Presidência anunciava em 499 veículos; em 2009...

Havia 499 rádios, emissoras, jornais pagos pelo Governo.

...em 2009, foram 2.597 os contemplados – um aumento de 961%. Discriminada por tipo de mídia, essa explosão capilarizada da propaganda oficial irrigou primeiro as rádios (270 em 2003,...

Olha, olha, olha aí. Não tem. O negócio está perigoso.

Eduardo Gomes combateu a primeira ditadura de Vargas. Nós tivemos a militar. E se nós não estivermos aqui falando, mesmo roucos, vamos passar para essa ditadura proletária, pior. Eu estou dizendo. Duzentos e setenta rádios em 2003; em 2008, 2.597. Passou de 270 rádios que o Governo pagava para 2.597. Depois os jornais, de 179... Ó Pedro Simon, atentai bem, está no telefone aí, aqui está mais importante, preste aten-

ção: de 179 jornais para 1.273. O Governo injetando dinheiro.

Ô Cristovam, você que é professor, historiador: passou de 179 para 1.273 jornais mantidos pelo Governo. “...e a seguir o que é catalogado como “outras mídias”, entre elas a internet, com 1.046 beneficiadas...” Até Internet. Um jornal vale pela verdade que diz; não dizendo a verdade, ele não vale nada.

O que isso quer dizer? A língua oficial chama de regionalização da publicidade estatal e a vende como sinal de “democratização”. Na prática, significa que o governo promove um arrastão e vai comprando a mídia de segundo e terceiro escalões como nunca antes neste país.

Exagero? Eis o que diz Ricardo Barros (PP-PR), vice-líder do governo e membro da Frente Parlamentar de Mídia Regional: “Cerca de 50% das rádios e dos jornais do interior pertencem ao comunicador.

Pertencem a um dono. Em 50% do interior, o jornal pertence a um dono e a rádio a um dono.

O dono faz o jornal ou o programa de rádio. Se recebe dinheiro, passa a ter mais simpatia e faz uma comunicação mais adequada ao governo. Há uma reciprocidade”.

Enquanto, na superfície, Lula trata de fazer a sua guerra retórica contra a “imprensa burguesa”, que lhe dá azia, no subsolo do poder a engrenagem montada pelo ministro Franklin Martins...

O Goebbels de hoje. Cristovam Buarque, Franklin Martins é o Goebbels de hoje. Mentira repetida se torna verdade.

...se encarrega de alimentar a rede chapra-branca na base de verbas publicitárias. É o Bolsa-Mídia do Governo Lula.

Essa mídia de cabresto que se consolidou no segundo mandato ajuda a entender e a difundir a popularidade do presidente. E talvez explique, no novo mundo virtual, o governismo subalterno de certos blogs que o lulismo pariu por aí.

E tem outro castigo. Lula, certeza única é no mesmo.

Então, essas são as reflexões que esta Casa tem que fazer.

E Eduardo Gomes combateu a primeira ditadura deste País, a civil, de Vargas. Depois, tivemos a militar. A militar, diga-se de passagem, era honesta. Esta aqui é corrupta, é cheia de aloprados. Eu combati a

ditadura militar. A gente podia ganhar a eleição. Fizemos o AI-5 e deixaram jogar. Agora não ganha. Você está na frente, eles dão vinte mil bolsas. Acabou-se. Dão e dão mesmo. E são aloprados? São aloprados. E entraram em todos os raios de ação.

Então, só isso, Pedro Simon. Pedro Simon, estou fazendo a reflexão, não vou mais repetir a frase. Só a de Eduardo Gomes: o preço da liberdade democrática é a eterna vigilância.

A única instituição que vigia o continuar da democracia do povo do Brasil somos nós.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Junior. PMDB – AC) – Senador Mão Santa, parabéns pelo pronunciamento.

Convido V. Ex^a para assumir a Presidência desta Mesa. E, incontinêti, convido o Senador Cristovam Buarque para fazer mais um de seus brilhantes pronunciamentos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou falar um pouco na linha do que falou para nós, no começo desta tarde, o Senador Paulo Paim, apenas tentando responder por que e o que fazer.

O Senador Paulo Paim chamou a atenção aqui, de maneira muito correta, eu diria mesmo de maneira brilhante, para aquilo que tem saído nos jornais e nas revistas, especialmente na *IstoÉ* desta semana, sob o título de “Profissão de Risco”.

Quem apenas lê essa manchete, Senador Eurípedes, pensa que profissão de risco deve ser a dos PMs nas ruas, nos morros do Rio de Janeiro; ou deve pensar que é a profissão dos astronautas lá no espaço; ou, quem sabe, a profissão dos trapezistas, dos domadores de animais bravios.

Não, profissão de risco é a profissão de professor no Brasil. Esta é a matéria de duas páginas na revista *IstoÉ*, que começa com a frase de uma professora, dizendo: “Vou mais um dia para a escola, desanimada e certa de que as aulas não serão dadas. Quando chego à porta da sala tenho vontade de sumir”.

A professora do ensino fundamental, a mineira Áurea Damasceno, escreveu essa carta endereçada à Secretaria de Educação de Belo Horizonte. A professora Áurea é uma dos quase dois milhões de professoras e professores que hoje, no Brasil, quando acordam para ir dar aulas, sentem que vão a uma profissão de alto risco, com a sensação que elas têm de que representam 67,6% dos educadores que dizem que suas autoridades ficaram mais fracas nos últimos anos.

Vejam bem, 67% sentem que sua autoridade ficou mais fraca nos últimos anos.

Sr. Presidente, acho que vale a pena a gente perguntar o porquê dessa degradação, Senador João Pedro. Eu resumo isso com uma frase: a escola descolou e, ao descolar, caiu na tragédia. Vou listar alguns dos descolamentos entre o passado e o presente.

O primeiro descolamento – não por ordem de importância – é o salarial. Todos falam que professor ganha pouco, mas há algo muito mais grave: os outros passaram a ganhar muito mais que eles. Houve um descolamento, Senador Mão Santa, entre a política salarial do magistério e a política salarial das outras categorias deste País, tanto no setor privado quanto no setor público. Dizem que professor ganhava mais antes. Talvez nem seja tanta verdade do ponto de vista do valor real do salário, mas é absolutamente verdade do ponto de vista do valor relativo do salário do professor e do salário das outras categorias. Começamos aqui, com a categoria parlamentar, começamos conosco, Senadores. Olhem, não tenho os números comigo, mas o número de vezes que o salário do Senador de 50 anos atrás era maior que o salário de professor não era igual ao de hoje – e desafio os pesquisadores a verem isso, já que não tive tempo de ver, porque decidi falar nesse assunto, quando ouvi o Senador Paim.

Houve um descolamento. Não se trata apenas dos Parlamentares: todas as categorias, praticamente, aumentaram seus salários numa velocidade maior que os professores. O mais grave, Senador Pedro Simon, não é que os professores hoje ganham menos que antes, mas que os outros hoje ganham muitas vezes mais que os professores. E o que vale na vida social é o salário relativo, não é o salário absoluto apenas. Esse descolamento entre o salário do professor em relação ao salário dos juizes, ao salário dos parlamentares, ao salário dos funcionários públicos em geral é uma das causas dessa crise que atravessa a educação brasileira. Mas pode-se dizer: essa não é a causa da violência nas escolas. É que houve, Senador Pedro Simon, um descolamento total nos equipamentos das escolas em relação aos outros setores da vida de hoje.

Nesses últimos 50 anos, as crianças deste País mudaram completamente. Hoje, as crianças nascem e crescem, vendo uma coisa chamada efeito especial e assistindo à aula num quadro-negro com giz. Não é possível ter uma sala de aula disciplinada com quadro-negro e giz para crianças acostumadas ao efeito especial. Elas assistem, todas as noites ou quando vão ao cinema ou pelo videocassete, ao sistema solar em movimento e em cores e, quando chegam à sala de aula, o professor faz um pontinho de giz e diz: “Isto aqui é o sol”; faz outro pontinho e diz: “Isto aqui é a Terra”; faz outro pontinho de giz e diz: “Isto aqui é a lua”; aí faz algumas voltas e diz: “Isto aqui são as

órbitas da lua e da Terra”. Há aluno que aguenta uma coisa dessa?

Houve um descolamento do ponto de vista do equipamento das escolas. Comparem como eram os bancos há 30 anos e as escolas; comparem como são hoje os bancos e as escolas, e vocês vão ver o descolamento que houve. O avanço técnico chegou a todos os setores, mas não chegou às escolas. Elas ficaram descoladas da realidade, do avanço técnico que hoje domina a sociedade, que nos embeleza, que nos fascina e que não fascina nas escolas.

Se alguém fosse dormir há 30 anos e acordasse hoje, não reconheceria um banco; não reconheceria um *shopping*; não reconheceria uma casa lotérica, mas reconheceria uma escola. A escola descolou do avanço técnico. A escola descolou também da qualificação. O professor descolou da qualificação.

Trinta anos atrás, o profissional mais qualificado de uma pequena cidade era o professor. As outras profissões avançaram, qualificando-se, e deixaram os professores para trás. Obviamente, isso está relacionado ao descolamento dos salários.

Em cada cidade, hoje, há funcionários do Banco do Brasil muito preparados, há funcionários da Receita muito preparados, há médicos muito preparados, mas não há mais professores preparados, relativamente, como eram antes, quando se comparava com as outras profissões.

As demais profissões foram mudando na qualificação. O professor não se foi qualificando na mesma proporção. Isso tem a ver com os equipamentos que eles nem usam e tem a ver com os salários que eles recebem. Aliás, esqueci-me de dizer que o plenário do Senado de hoje não tem nada a ver com o de 30 anos atrás. Senador Simon, que está aqui há mais tempo, tinha-se microcomputador na mesa, há trinta anos? Não se tinha. Hoje, continua sem se ter nas escolas, mas os Senadores têm. Não se tinha televisão ao vivo, transmitindo os nossos discursos, há trinta anos, mas hoje se tem. As escolas continuam sem ter televisão e computador. Houve um descolamento das escolas em relação ao salário, à qualificação, aos equipamentos.

Hoje, um jornalista tem de ter diploma, teve de se qualificar. Hoje, cada profissão está qualificada: tem-se de fazer curso universitário, tem-se de ter diploma. O professor, por incrível que pareça, continua sem a exigência do diploma. Nós descolamos o processo de qualificação e a formação dos professores. Mas descolamos outra coisa também, descolamos a qualidade dos prédios. Não havia os palácios da Justiça que existem hoje. Antigamente, não existiam os palácios maravilhosos, suntuosos, dos Ministérios Públicos espalhados por este País. Hoje, todas as entidades

têm os seus palácios, mas as escolas continuam da mesma maneira e até com pior qualidade do que há 30 ou 40 anos. Houve um descolamento na qualidade do prédio da escola com o presente que é oferecido às outras entidades do setor público. E a gente ainda acha estranho que nas escolas os alunos se comportam mal; que às escolas os professores vão, como se fossem para o sacrifício.

Nós temos todo o direito e a obrigação de nos indignarmos, mas não de nos surpreendermos. Basta observar um pouquinho como o avanço técnico, como as vantagens econômicas foram chegando a cada setor da economia, a cada setor da sociedade e deixando a escola descolada, para trás, abandonada.

Nós não temos o direito de estranharmos a carta da professora. Nós temos a obrigação de nos indignarmos que uma professora não acorde hoje e diga: “Hoje é dia de aula. Felizmente vou estar com os meus meninos e meninas, ensinando-lhes como construir o Brasil”.

Nós temos o direito de nos indignarmos, porque isso não acontece hoje. As professoras e os professores acordam e ficam tristes, porque vão dar aula. Temos o direito e a obrigação de nos indignarmos, mas não de nos surpreendermos, porque essa é a realidade de uma entidade que descolou em relação ao que avançava – descolou nos salários; descolou nos equipamentos; descolou nos prédios; descolou na qualificação; e, em consequência disso tudo, descolou também no prestígio.

Todos lembram que, antigamente, até ser casado com professora já dava *status* numa cidade. Hoje a gente sabe que o professor não é tratado com o prestígio que deveria. Mas não é só porque tem menos prestígio, mas porque nós passamos a reconhecer mais prestígio nas outras categorias sociais. Nós passamos a dar muito mais prestígio a novas profissões que foram surgindo ao longo do tempo, aos artistas que foram surgindo no tempo, aos futebolistas que foram surgindo.

Nós fomos dando muito mais prestígio aos universitários que não existiam antes, que passaram a existir em grande número, o que é uma vantagem para o Brasil. Mas só seria de vantagem plena se nós déssemos prestígio também aos professores. Nós descolamos o conceito de prestígio do conceito de magistério. E essa talvez seja a maior tragédia da sociedade brasileira. Essa talvez seja a maior ameaça ao futuro do Brasil, o desprestígio descolado da entidade escola: da entidade escola no que se refere ao magistério, da entidade escola no que se refere aos servidores administrativos. Descolado na escola no que se refere à qualidade do prédio, descolado no que se refere ao

equipamento, descolado, inclusive, na quantidade de tempo que uma criança fica na escola, porque, antigamente, ficava, pelo menos, das oito às doze. Hoje, deveria ficar das oito às seis da tarde, mas fica das oito às dez, porque, terminada a merenda, a maior parte da população pobre de alunos nas escolas públicas do Brasil vai para casa porque considera que a escola é um restaurante-mirim.

Então, uma entidade que se transforma de escola em restaurante-mirim descola do seu prestígio. Esse descolamento é que é a causa de praticamente tudo que vem acontecendo de negativo na educação brasileira. E é a cara do que vai acontecer de ruim na sociedade brasileira. Quem quiser ver o futuro de um país não precisa ser vidente, basta olhar como é a escola pública de hoje. O futuro de um país tem a cara da escola que esse país tem no presente.

Escola bonita, bem equipada, professor alegre, crianças disciplinadas, contentes e aprendendo hoje é um futuro bonito para o País. Escolas feias, caindo aos pedaços, sem equipamentos, com professores descontentes, com crianças indisciplinadas hoje é um futuro feio para o País que a gente vai ver. Essa, talvez, seja uma das poucas coisas que não precisa ser vidente para perceber, para conhecer. Se a escola está descolada, o futuro do País vai estar descolado dos nossos desejos também. Não haverá sintonia entre o que a gente deseja para o futuro do País e a realidade desse futuro se, no presente, a realidade desejada para uma escola está descolada da realidade como a escola é.

Coloco ainda como um descolamento, para concluir, Senador, a ideia do descolamento com o próprio conhecimento. Houve um tempo, e não muito distante, em que o conhecimento saía da escola. Houve um descolamento. Hoje, o conhecimento não sai mais apenas da escola. A criança vê televisão, a criança vai ao judô, ao caratê, à ginástica, à natação. O conhecimento não está mais dentro da escola, porque a escola não é em horário integral, e hoje em dia o conhecimento tem variáveis muito maiores do que no passado. Então, a escola se descolou até mesmo do conhecimento de que era o centro de geração. Hoje a escola não é mais o centro de geração. E aí a gente reclama quando vê a escola desmoralizada, os professores assustados, desmotivados e descontentes.

Finalmente, o último descolamento, Senador, é o descolamento da escola com o Orçamento público.

Este País está pensando em reservar R\$30 bilhões para uma Olimpíada que nem foi decidido ainda se vem para aqui. E ninguém pergunta de onde vem o dinheiro. Já estão sendo construídos todos os novos estádios, trens rapidinhos do aeroporto para os está-

dios, hotéis, e não falta dinheiro, por causa de uma copa mundial de futebol, que nós todos desejamos que venha para aqui.

Existe um PAC que prevê R\$500 bilhões; existe um pré-sal que prevê R\$500 bilhões. O Orçamento descolou da pré-escola e colou no pré-sal. Só que o pré-sal não vai gerar o futuro, até porque este País já teve muitos pré-sais. Já teve o açúcar; já teve o ouro; já teve a borracha; já teve o café; já teve a indústria automobilística. Tudo isso foi pré-sal que jogaram para nós como uma grande ilusão que nos faria, cada um de nós, emancipados da pobreza, e o País inteiro, emancipado do atraso; que faria o País civilizado, e cada um de nós com uma vida digna, decente, em uma sociedade igualitária. Já nos venderam muito pré-sal, e nenhum deles deixou o resultado que se esperava. Mais uma vez, estão nos enganando.

Isso quer dizer que a gente não deve explorar o pré-sal? Claro que deve, como tinha que explorar o açúcar, como tinha que explorar o café, como tinha que explorar o ouro, a borracha, mas sem enganar ninguém ao dizer que o futuro se constrói na economia. O futuro se constrói na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino médio, na universidade e nos grandes centros de ciência e tecnologia, onde se gera a economia do conhecimento que o futuro vai precisar.

Hoje, o Orçamento público está descolado das escolas. Tem dinheiro até para escola técnica e universidades, mas não para uma educação de base, porque o dinheiro tem para viadutos, para viabilizar a indústria automobilística; o dinheiro tem para os bancos, para viabilizar a venda de automóveis, mas não tem o dinheiro necessário para garantir um salário digno para o professor e colar outra vez salários de professores com a dignidade que eles merecem.

Para colar os equipamentos modernos com a escola, precisa colar o orçamento com a escola. Para colar a qualidade do prédio com a escola, precisa colar o orçamento com a escola. Para colar cada um dos itens que foram descolados da escola nestas últimas décadas, a gente precisa colar o orçamento com a escola.

Nós temos o direito de nos indignarmos. Nós não temos o direito de não sabermos e nem temos o direito de não sabermos o que fazer para resolver.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Apesar do tempo já vencido, Senador Mão Santa, peço alguns minutos para concluir dizendo que esta Casa tem a obrigação de voltar a colar com a escola tudo aquilo que lhe foi tomado nos últimos anos: o prestígio, o salário, o equipamento, o prédio, a qualificação.

Para isso, bastava a gente definir com clareza o que é que quer dizer escola, definir escola e acabar com a mentira de dizer que este País tem 200 mil escolas quando, na verdade, não chega a 30% o número das que a gente pode considerar escola nos dias de hoje. O resto não é.

Escola, em primeiro lugar, é um prédio que não tem nenhuma criança fora, todas as crianças dentro dela. Em segundo lugar, é onde os professores sejam bem formados, bem dedicados e bem remunerados. Cabeça, coração e bolso, essa é a santíssima trindade do magistério. Terceiro, onde os equipamentos sejam os mais modernos e onde o prédio seja bonito e confortável. E, quarto, onde fiquem, pelo menos, seis horas de aula, para que a escola possa colar-se com o conhecimento. Isso é escola.

Definido isso para uma, a pergunta é como fazer com que todos as 200 mil sejam desse jeito. Eu não vejo outro caminho a não ser aquele pelo qual eu me bato, insisto: a ideia de que precisamos federalizar a educação de base no Brasil. Não há como construir escolas, como elas devem ser hoje, nas mãos dos pobres prefeitos das nossas cidades. Nós temos que federalizar a educação de base. Federalizar com uma carreira nacional do magistério e com um programa federal de qualidade escolar e horário integral.

Isso é possível, Senador Mão Santa. Isso a gente já discutiu e vamos continuar discutindo, aqui, como fazer. Os recursos existem para isso. Custa muito menos do que uma Copa; custa muito menos do que uma Olimpíada; custa muito menos do que um PAC; custa muito menos do que um pré-sal e dá um resultado muito mais definitivo e muito mais orgulhoso para um país, que ao ler uma matéria, com uma carta como esta de uma professora, deve nos deixar não apenas com vergonha, mas com uma profunda tristeza, não apenas com ela, hoje, mas com o futuro que ela está descrevendo ao descrever a dor que ela sente, hoje, quando vai para a escola.

Professora, a senhora nos disse como será o futuro do Brasil ao dizer como é que a senhora se sente, de manhã, ao ir para a escola.

Era isso, Senador Mão Santa, que eu tinha para lhe dizer e a todos os Senadores.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos pela profunda reflexão sobre a educação. Mais um descolar grave que houve no nosso País foi quando descolaram V. Ex^a, que

representa o que há de melhor sobre o amor à educação, da Unesco. Foi um descolamento pelo qual todo o País está a chorar, sabendo que muito vamos perder no futuro.

V. Ex^a é o nome do povo do Brasil, que tem esperança na educação, para a Unesco.

Convidamos para usar da palavra o próximo orador inscrito, Senador João Pedro; e, em seguida, o Dr. Pedro Simon.

O Senador João Pedro representa o Amazonas e o Partido dos Trabalhadores.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, várias capitais do Brasil, no dia de ontem, comemoraram, com muita alegria, com festa, o anúncio da sua escolha para sede da Copa do Mundo de 2014.

Venho aqui registrar com muita alegria que a cidade de Manaus, capital do meu Estado, foi contemplada, escolhida, como sede da Copa do Mundo. É claro que o futebol une o Brasil, é uma paixão; há um envolvimento do povo brasileiro, da juventude, enfim, de todos os homens e mulheres que gostam do futebol.

Manaus recebeu o anúncio – e não foi diferente do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Recife, de Fortaleza, de Natal – com muita alegria, com festa. Nós tivemos uma grande festa, Senador Mão Santa, na tarde de ontem em Manaus.

Eu espero que este seja um evento que reafirme, primeiro, um ambiente internacional para unir os povos e o esporte, mas a minha expectativa é de que a Fifa, os Governos Federal, Estadual e a Prefeitura Municipal reafirmem compromissos com a cidadania, com o presente, mas com um futuro muito próximo. Pelo que está colocado na imprensa, nós teremos novos palcos de esporte, novos estádios.

Eu já vi o projeto do novo estádio para atender às exigências da Copa do Mundo, no valor de R\$500 milhões. O Governador Eduardo Braga apresentou o projeto, um projeto muito bonito, muito ousado. Assim como o projeto de Manaus, Sr^{as} e Srs. Senadores, as outras capitais também receberão novos estádios com o padrão de exigência da Fifa, bem como toda uma mudança urbanística. Com a reforma do estádio, haverá mudanças na infraestrutura da cidade: praças, novas vias. E, sobre esse ponto, sobre essa discussão, eu gostaria de refletir.

É hora de avançarmos no sentido de organizarmos nossas cidades para o futuro tão próximo – não está tão longe.

Penso que teremos a Copa do Mundo, teremos a presença de dezenas de países no Brasil, e vamos preparar o País, as cidades. Espero, sinceramente,

que a sociedade ganhe, com essas mudanças, uma vida mais digna.

Por exemplo, vamos mexer nas vias de Manaus. Por que não preparar essas vias, as novas avenidas, com espaços, por exemplo, para a ciclovias ou para o cidadão andar a pé? Para que haja uma mobilidade da sociedade dentro de padrões pelos quais possamos fazer o inverso do que acontece nas grandes cidades hoje. E quero falar de Manaus como uma grande cidade, uma cidade que hoje tem uma população em torno de dois milhões de habitantes.

Então, melhorar as cidades, democratizá-las, discutir com a sociedade esses recursos. Nós precisamos entender que este é um momento novo no Brasil, e esses recursos não podem ser aplicados sem que haja a participação da sociedade civil, Senador Mão Santa. São milhões, são bilhões, por conta da competição internacional. Então, vamos também melhorar a vida do cidadão pós-Copa do Mundo, deixando cidades onde o cidadão possa andar, onde a bicicleta possa ter vez nesse trânsito tão violento e assustador – e aí não só em Manaus, mas nos grandes centros urbanos do Brasil.

Espero que o evento venha com muita alegria, até porque o futebol é uma identidade nacional, mas que nós possamos viver um momento em que as cidades, as grandes cidades, possam tirar proveito neste sentido: aprimorar a cidadania, melhorar os espaços urbanos, principalmente com a participação das populações que ali vivem – da dona-de-casa, da juventude, do professor, do motorista de ônibus, do motorista de táxi, do comerciante.

A Copa do Mundo é bem-vinda. O montante de recursos atinge cifras significativas. Que nós possamos viver um bom momento na pré-Copa do Mundo, na Copa do Mundo, mas sobretudo no pós-Copa do Mundo, com as cidades merecendo um tratamento com muita cidadania! Nós precisamos disso.

Espero que este seja o momento de os entes federativos e de uma instituição internacional como a Fifa dialogarem com as populações das capitais e que possamos fazer não só o espaço do estádio, do campo de futebol moderno, mas que isso sirva também para modernizarmos as nossas cidades. As nossas cidades precisam de humanismo. O cidadão merece espaços humanos. É hora de fazermos esse encontro e construirmos um grande momento para o Brasil, para o futebol, mas fundamentalmente para o cidadão que vive o dia a dia nas capitais do nosso País.

Concedo aparte ao Senador Gilberto Goellner.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador João Pedro, vejo V. Ex^a comemorando a escolha da cidade de Manaus e vejo que o povo vibrou. Realmente é

um avanço muito grande, mas, como V. Ex^a acrescenta, de forma muito concreta, desde que acompanhada, não só pelo desenvolvimento da área esportiva, da melhoria da infraestrutura dos estádios, mas acompanhada de ganhos para a população, não só em hotéis, investimentos privados, mas em qualidade para a população. E eu, da mesma forma, comemoro a escolha da cidade de Cuiabá, que representa o Pantanal, que tivemos a oportunidade de visitar, juntamente com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. Havia quatro Senadores presentes ao SESC Pantanal, e todos se encantaram com as belezas do Pantanal e com a conservação que o povo mato-grossense faz daquele santuário. Diria que temos uma proposta, que já apresentei inclusive ao Prefeito Iris Resende, e infelizmente Goiânia não foi aquinhoadada como sede desse grande evento esportivo. Mas o Prefeito Iris Resende já estava se antecipando e se preparando no concernente à veiculação de todos os 1.600 ônibus que servem à cidade de Goiânia no sentido de preparar toda a frota para que, em 2014, tivesse a possibilidade de consumir um diesel limpo, um biocombustível que estamos propondo como a nova matriz energética para o País, regulamentando o combustível, o óleo vegetal puro, refinado. Seria um poluente zero para o meio ambiente, melhorando, então, a qualidade de todo ar que respiramos nas grandes cidades. Dentro dessa alternativa, eu incluiria que devemos nos preocupar com a poluição do ar que essa população respira, principalmente nas grandes capitais como São Paulo. Já levamos ao conhecimento do Prefeito Kassab também essa possibilidade de se antever um teste com quatro ônibus, efetuando a combustão do óleo vegetal puro, refinado. Trata-se de um biocombustível, mas é o óleo antes do processo de transesterificação. Não é o biocombustível, o B100; seria só o óleo vegetal puro. Então, vejo que dentro dessa possibilidade, o Ministro dos Esportes também viu com satisfação essa proposta. Nós estaremos levando isso a todas as capitais. Vejo que se o País se preparar para em 2014 ter uma frota urbana consumindo um óleo vegetal produzido aqui no País, com zero de poluição, melhorando a qualidade, isso será transmitido ao mundo todo. Todo mundo vai poder ver esse desenvolvimento e a preocupação que o povo brasileiro terá, então, de ver reduzir a poluição a zero nas grandes cidades, que é principalmente dos veículos a diesel. Hoje, a poluição, baseada em emissão de gases com enxofre, aumenta consideravelmente o efeito estufa e o aquecimento global. Meus parabéns pela sua proposta de melhoria de qualidade, e eu acrescentaria, então, a proposta de termos uma poluição diminuída nos centros urbanos e uma melhor qualidade de vida para a população.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Gilberto. Temos a responsabilidade das duas capitais da Amazônia – Cuiabá e Manaus – como sedes da Copa do Mundo.

Podemos fazer uma grande campanha, não só na Amazônia, em que fazemos esta exigência: fica proibido ir ao estádio com carro movido a diesel, a gasolina. Temos de trabalhar isso com muita firmeza. Tem que ter estacionamento para as bicicletas e ciclovias em direção aos estádios da Copa do Mundo.

V. Ex^a abordou um tema muito interessante e podíamos construir uma campanha: energia limpa, nada de diesel para os estádios-sede da competição. São compromissos educativos e didáticos que precisamos fazer nesse debate.

Hoje é um dia importante, porque estamos na Semana Mundial do Meio Ambiente, que estamos começando hoje. É uma data internacional sobre a questão do meio ambiente. Eu quero dizer da minha alegria em ter Manaus como sede, mas do compromisso de nós construirmos um ambiente para esse momento tão importante na vida do brasileiro e do mundo que é a realização da Copa do Mundo.

Já fizemos isto no Brasil em 1950. O Maracanã, esse monumento que o mundo todo conhece como o palco do futebol e que é uma referência e um orgulho nacional nosso, foi feito para aquela Copa do Mundo de 1950. Perdemos, é verdade.

Eu acho que esse é um grande momento que o Brasil vai viver, mas, principalmente, com a participação da sociedade. Nós precisamos nos mobilizar. A sociedade tem o direito de falar, de fazer proposituras, de refletir principalmente nas sedes da Copa do Mundo. Nós precisamos romper com esse autoritarismo na lógica de trabalhar os espaços urbanos.

O dinheiro é significativo; daí a importância da sociedade opinar, participar, refletir e reclamar. A sociedade não pode ser chamada apenas para comprar o ingresso, para torcer e vibrar pela nossa Seleção. Ela tem o direito de ser, desde já, um elemento propositivo nessa discussão. Algumas cidades vão ser reconstruídas – as suas vias. Então, não é o caso de só pensar no hotel, na comunicação, na hotelaria, no aeroporto, mas nos espaços urbanos. É hora de combinarmos essa agenda internacional da Copa do Mundo, com a participação da sociedade.

E, nesta data, quero também me congratular com as manifestações sobre a importância da Semana do Meio Ambiente, Presidente Mão Santa. Não podemos pensar na economia, pensar na Copa do Mundo, no dia a dia, sem colocar o componente ambiental.

Hoje, o componente ambiental está presente na discussão inclusive do ponto de vista ético. Não

podemos dar um jeitinho. A vida diz respeito a tratarmos com compromissos profundos o debate sobre a questão ambiental.

Neste dia mundial, há uma mobilização internacional sobre a construção de um novo protocolo que possa substituir Kyoto. Os Estados Unidos e outros países não quiseram assinar, e o Brasil teve um papel importante.

Primeiro, no plano internacional, precisamos de um protocolo, onde a vida possa merecer prioridade. Não basta nos orgulharmos da economia da China, esse gigante da economia internacional, já que, ao mesmo tempo, a China disputa com os Estados Unidos o primeiro lugar na emissão de CO². É preciso ter essa consciência. Que desenvolvimento é esse? Que economia é essa, com a qual comprometemos a vida sobre o planeta Terra? Está aí esta tragédia de hoje. Mais uma vez, choramos perdas de brasileiros por conta do que está acontecendo no Piauí, no Nordeste; mas é todo um processo ambiental. Há indícios de que a tempestade, um raio, teria derrubado um avião na madrugada de hoje. É preciso tirar lições disso. Na Amazônia, há barcos que viram, há poluição, há enchente arrebatando, tragando vidas.

E hoje começa mais uma semana dedicada a refletirmos sobre a questão ambiental. Se não quebrarmos paradigmas, estaremos encurtando a vida na Terra. São pequenas coisas que têm um significado grande para nós.

Agora mesmo vamos votar a Medida Provisória nº 458, que trata da regularização fundiária na Amazônia, o maior território do nosso País – 61% do Brasil. Mas se nós só olharmos para a regularização fundiária, estamos comprometendo a vida na Amazônia, a vida no Planeta.

Então, precisamos de rigor para combinar a questão fundiária com as questões social e ambiental.

A ditadura, nos anos 70, tratou a Amazônia, na questão fundiária, sem olhar a questão ambiental. Deu no que deu. É hora de o Senado, na Semana do Meio Ambiente, tratar a Medida Provisória nº 458 com o compromisso de construirmos políticas públicas onde a questão social e a questão ambiental sejam prioridades respeitadas.

Essa é a reflexão que faço nesta semana em que o Brasil e o mundo discutem a importância do meio ambiente para a vida, para o cidadão e a cidadã, para as crianças que moram, que trabalham e que vivem no Brasil e no mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos por Manaus ter conquistado a participação na Copa do Mundo de Futebol, o que é

muito justo pela sua história, como centro econômico que foi na história do País e também como centro cultural, pois lá está o Teatro Amazonas. Agora, haverá o “teatro dos esportes”.

Convidamos para usar da palavra, conforme já tínhamos anunciado, o Senador Pedro Simon. Em seguida, como Líder, está inscrito o Senador Alvaro Dias, do PSDB. Pedro Simon, Senador votado no Rio Grande do Sul, é do tamanho do Brasil e representa, com grandeza, as virtudes mais necessárias na vida do político brasileiro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conforme salientei aqui, meu Partido, no Rio Grande do Sul, realizou um grande congresso, em que, por unanimidade, insisti em que o PMDB tivesse um candidato à Presidência da República neste País. Decidimos mandar a decisão à Presidência e à Executiva Nacional, aos Parlamentares da Câmara e do Senado, aos Presidentes e aos Dirigentes dos Diretórios Estaduais e ao Presidente da Câmara e do Senado, companheiros nossos do PMDB.

Falei desta tribuna noticiando nossa decisão, e é impressionante, Sr. Presidente, o volume de correspondência que recebi de pessoas entusiasmadas com a importância dessa posição de o PMDB ter seu candidato à Presidência da República. É impressionante! Não apenas dirigentes partidários, Vereadores, Deputados Estaduais, Prefeitos, mas também pessoas das mais variadas condições, pessoas de outros partidos que não o PMDB e pessoas sem partido não entendiam e faziam um apelo para que essa decisão fosse acatada. Alguns usaram expressões mais duras com relação ao comando nacional, mas todos eles exigiram a presença do PMDB na candidatura à Presidência da República.

O nosso congresso ocorreu em Porto Alegre, Sr. Presidente. A querida Deputa Íris é, hoje, a Presidente Nacional do PMDB, com a licença do Presidente do Partido, que está na Presidência da Câmara dos Deputados. É incompatível, pelo menos na prática, ocupar as duas posições, pois uma posição é a do Presidente da Câmara dos Deputados, que tem de defender a Câmara, a moral, o princípio, o trabalho, a convivência da Câmara; a outra posição é a do Presidente do PMDB, que tem de defender os interesses do PMDB. Por isso, seria absolutamente inconcebível assumir as duas posições. Nesse sentido, S. Ex^a se afastou, não renunciou, como alguns imaginavam que aconteceria. Já que seu mandato como Presidente do Partido termina antes do seu mandato como Presidente da Câmara dos Deputados, achava-se que S. Ex^a renunciaria à Presidência do Partido para se dedicar à Presidência

da Câmara e para permitir que sua substituta na Presidência efetiva do Partido pudesse dinamizar, trabalhar, avançar com o Partido com mais autonomia. Mas S. Ex^a se licenciou. E lá está a Presidente Íris, que, nessa condição, tivemos a honra muito grande de receber em Porto Alegre, com pronunciamento muito firme, muito categórico. S. Ex^a, diga-se de passagem, é uma grande Parlamentar que já honrou este Congresso e este Senado, que honra agora a Câmara dos Deputados e que tem uma posição muito correta e muita digna na Presidência Nacional do PMDB.

Nesse fim de semana, atendi a um compromisso na Universidade Católica de Goiânia, para pronunciar a aula do cinquentenário daquela universidade. Tive uma sensação muito emotiva ao ver, na reitoria, um gaúcho da minha região, de Paim Filho. Ele é reitor há quase oito anos da universidade.

Tive oportunidade – é o que venho fazendo, Sr. Presidente – de visitar várias universidades do Brasil. Não tanto quanto gostaria, atendo aos convites intensos que tenho recebido. Eu o faço dentro do possível. De modo especial, tenho ido às universidades, para debater com os jovens essa situação que vive o Brasil. E fico impressionado, profundamente impressionado, eu diria, com a situação de interrogação. Desde criança, eu me dediquei à vida estudantil, à vida universitária, à vida da mocidade. Embora velho, continuo, de certa forma, a conviver com esses jovens. Nunca vi uma situação de interrogação quanto ao que fazer como essa.

Os jovens sempre tiveram a oportunidade da luta, do trabalho, da garra contra a ditadura, contra a guerra, contra o nazismo, contra o fascismo, contra o arbítrio. Na ditadura militar, com uma atitude fantástica, espetacular, os jovens foram os grandes responsáveis pela redemocratização deste País. Mas, hoje, eles se perguntam: aonde vamos? A interrogação com relação ao terceiro mandato do Presidente Lula era impressionante nas perguntas feitas: pode? Não pode? Está certo? Está errado? Essa confusão em torno do Congresso Nacional, eles não conseguem entender. E me vi muito mal ao dar as respostas sobre auxílio-moradia, sobre sei eu mais o quê. Realmente, as respostas eram muito difíceis e muito complicadas.

Lembrei a eles o que está acontecendo na Inglaterra. Na Câmara mais tradicional do mundo, na Câmara dos Comuns, a de mais prestígio, a de mais história, a de mais biografia, coisas que nunca se imaginavam estão acontecendo. Mas isso não ajudou muito, não ajudou. Fiz questão de salientar ali o que venho dizendo desta tribuna: a reação tem de partir dos jovens, a reação tem de vir dos jovens. Esperar do Congresso Nacional? Esperar da classe política?

Os jornais do fim de semana deixam tudo muito claro. As pesquisas feitas com relação aos Parlamentares, com relação ao que querem nas reformas, deixam tudo muito claro. Fidelidade partidária? Sim, deve haver fidelidade partidária. Mas sempre há uma janelinha para, no final, no acerto de cada campanha, cada um pular para onde quer. Verba pública de campanha? Sim, deve haver verba pública de campanha. Mas isso vem junto com o fundo partidário, para o comando partidário usar como bem entende e onde bem entende. Meus irmãos, parece que a reforma política não terá muito jeito, se depender de nós, se não houver reação da sociedade e, de modo especial, da mocidade.

Foi um bom debate com a mocidade. Eu me emocionei, porque senti que eles estão na expectativa. E, a rigor, o Brasil está na expectativa de uma movimentação que não seja o debate triste e cruel que estamos vivendo.

O Senador Alvaro Dias pede uma CPI. Assinei a CPI. É importante analisar a vida da nossa Petrobras. Mas quem acompanha o noticiário de **jornal** em torno da instalação dessa CPI fica com vergonha. De um lado, o Governo diz: “Queremos examinar também o Governo Fernando Henrique”. Do lado de cá, diz-se: “Mas nós queremos o comando, a Presidência e a Relatoria”. Olhem, meus irmãos, se não houver seriedade, se não fizermos CPI na base de buscar a verdade...

Eu era Líder do Governo quando se fez a CPI dos Anões do Orçamento. Eu estava aqui, quando se fez a CPI do *Impeachment*, que não funcionava para buscar o *impeachment*, mas, sim, para averiguar as denúncias que Pedro Collor, irmão do então Presidente da República, tinha feito contra PC Farias. A gente escolhia os mais independentes, aqueles que, como a gente confiava, teriam uma atuação mais imparcial. Hoje, há as tropas de choque – a tropa de choque do Dr. Renan, a tropa de choque do Sr. Mercadante, a tropa de choque do Governo, a tropa de choque da Oposição –, para cada um buscar bater no outro e defender-se. Não vejo a busca da verdade, e isso tem chocado, e as manchetes têm levado para esse local.

Mas, em Goiânia, tive oportunidade, junto com o Prefeito Íris Resende... Que cidadão fantástico! Não consigo entender como é que o Senador Íris Resende consegue asfaltar 1,6 mil quilômetros de rua em Goiânia! Juro por Deus que é uma coisa fantástica. A informação que tenho é a de que Goiânia se transformou na segunda capital do mundo em área verde; perde apenas para uma cidade do Canadá. Realmente, é um trabalho fantástico.

Reunimos o Partido, todo o comando partidário. Por unanimidade, Goiás defende a existência de candidato do PMDB à Presidência da República. Isso se

dá por unanimidade! Pela palavra da Íris, pela palavra do Prefeito de Goiânia, pela palavra do ex-Governador Maguito, pela palavra de todos, há unanimidade em torno do candidato do PMDB à Presidência da República.

Essa informação estou tendo em todos os recantos, em todos os recantos. Enquanto isso, o comando do PMDB discute o que vai fazer. A decisão mais simpática é aquela que dá ao Presidente da Câmara a Vice-Presidência da República, que não pode ser do PSDB, porque o candidato do PSDB é o Serra, e não podem ser o Presidente e o Vice de São Paulo, a não ser que ganhe o Governador de Minas. Se for o Aécio, poderá ser assim, porque aí o Presidente do PMDB é de São Paulo, e poderá ser a dobradinha café com leite.

O próprio Quércia está lá fechadinho com o Serra: Serra para Presidente da República e Quércia para o Senado. Quem diria?! O Serra e mais alguns saíram do MDB, fundaram o PSDB, racharam nosso Partido, por causa do Quércia. Agora, estão lá os dois amigos Serra e Quércia: um deles é candidato a Presidente; o outro, candidato ao Senado. Não é possível! Sinceiramente, não é possível!

A Presidente Iris Araújo pretende viajar pelo Brasil, e eu pretendo atender a mais chamamentos, como o do Piauí, Presidente, para falarmos sobre a candidatura própria...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, estou comunicando ao Líder maior do PMDB, João Madison, a sua disposição de votar no Piauí. Eu disse que levava o povo, e ele disse que leva a cúpula. Então, pode marcar a data com a Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estaremos lá, no Piauí, e estaremos em todo o Brasil. E volto daqui... Esta **TV Senado**... Ah, meu Deus, como é bacana essa **TV Senado**! Olha, eu me lembro, quando eu estava aqui e vocês, que estão me assistindo, ainda não tinham nascido, que nós dependíamos de uma virgulazinha do **Jornal Nacional**. O projeto mais importante, o que tinha de mais significativo acontecia aqui, e, de 10 horas de debate, o **Jornal Nacional** publicava uma linha. Essa era a vida do Senado. Agora nós estamos aqui: 18 horas e 10 minutos. Ao contrário do que muitos pensam, muita gente está assistindo à **TV Senado** agora. E muito mais gente vai assistir à **TV Senado** à meia-noite, quando será repetido. Sou um dos que pode garantir, pelas impressionantes cartas e mensagens que a gente recebe.

A você, que está me assistindo, faço um apelo: redija! É gratuito. Redija a um Senador, a mim, a outro Senador, a Deputado, à Presidente do Partido, Deputa-

da Iris. Diga o seu pensamento. Se você concorda que é importante um candidato do PMDB à Presidência da República, diga que é; se não concorda, diga que não é, mas se manifeste. Não deixe essa gente, usando o nome do Partido, levar a gente para um lado que não é o lado real! Manifeste-se.

O Ministro das Relações, Ministro Múcio, disse que já estamos no segundo turno, que já foi antecipado o segundo turno entre a Ministra e o Governador de São Paulo. As coisas são tão ridículas, os Partidos estão tão fora da realidade, que, a rigor, parece que se reduziu a isso!

Manifeste-se. Você, de qualquer cidade do Rio Grande, do Brasil, de qualquer canto, exija que o seu Município realize a reunião que está sendo exigida, que o Diretório estadual se reúna, que o congresso seja feito no seu Estado e que seja cobrada, em nível nacional, a convenção. Faça isso! Vamos fazer uma grande movimentação, uma grande arrancada no sentido de que as partes que falam, que têm poder, que têm vontade não sejam manobradas, como são, por meia dúzia de pessoas que, ocupando cargos e vantagens... Os Ministérios que o Fernando Henrique dava há anos e que agora o Lula está dando... Diretoria da Petrobras, Diretoria do Banco do Brasil, que antes deram e que agora estão dando a meia dúzia de cupinchas que estão ali, e usam isso a seu proveito, não a proveito do País, nem de ninguém, mas a seu proveito, para tirar vantagens. Vamos exigir que tenhamos direito a apresentar uma proposta.

Vamos botar uma terceira... A do PT... Serra, um belo candidato do PSDB; a Ministra, uma grande candidata, mas vamos botar um candidato do PMDB. Vamos colocar o trinômio, para não ficar nessa dupla, PSDB e PT, e não mais do que isso.

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, primeiramente, os cumprimentos de quem o admira de longa data, desde que V. Ex^a era Governador do Rio Grande do Sul e nós pudemos conviver, já que, ao seu tempo, também governava o meu Estado do Paraná.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ambos pelo MDB.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Ambos pelo PMDB, dos bons tempos. Aliás, Senador Pedro Simon, V. Ex^a poderia ser o nome do PMDB. Seria um grande nome, sem dúvida. Não quero, evidentemente, interferir em assuntos da economia doméstica do seu partido, mas V. Ex^a seria um nome de grande respeitabilidade e, certamente, agregaria valor ao debate do pleito do próximo ano.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador, estou no índice do meu partido. V. Ex^a nem fale isso, por favor, que a única coisa que ainda falta é tentarem me expulsar do PMDB. E já discutiram até isso.

Não sabem qual é o motivo. Agora, eu, no comando do MDB, sou considerado uma palavra maldita. O que é mais interessante: isso me deixa muito bem com a minha consciência. Não fico nem um pouco triste com isso.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, determinados vetos fazem bem ao currículo, e deve ser o caso. Eu gostaria de me reportar à fase de seu discurso em que abordou a CPI da Petrobras. V. Ex^a tem razão no que diz respeito a essa tentativa de dominar a CPI, de torná-la um instrumento inócuo. Mas temos o dever, mesmo minoritariamente, de realizar todos os esforços para transformá-la em um instrumento produtivo. E acho que temos possibilidades. Já divulgamos, inclusive, a estratégia que pretendemos adotar de levar denúncias à CPI, buscar todos os instrumentos para aprofundar a investigação. Se esses instrumentos forem negados, representaremos junto à Procuradoria-Geral da República, junto ao Ministério Público. CPI, já dizia seu velho companheiro Ulysses Guimarães, pode prescindir de provas materiais e de provas documentais. Bastam os indícios. Ele dizia, Ulysses Guimarães: “CPI vai pelo cheiro”. Nós representaremos ao Ministério Público com a sustentação dos indícios fortes que poderemos encontrar em denúncias, as mais variadas, que já são, inclusive, do conhecimento público. E, se nos forem negados todos os atos possíveis em uma CPI para uma investigação completa, recorreremos ao Ministério Público. Ao encaminhar a representação em nome dos partidos de Oposição, estaremos convocando o Ministério Público a instaurar os procedimentos para a investigação judiciária e a responsabilização civil e criminal, oferecendo ao Ministério Público a motivação para a denúncia ao Poder Judiciário a fim de que possa julgar. Dessa forma, Senador Pedro Simon, mesmo distantes do fim da CPI, mesmo sem aguardar o relatório final, já estaremos gerando consequências jurídicas, e esse é o objetivo de qualquer CPI. Portanto, a Minoria, com criatividade, com inteligência, com coragem e com disposição, poderá transformar uma CPI fadada ao fracasso num grande sucesso. É o que nós imaginamos poder fazer. Espero que isso seja possível, porque sabemos que o Ministério Público tem boa vontade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador, V. Ex^a está tendo uma atuação realmente muito brilhante nesta Casa, inclusive com uma repercussão muito grande. Talvez V. Ex^a seja dos Parlamentares que tenham mais presença nos jornais e na televisão,

anunciando a sua fala. Seu pronunciamento foi muito importante. E eu o respeito, mas quero que V. Ex^a entenda o que vou dizer, pelo amor de Deus: fiquei muito machucado com o seu pronunciamento. Ele expressa uma realidade, V. Ex^a está dizendo o que é, mas não devia ser. V. Ex^a está dizendo o que está acontecendo realmente! Isso está sendo levado para um debate, e V. Ex^a está dizendo o que vai acontecer nesse debate, mas é uma pena começar assim. Concorde V. Ex^a? É uma pena começar assim, meu Deus do céu! Quando se fez...

Ouvi o pronunciamento de V. Ex^a e eu respeitei. V. Ex^a disse: “Vamos buscar, vamos debater.” Nós queremos conseguir a verdade. O presidente vem aqui, vamos discutir. Agora, começar assim... Eu entendo V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – É a alternativa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No momento em que se diz: “Eu quero a Presidência, eu quero a Relatoria”... O ambiente é esse. O aparte de V. Ex^a está dentro do ambiente, mas que triste que o ambiente seja esse.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Não temos outra alternativa, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu também concordo com V. Ex^a, mas é uma pena, porque nós deveríamos ter levado para um outro lado. Eu ainda pretendo, se me deixarem falar lá na Comissão... Eu acho que dá para ir, não é, o cara não sendo membro pode sentar. Pelo menos, se o PMDB não me proibir, eu pretendo ir lá, me sentar...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Falar, certamente, permitirão, Senador. Não permitirão é investigar, revelar nada. Agora, falar permitirão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu pretendo ir lá, pretendo sentar, pedir a palavra e dizer que não é por aí. Não é por aí! Eu acho que o Presidente Gabrielli pode vir aqui, pode fazer a sua exposição, pode dizer o que é. Eu acho que erros podem ter acontecido, mas a tentativa não é de querer impedir a Oposição de investigar, não é de querer impedir o debate. Não é, daqui a pouco, querer colocar a Petrobras no banco dos réus, no sentido de que quem não gostar e pedir a CPI é inimigo dela.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, apenas para ficar claro: esse é o expediente de que lançaremos mão se, realmente, o que está previsto ocorrer, ou seja, se a maioria, se o chamado rolo compressor, se o tratoramento, se a CPI chapa branca, se isso tudo que está sendo anunciado... Porque foi feito o anúncio e não foi feito aqui, onde deveria ser feito. Foi feito lá no Palácio do Planalto. Ao invés de se discutir

CPI no Congresso, se discute no Palácio do Planalto. É abrir mão de prerrogativas essenciais do Parlamento, é transferir ao Executivo atribuições nossas, especiais e fundamentais. Se isso que está anunciado – não nos permitirão investigar – for realmente concretizado, nós lançaremos mão desse expediente que, pode ter certeza V. Ex^a, será muito eficiente. O Ministério Público vai instaurar todos os procedimentos para completar a investigação, com base nos indícios que poderemos oferecer como sustentação à denúncia, à representação encaminhada ao Ministério Público.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu ainda tenho confiança de que não vai acontecer o que V. Ex^a está dizendo, porque o Governo vai entender que é melhor o outro caminho. O Governo vai entender que, ao invés de seguir esse rumo, o melhor rumo é abrir as portas, o melhor rumo é abrir as portas, o melhor rumo é debater, é explicar, o melhor rumo é caminhar-mos no sentido que todos querem.

Ninguém, aqui, é inimigo da Petrobras, por amor de Deus! Eu sou o mais velho de todos, eu sou do tempo do “O petróleo é nosso”, eu sou do tempo em que, estudante, colocamos uma torre de petróleo na Rua da Praia, exigindo a criação. Eu sou do tempo em que nós festejamos, guris do secundário, a lei do Dr. Getúlio Vargas criando a Petrobras.

Ninguém quer o contrário da Petrobras, mas ninguém é dono da Petrobras. A Petrobras é um patrimônio nosso, de todo o Brasil. Não vamos esquecer que, para criar a Petrobras, o Getúlio foi buscar a assinatura de um Deputado Federal da UDN. O projeto que criou a Petrobras e que veio para o Congresso não era o do monopólio estatal.

O Dr. Getúlio Vargas, com competência, fez a manobra e, para conseguir, trouxe a assinatura de um ilustre líder da UDN da Bahia, que fez a emenda, e a emenda foi aprovada.

A Petrobras...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... é patrimônio de todos, de todo o Brasil. Então, eu creio que, na hora em que quiserem enxovalhar a Petrobras, ninguém vai encontrar ambiente nesta Casa. Mas não levem para esse lado, vamos levar para o lado de buscar a verdade. Vamos levar para o lado de buscar a verdade. Isso é o que interessa a todos nós.

Primeiro, o Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, o senhor estava falando, aí, no PMDB e o seu discurso vale para praticamente todos os outros Partidos. Na verdade, está-se falando tanto em reforma política, e eu acho que um dos itens da reforma

era: não é Partido aquele que não lançar candidato a Presidente, a Governador e a Prefeito. Como é que um Partido é Partido e não tem uma proposta nítida, clara, num País que tem dois turnos? Se só houvesse um turno, Senador Mozarildo, está bem, que se fizesse a aliança, mas tem dois turnos. Não há razão para se ter aliança no primeiro turno. Mas o Brasil chegou...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas nós chegamos a tal ponto que, hoje, só tem um turno.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só tem o segundo.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Só tem o segundo. Os Partidos já se arrumam de tal maneira que só tem o segundo turno. Nós já estamos no segundo turno.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Faltando mais de um ano e meio para a eleição, estamos no segundo turno, com dois candidatos e os outros Partidos caminhando para serem satélites. O seu discurso serve para todos os Partidos. E o pior é que a gente não sabe o que é que os candidatos que estão no segundo turno têm a dizer, para nós, do Brasil que eles desejam. Qual é a proposta dos dois candidatos para essas mudanças climáticas? Aliás, há pouco, a televisão dava que a principal suspeita para a queda desse avião foram as mudanças climáticas, que provocaram um tipo tal de efeito que causou a derrubada do avião.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – então, qual é a proposta que têm os candidatos para os grandes problemas nacionais? Eu não sei. Eu não sei quais são as propostas da Ministra Dilma para os grandes problemas nacionais, salvo o PAC. Eu não sei quais são as propostas do Serra para os grandes problemas nacionais, até porque, na campanha anterior, ele se concentrou na economia apenas. Nós temos de criar espaços para debates. O Senador Mão Santa tem insistido quando ele lembra que o Obama era um simples senador por Illinois, até que despontou nas prévias, porque se permitiu o debate. Nós temos de provocar esse debate. Eu fico satisfeito quando eu vejo o senhor...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele entrou nas prévias para fazer uma promoção para o futuro.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – É verdade, é verdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E terminou derrotando a favorita total.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – E por que derrotou? Porque ele trouxe...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ideias concretas, objetivas e novas.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Ideias concretas para um Estados Unidos novo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Ele trouxe a ideia de um Estados Unidos que estava nascendo e que o *establishment*, a situação tradicional, tentava impedir que nascesse. O Brasil tem um país nascendo dentro dele hoje. Hoje, há um Brasil nascendo, mas a política está impedindo que nasça: é o Brasil da indústria do conhecimento, é o Brasil do meio ambiente equilibrado, é o Brasil que busca a igualdade de oportunidades, é o Brasil que busca honestidade em todos os aspectos da sua vida social, especialmente na política. Esse país quer nascer. O que a gente sofre hoje, quando lê o **jornal**, são as dores do parto desse novo Brasil, mas a gente não vê um parteiro para isso. O parteiro é o candidato a Presidente, o parteiro vai ser o próximo Presidente ou Presidenta, mas a gente não o vê se preparando para ser parteiro de um novo Brasil. É como se tudo estivesse bem e só precisasse de mais dinheiro...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, é como se tudo estivesse bem e só precisasse de mais dinheiro para fazer o mesmo, e não de mais habilidade, competência, firmeza, princípios para fazer o novo. Por isso, eu lhe parabeno não só pela cobrança de que o PMDB tenha candidato, sobretudo pelo grande Partido que é, mas também pela sua pré-disposição de andar por este País pregando o que seria um programa de Governo. E, aí, eu complemento: se o senhor quiser, eu quero ir junto com o senhor. Às vezes, um só de nós não atrai tanta gente, porque não tem um debate. Seria bom até mostrar as discordâncias. Quando a gente colocasse a Heloísa Helena andando por este Brasil, acompanhada de mais outras pessoas que poderiam vir a ser pré-candidatas – mesmo que não venham a ser, como o senhor sabe que não será no PMDB, como eu, provavelmente, não serei no meu Partido –, simplesmente pelo fato de as universidades nos convidarem para debatermos propostas alternativas de Governo, acho que daria um sopro de esperança neste País. Agora mesmo estou indo, sozinho, debater aqui, na Universidade de Brasília sobre um tema específico: educação. Muito melhor se fôssemos eu e mais dois discutir qual é o Brasil que a gente propõe para o futuro. Então, eu gostaria de me juntar e sair por aí. Universidades para nos convidar não faltam,

sindicatos para nos convidar não faltam, igrejas para nos convidar não faltam. A gente poderia criar um grupo. Às vezes iria um, às vezes iria outro, mas mais de um, sem pedir licença aos Partidos da gente, para debater que Brasil a gente quer fazer nascer, de qual Brasil nós queremos ser os parteiros.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nós já debatemos essa matéria. Lamentavelmente, ela não foi como a gente queria.

As primárias seriam qualquer coisa de espetacular. Se nós conseguíssemos criar as primárias aqui, fazer o que fizeram os Estados Unidos... Nos Estados Unidos, a candidatura da Primeira-Dama era natural, natural; e não foi. No Brasil, tenho certeza absoluta de que nem saberiam o que iria acontecer. Vamos debater! Nós poderíamos até apresentar uma forma diferente: fazer uma primária em que reuniríamos os partidos, e os partidos, cada um, apresentariam seu candidato. Depois, buscaríamos a resposta. V. Ex^a pelo PDT, alguém pelo PMDB, a Ministra pelo PT, o Ciro pelo Partido Socialista. Vamos ver os candidatos, vamos debater! Aí apareceriam as ideias, aí apareceriam as propostas, aí apareceria a filosofia de cada partido. Aí a gente saberia.

Sabe por que o Serra não fala e sabe por que a Dilma não fala? Porque não é bom falar. Por que eles vão se comprometer? Para cada coisa que eles falarem, há dez a favor e oito contra. Então, não falam nada; então, não falam nada, deixa assim, vai levando! Igual ao Lula, que vai aumentando na pesquisa, não falando nada, não dizendo nada com nada.

Eu falo do fundo do meu coração: as cúpulas partidárias valem muito pouco neste País. Valem muito pouco neste País!

Eu sou sincero. O Fernando Henrique foi o responsável pelos oito anos dele e o Lula é o responsável agora. Tanto um quanto o outro, na hora de buscar dentro do PMDB, foram buscar não as melhores laranjas, mas as laranjas que poderiam levar para o caminho que queriam – e isso até no PT. Onde é que está o Frei Betto? Onde é que estão os grandes nomes do PT, nomes tradicionais e que fizeram a história fantástica do PT: transformar um grupo de líderes sindicalistas e criar um partido de trabalhador e esse partido derrotar a ditadura, derrotar a imprensa, derrotar tudo e ganhar? Onde estão aqueles? Os que estão aí são os Meirelles; os que estão aí são os que pensam igual. Nada mais igual ao Fernando Henrique do que o Governo do Lula. São absolutamente iguais. Onde estão os que defendiam as ideias das grandes transformações?

É por isso que querem continuar igual. É por isso que os mesmos, os mesmos do PMDB que estavam

juntinhos, abraçados, no mesmo quarto que o Fernando Henrique, estão agora com o Lula. É como disse o Ministro da Integração, que era o mais apaixonado pelo Fernando Henrique, o que batia mais no Lula. O que ele diz agora? “O que eu vou fazer se eu me apaixonei pelo Lula? Eu me apaixonei pelo homem”, diz ele. Nessa relação são os mesmos. São absolutamente os mesmos.

Por isso que nós não podemos, meu querido Presidente, ir atrás dessa gente. Ou nós nos rebelamos contra esse sentimento, ou nós não vamos a lugar nenhum.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador Simon, vamos voltar ao caso da CPI da Petrobras. Eu vejo que nós temos muito a questionar à Petrobras. Apesar da capacidade com que a Petrobras se coloca hoje na extração do petróleo brasileiro, nos temos muito a desejar na qualidade do combustível, do óleo diesel principalmente. Deixam muito a desejar. Eu vejo que os brasileiros devem exigir, e a Petrobras deve produzir um melhor combustível, menos poluente, ao menor preço, e não oferecer o óleo diesel mais caro com a pior qualidade. Vou dar um exemplo. A Petrobras produz o S-1800 (S são as partículas de enxofre), mas deveria estar produzindo S-15, como o fazem os Estados Unidos e a Europa. Então, nós estamos longe; nós estamos muito longe. O melhor combustível deles é o S-500. Muito longe. E é por isso que nós temos este problema de efeito estufa, de aquecimento global. Dentro do questionamento da CPI, nós temos que exigir uma mudança: o enquadramento da Petrobras para que ela produza um óleo diesel de melhor qualidade e a preço viável. Hoje, se inviabilizam todas as grandes atividades do País, como o transporte rodoviário. A poluição urbana está aí demonstrando isso. Há necessidade de se substituir urgentemente esse combustível. Precisamos hoje substituir essa matriz energética, baseada no óleo diesel, por biocombustível, senão nós não vamos chegar a lugar nenhum. A Petrobras está sem capacidade de oferecer um combustível limpo e a preço barato para o povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço muito a V. Ex^a o aparte.

Mas eu encerro, Sr. Presidente. V. Ex^a está sendo tolerante comigo e eu vejo que estou abusando de V. Ex^a. Eu encerro.

Eu quero apenas dizer: Presidente Iris, V. Ex^a é Presidente do Partido. Aja como Presidente. Aja como Presidente!

O ilustre Presidente da Câmara dos Deputados, presidente licenciado, tem que ter a descrição necessária para falar como Presidente da Câmara, não como

presidente licenciado. Ele não pode comprometer o partido como Presidente da Câmara. Ele não pode ser um bom Presidente da Câmara e um bom Presidente do PMDB. O bom Presidente da Câmara tem que pensar na Câmara, na soma da Câmara. O bom Presidente do PMDB tem que pensar no PMDB.

Presidente Iris, assumo isso dentro do MDB. Vamos lá!

Senador Mão Santa, nós temos muita gente que aceita esse debate. Vamos lá. Vamos aceitar a tese de que o PMDB não é apenas o maior partido de mentirinha. Maior número de Deputados estaduais: PMDB; maior número de Deputados Federais: PMDB; maior número de Senadores: PMDB; maior número de Governadores: PMDB; maior número de Vereadores: PMDB; maior número de Prefeitos: PMDB. Na última eleição para Prefeitos, realizada ano passado, o PMDB: teve seis milhões de votos a mais do que o segundo lugar. Esse é o maior partido. E essa gente aí está transformando o PMDB na Rainha da Inglaterra. Ela está no **jornal agora** protestando porque não foi convidada para a festa da vitória. É que nem ela disse: ela lutou, menininha, lutou para a vitória, enquanto os três que estarão lá – o francês, o inglês e o norte-americano – não haviam nem nascido. Até a Rainha da Inglaterra quer ter vez. O PMDB tem direito, Sr. Presidente.

Eu agradeço a tolerância de V. Ex^a e peço novamente a ti, meu irmão espectador: você tem uma força muito grande. A Internet é uma coisa fantástica. Os meios de comunicação de hoje são revolucionários. Antigamente, tinha que se escrever uma carta, levava-se dois meses para ir para os Correios; não se sabia se ia, o que acontecia; para telefonar, levava-se dez meses para se ter um telefonema. Hoje não. Você, neste momento, vai e põe na Internet a sua manifestação. Diga o que você pensa, para que o Presidente do partido e a vontade do partido, que é a tua vontade, exijam que o PMDB tenha personalidade e tenha presença nesta eleição.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos aplausos a Pedro Simon, que representa o melhor da história do nosso PMDB no Brasil.

Pedro Simon, eu estava atentamente ouvindo e queria dizer que o PSDB, partido simbolizado pelo Alvaro Dias, tem dois candidatos: José Serra e Aécio Neves. O PT, o Presidente Luiz Inácio não pode, não tem terceiro mandato no Brasil, só tem a candidata Dilma. E o PMDB – viu, Pedro Simon? –, fazendo uma ausculta sobre o PMDB no Brasil, há três fortes candidatos: um histórico, o melhor da história e da virtude, que V. Ex^a representa; temos o conciliador, que une todo o PMDB, que é o Presidente do Partido, Michel Temer;

e se quisermos um trator, que vem lá do Paraná, que três vezes governou aquele Estado, com competência, Requião é a salvação do nosso Partido – embora, com todo o respeito, esteja aqui, assim quis o destino, Alvaro Dias. Olha que ele conseguiu até ganhar de Alvaro Dias, que é um negócio muito difícil, impressionantemente difícil. Então, o PMDB tem nomes.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias. Aí só o PSDB lembrando também Alvaro Dias, porque ele passará a ter três candidatos: José Serra, Aécio e Alvaro Dias. Aí igualar-se-ia ao nosso grandioso PMDB, que já tem três fortes candidatos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, e por que não reunir PSDB e PMDB e decidir por uma candidatura? *(Risos)*

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Essa é a nossa oração.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também aproveito essa segunda-feira para comemorar a escolha de Curitiba como sede para a Copa do Mundo, a exemplo do que fizeram outros Senadores. Mas quero dizer que, para mim, não foi surpresa alguma, não havia discussão a respeito. Os critérios anunciados pela Fifa só poderiam contemplar Curitiba, que é a quinta capital brasileira. Se nós tínhamos a possibilidade de hospedar a Copa em doze subdesdes, evidentemente, Curitiba não poderia estar excluída.

Quero destacar que, quando a Comissão da Fifa visitou Curitiba, em uma ou duas oportunidades, vi essa comissão visitando um único local. Pelo menos aparentemente o local visitado por essa comissão foi o estádio de futebol construído pelo Atlético Clube Paranaense.

Nesta hora em que muitos são padrinhos, em que muitos se tornam proprietários da conquista, é bom ressaltar e reconhecer a importância do clube Atlético Paranaense nessa conquista. Sem dúvida foi a construção da Arena do Atlético, um belo estádio de futebol, talvez hoje o mais moderno estádio de futebol do Brasil, que facilitou a escolha.

Portanto, nós queremos homenagear o clube Atlético Paranaense por essa iniciativa, por esse empreendimento, especialmente o seu ex-Presidente Mário Celso Petraglia, que foi sem dúvida o grande líder e responsável pela construção da Arena na Baixada, onde o clube Atlético Paranaense realiza os espetáculos futebolísticos que patrocina. Não basta comemorar a conquista. É preciso estar atento agora para as iniciativas que virão.

O futebol tem sido explorado de forma desonesta por muitos. Muitos se enriquecem ilicitamente à custa

do futebol. Os desmandos na administração do futebol do Brasil ensejaram uma CPI muito bem-sucedida no Senado Federal, que indiciou 17 cartolas brasileiros. Alguns dirigentes foram desalojados de clubes e federações. Há processos em curso no Poder Judiciário do País.

Essa Copa do Mundo de 2014 no Brasil vai exigir investimentos fantásticos. Fala-se em R\$100 bilhões de investimentos. Certamente, parcela desses recursos virá dos cofres públicos do País. Não há como não se estabelecer uma rigorosa fiscalização para que esses recursos sejam aplicados corretamente. A CBF é uma espécie de paraestatal que organizará, que liderará a organização da Copa 2014, mas o Poder Público tem que estar atento para evitar eventuais desmandos.

Eu até sugeri no Senado Federal que a Subcomissão de Esporte na Comissão de Educação da Casa possa cuidar de dar transparência às ações que forem desenvolvidas na organização da Copa de 2014.

Todas as capitais terão de construir estádios ou modernizar estádios já existentes, e nada saiu do papel até agora. A não ser o estádio do Clube Atlético Paranaense, que está em obras, não vejo em nenhuma parte do País qualquer ação concreta.

Está certo que temos tempo, mas o tempo passa rapidamente. É preciso que os projetos saiam do papel e se tornem realidade, não só projetos de estádios, mas também ações administrativas que devem ser adotadas para melhorar as condições sobretudo de transporte, de infraestrutura e de segurança pública, para que o País possa receber milhares de esportistas que virão de todo o mundo. E teremos, aí sim, uma publicidade de valor indiscutível. Não há como mensurar o valor da publicidade que levará o nosso País a todas as partes do mundo, espero que da forma mais positiva possível. Portanto, estamos saudando...

Aliás, eu até fiquei surpreso. Não entendi bem por que a Fifa escolheu Nassau, nas Bahamas, para anunciar as sedes brasileiras da Copa do Mundo. Imaginei que a Fifa pudesse vir ao Rio de Janeiro, a Brasília, para fazer esse anúncio. Não entendi bem. Aliás, eu nem sei se existe algum clube de futebol em Nassau.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Talvez o passeio nas Bahamas fosse mais agradável.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente. Um passeio no paraíso fiscal das Bahamas. Creio que tanto os dirigentes da Fifa quanto os da CBF possuem esse bom gosto, não é, Senador Pedro Simon?

Enfim, de lá para cá... E muitos daqui foram para lá a fim de presenciar o anúncio de algo que todos nós já sabíamos. Inclusive, na sexta-feira, já havia a divulgação no Brasil de todas as sedes da Copa do Mundo, mas armou-se um espetáculo nas Bahamas para,

evidentemente, proporcionar um turismo de bom gosto àqueles que tiveram oportunidade de lá comparecer.

O que importa agora é estabelecer rigor na fiscalização dos recursos públicos que serão alocados para preparar o Brasil a fim de que seja realmente um grande espetáculo para o mundo a Copa de 2014; e para que o País ganhe inclusive economicamente; para que esses recursos sejam aplicados com lisura, com correção. E evidentemente o Poder Legislativo tem o dever de fiscalizar.

Mas, Sr. Presidente, venho à tribuna hoje, e quero ser sucinto, para anunciar um projeto que estou apresentando e que foi sugestão dos prefeitos do Paraná.

Recentemente, reunimo-nos em Curitiba, sob o comando do Prefeito Moacyr de Castro, que é o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, e várias sugestões foram apresentadas. Uma delas transforma em projeto de lei, alterando a Lei Complementar nº 101, que estabelece normas e finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para exigir compensações no caso de atos de concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária que impliquem redução dos montantes financeiros repartidos com os Estados, o Distrito Federal e os municípios.

Senador Mão Santa, dou um exemplo. Recentemente, o Governo fez cortesia com o chapéu dos prefeitos. Ele concedeu isenção do IPI para alguns setores, entre eles, o das montadoras, e os municípios brasileiros perderam, em quatro meses, R\$980 milhões – quase R\$1 bilhão em quatro meses –, e perderão, segundo previsões, durante o ano, 12,4% do total dos recursos destinados a Estados e municípios no FPM; ou seja, mais de R\$16 bilhões é a previsão do que Estados e municípios perderão.

Esse projeto estabelece, numa linguagem simples e didática, o seguinte: quando o Governo fizer cortesia, faça com o que lhe pertence, sem colocar a mão naquilo que pertence a outras unidades da Federação, tanto Estados quanto municípios. Essa alteração à Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece a exigência de compensação a Estados e municípios, quando a União, ao adotar políticas de concessões para determinados setores, penaliza exatamente as unidades federativas.

Há aqui uma justificativa, inclusive com argumentos de natureza técnica, para que esse projeto possa ser aprovado pelo Senado Federal. Esse projeto foi encaminhado hoje à Mesa.

Mas, Sr. Presidente, tenho também que registrar um outro fato.

No início deste mês, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, e o jornal **Folha de S.Paulo** publicaram reportagens festejando o

aumento da produção científica do País, conforme informações divulgadas pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, para tanto, baseando-se em números disponibilizados pela Thomson-ISI, uma base de dados multidisciplinar que contém mais de 10.000 jornais científicos de todo o mundo.

O Governo afirmou que do ano de 2007 para 2008, a produção científica brasileira cresceu 56%, e que o País passou da 15ª para a 13ª colocação no *ranking* mundial de artigos publicados em revistas especializadas, o que seria reflexo da política de fomento à pesquisa desenvolvida pelo Governo Federal.

À primeira vista, tal notícia soa de maneira fantástica, pois indica que o interesse e crescimento na produção de pesquisas aumentou sensivelmente em um curto período de tempo, passando de um modesto crescimento de 7% em um período de dois anos, verificado entre 2005 e 2007, para um crescimento de 56% entre os anos de 2007 e 2008.

Contudo, se submetida a uma análise mais criteriosa, verificamos que a informação divulgada pelos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, da forma como foi veiculada, não reflete o real crescimento do número de pesquisas existentes no País, fato que levou a comunidade científica nacional a criticar ambos os Ministérios, bem como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Segundo artigos publicados pelo **Jornal da Ciência**, periódico editado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, o crescimento dos percentuais da produção científica no País deve-se ao fato de a base de dados Thomson-ISI ter acrescentado inúmeros periódicos nacionais ao seu sistema, o que, obviamente, fez com que o número de trabalhos constantes daquele sistema aumentasse.

Para que se tenha uma boa idéia, em 2006, o número de periódicos brasileiros na base Thomson Reuters-ISI era de 26. Essa quantidade passou para 63 em 2007 e para 103 em 2008, o que nos leva a perceber que a referência utilizada pelo Governo não é o número de trabalhos produzidos pelos pesquisadores brasileiros, mas sim o sistema de uma empresa internacional.

Mas qual o problema de utilizar esse método e por que essa base de dados aumentou tanto em tão pouco tempo? A Thompson Reuters-ISI é uma empresa comercial, que visa lucro, e que busca manter a imagem de indexar o núcleo das melhores revistas científicas do mundo (10 mil entre 100 mil).

Segundo a própria empresa, sua política de seleção continua sendo a de medir o impacto por meio das citações dos artigos de revistas, mas iniciou um procedimento de espriar o universo das revistas do ponto de vista regional e temático.

Tal atitude acabou por aumentar a quantidade de trabalhos científicos produzidos no Brasil em seu acervo, mas tal fato não nos autoriza a afirmar que a produção científica nacional tenha aumentado no mesmo patamar.

Cabe salientar que não estamos menosprezando o importante papel das agências federais no fomento à pesquisa e na formação de recursos humanos, especialmente no tocante à concessão de bolsas de estudo, mas temos que foi totalmente inoportuna a atitude dessas mesmas agências ao manipular dados para sua autopromoção.

Dessa forma, o que se conclui é que o grande “aumento” na produção científica do País, tal como festejado pelo Governo, não adveio de políticas de incentivo à pesquisa, mas sim de interesses comerciais de uma empresa privada, dos quais o Governo pretendeu utilizar em proveito próprio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, mas não poderia deixar de registrar nos Anais do Senado essa denúncia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabamos de ouvir o grande Líder do Paraná e do PSDB, Alvaro Dias.

Convidamos para usar da palavra o orador inscrito Mozarildo Cavalcanti, que é do PTB de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da **TV Senado** e ouvintes da Rádio Senado, hoje, quero fazer um registro de eventos que ocorreram em Belém, capital do Estado do Pará, nos dias 27, 28 e 29 do mês passado, e que reuniram o Fórum Amazônico e a União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Aliás, um evento que aconteceu paralela e conjuntamente, cujo tema era exatamente este: “Amazônia em Temas”. Tive a honra de ser um dos expositores. Portanto, quero aqui transcrever alguns trechos do tema e depois me aprofundar com a leitura do documento final desse encontro, porque, realmente, é muito importante discutir a Amazônia na Amazônia, produzir o conhecimento e as propostas dentro da Amazônia, para serem implementadas pelos Governos estaduais, municipais e também pelo Governo Federal.

Inicialmente, gostaria de ler o trecho em que o Presidente do Parlamaz, que é Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Domingos Juvenil – que, por sinal, foi Constituinte junto comigo – diz:

“Ao longo destes 10 (dez) anos, o Parlamento Amazônico (Parlamaz) trabalha pelas

finalidades dispostas em seu estatuto, isto é, pela unidade política, independente de bandeira partidária e pelo desenvolvimento humano sustentável da população do maior ecossistema brasileiro.

O discurso em defesa da soberania do território nacional, a partir do olhar amazônico, sobre reservas indígenas, integração, energia, transportes e desenvolvimento são as prerrogativas dos parlamentares estaduais dos nove estados pertencentes ao Parlamento Amazônico.

Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, integram a entidade que tem por objetivo a fundação de novas condutas políticas e moções de valorização do solo e do povo da Amazônia Brasileira.

Há um ano, foi aberta a possibilidade para os membros do Congresso Nacional e vereadores amazônicos integrarem esta associação representativa das assembleias legislativas dos 9 (nove) estados citados [e que compõem a Amazônia legal].

O deputado Domingos Juvenil preside o Parlamento Amazônico desde abril de 2008 com o intuito de representar o povo nas três esferas legislativas com as premissas de alcance da unidade política, desenvolvimento humano sustentável e combate às desigualdades sociais amazônicas.”

É bom que se frise, há uma diferença enorme entre, por exemplo, o desenvolvimento que já alcançaram o Amazonas, o Pará e o próprio Mato Grosso e o desenvolvimento que alcançaram Roraima, Amapá e Acre, ditos Estados periféricos.

Também da lavra do Presidente Deputado Domingos Juvenil, há um texto que faço questão de ler da tribuna, cujo título é *Amazônia*.

“O maior desafio imposto neste milênio é aliar preservação ambiental e desenvolvimento econômico. E essa responsabilidade pela saúde do planeta, sem esquecer a sobrevivência do homem, tem mobilizado toda a sociedade.”

Senador Mão Santa, que preside a sessão, Senadora Rosalba, que está ao seu lado, e eu, que estou falando, todos três, médicos, realmente temos de dar essa ênfase, de pensar logicamente na questão da preservação da floresta, mas pensar na saúde do planeta, sem nos esquecermos da sobrevivência do homem que está lá. São 25 milhões de habitantes na

Amazônia que não podem estar colocados em uma hierarquia inferior em relação aos temas amazônicos.

E prossegue o artigo do Deputado Juvenil:

“Nós, amazônidas, defendemos a preservação, mas, igualmente, queremos que a Amazônia não seja apenas um santuário de contemplação.”

Aí, eu sempre pergunto: quem são os santos? Será que os santos, nesse santuário que se quer fazer, são os bichos, as árvores ou os seres humanos? Se há santos na Amazônia, têm de ser os 25 milhões de habitantes, homens, mulheres e crianças que lá vivem.

“A região possui um potencial incontestável para merecer investimentos em ciência e tecnologia que movam a economia e transformem nossas riquezas em emprego, renda e desenvolvimento.

Queremos a atenção do tamanho da nossa importância socioeconômica para o Brasil. A Amazônia Legal equivale a mais de 60% do território nacional e abriga 22,3 milhões de habitantes [segundo o documento], mas, ainda assim, corresponde a menos de 8% do PIB brasileiro.”

Por isso, aqui está uma das grandes explicações, Senador Mão Santa, para o descaso do Governo Federal com a Amazônia: primeiro, porque 25 milhões de habitantes é muita gente, mas, comparados com a população de São Paulo, Minas e Rio, é pouco – é pouco. Então, é tão pouca gente, que o Presidente Lula, por exemplo, não foi fazer campanha, nem na primeira vez, nem na segunda vez, em Roraima. Há pouco eleitor. Então, realmente, nós temos essa pouca significância econômica, 8% do PIB brasileiro, mas o que temos de riqueza supera em muito a potencialidade das outras regiões.

“Sua exuberância está na maior biodiversidade do planeta, uma floresta que guarda fórmulas capazes de render à indústria de fitoterápicos cerca de US\$500 milhões por ano. Um território gigante com seus 5,2 milhões de quilômetros quadrados e o maior potencial hídrico do globo, seja para a geração de energia, seja para utilização humana e de animais e plantas.

Nenhuma outra região ostenta patrimônio tão rico e diversificado.

O Parlamento Amazônico deseja que esse encontro em Belém [que se realizou no dia 27, 28 e 29 do mês passado] aproxime a sociedade desta pauta socioambiental e conso-

lide, definitivamente, uma atenção qualificada à Amazônia Legal.”

Senador Mão Santa, requeiro que todos esses documentos que estão aqui sejam transcritos como parte do meu pronunciamento, mas quero finalizar, repetindo esta frase: o que nós precisamos é que exista uma atenção qualificada para a Amazônia.

Fico pasmo, quando vejo, por exemplo, o Presidente Lula viajar daqui para um país que tem 800 mil habitantes, um milhão de habitantes, dois milhões de habitantes e quase não ir à Amazônia.

Não há uma política efetiva de valorização, de melhoria de vida do homem da Amazônia. Façamos um balanço. Estamos no sétimo ano do Governo do Presidente Lula. Vejam o IDH das populações dos diversos Municípios. Vejam se melhorou ou piorou. Quando muito, ficou na mesma, Senador Mão Santa. E isso é o que interessa. O Índice de Desenvolvimento Humano é o que interessa.

Não adianta se ele está fazendo uma ponte lá em Manaus. Não interessa se o Governo Federal... Aliás, o Presidente Lula tem-se notabilizado por ser um grande prefeito federal. Ele faz obra em tudo, Município e Estado. Ele não delega para os prefeitos e para os governadores. O recurso é todo do Governo Federal; no PAC tudo é federal praticamente e ainda assim empaca.

Então, gostaria aqui de dizer, como amazônida, mais uma vez – e tenho repetido –: não vou me cansar de falar, de reclamar a atenção – que não estou pedindo, não; estou exigindo do Governo Federal, do Governo brasileiro – para com a Amazônia, para com as pessoas que vivem na Amazônia. Não é possível mais aceitarmos esta história de que temos que cuidar, acima de tudo, das árvores, numa balela de que o sequestro de carbono feito pela floresta é muito importante para o mundo, quando sabemos que as algas marinhas sequestram várias vezes mais carbono do que a floresta.

Agora, quero saber é que, lá, onde estão as algas marinhas, não há seres humanos. Onde há a Floresta Amazônica, há seres humanos. E, no meu Estado, que tem pouca Floresta Amazônica, pode haver pouco, numericamente, ser humano, mas os seres humanos que estão lá – homens e mulheres – precisam e exigem ser mais valorizados.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

PARLAMENTO AMAZÔNICO FÓRUM

Data: 28/05/2009

Hora: 14:00H

Local: Centro de Convenções e Feiras da
Amazônia - Hangar.

AMAZÔNICO AMAZÔNIA EM TEMAS



MAIO DE 2009
BELÉM - PA



Amazônia

O maior desafio imposto neste milênio é aliar preservação ambiental e desenvolvimento econômico. E essa responsabilidade pela saúde do planeta, sem esquecer a sobrevivência do homem, tem mobilizado toda a sociedade.

Nós, amazônidas, defendemos a preservação, mas, igualmente, queremos que a Amazônia não seja apenas um santuário de contemplação. A região possui um potencial incontestável para merecer investimentos em ciência e tecnologia que movam a economia e transformem nossas riquezas em emprego, renda e desenvolvimento.

Queremos a atenção do tamanho da nossa importância socioeconômica para o Brasil. A Amazônia Legal equivale a mais de 60% do território nacional e abriga 22,3 milhões de habitantes, mas ainda assim, corresponde a menos de 8% do PIB brasileiro. Sua exuberância está na maior biodiversidade do planeta, uma floresta que guarda fórmulas capazes de render à indústria de fitoterápicos, cerca de US\$ 500 milhões por ano. Um território gigante com seus 5,2 milhões de quilômetros quadrados e o maior potencial hídrico do globo, seja para a geração de energia, seja para utilização humana e de animais e plantas. Nenhuma outra região ostenta patrimônio tão rico e diversificado.

O Parlamento Amazônico deseja que esse encontro em Belém aproxime a sociedade desta pauta socioambiental e consolide, definitivamente, uma atenção qualificada à Amazônia Legal.

Deputado Domingos Juvenil
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do
Pará
Presidente do Parlamento Amazônico

Palestrantes^{VR}

Abertura e condução dos trabalhos:

Deputado Estadual Domingos Juvenil (PMDB-PA)
Presidente do Parlamento Amazônico
Presidente da Assembleia Legislativa do Pará

Dr. Hércules Ribeiro
Advogado, pós-graduado em Políticas Públicas
Procurador do Estado do Tocantins
Delegado do Itamaraty na ONU
Autor de livros técnicos de Direito
Tema: MDL, Crédito de Carbono e Amazônia

Dr. Mário Ramos Ribeiro
Doutor em Economia
Professor da UFPA e da UNAMA
Ex-Presidente do Banpará
Tema: Economia da Amazônia

Deputado Federal Silas Câmara (PSC-AM)
Presidente da Comissão Permanente da Amazônia,
Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
Tema: Integração Nacional

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Médico
Professor da UFRR
Vice-Presidente da Subcomissão Permanente em
Defesa do Emprego e da Previdência Social
Tema: Mudanças Climáticas

Parlamento Amazônico (Parlamaz)

Domingos Juvenil
Presidente do Parlamaz

Ao longo destes 10 (dez) anos, o Parlamento Amazônico (Parlamaz) trabalha pelas finalidades dispostas em seu estatuto, isto é, pela unidade política, independente de bandeira partidária e pelo desenvolvimento humano sustentável da população do maior ecossistema brasileiro.

O discurso em defesa da soberania do território nacional, a partir do olhar amazônico, sobre reservas indígenas, integração, energia, transportes e desenvolvimento são as prerrogativas dos parlamentares estaduais dos nove estados pertencentes ao Parlamento Amazônico.

Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, integram a entidade que tem por objetivo a fundação de novas condutas políticas e moções de valorização do solo e do povo da Amazônia Brasileira.

Há um ano, foi aberta a possibilidade para os membros do Congresso Nacional e vereadores amazônicos integrarem esta associação representativa das assembleias legislativas dos 9 (nove) estados citados.

O deputado Domingos Juvenil preside o Parlamento Amazônico desde abril de 2008 com o intuito de representar o povo nas três esferas legislativas com as premissas de alcance da unidade política, desenvolvimento humano sustentável e combate às desigualdades sociais amazônicas.

Programação

“Fórum Amazônico: Amazônia em temas”

27 de maio - quarta-feira

14h – início do credenciamento

Local: Secretaria do evento - lobby do Hotel Hilton Belém (a confirmar)

20h30 – Solenidade de abertura

Local: Teatro da Paz

22h30 – Coquetel de abertura

Local: Maison Pommedo

28 de maio - quinta-feira

Local: Hangar Centro de Convenções da Amazônia

Manhã

Atividades em conjunto com os parlamentares

Programação oficial a Unale

Tarde

Abertura do evento e condução dos trabalhos

Dep. Domingos Juvenil (PMDB), Presidente da Assembleia Legislativa do Pará e Presidente do Parlamento Amazônico

Palestra: MDL's, Crédito de Carbono e Amazônia

✓ Dr. Hércules Ribeiro, Procurador do Estado do Tocantins

- **Palestra:** Integração Nacional

✓ Dep. Federal Silas Câmara (PSC-AM), Presidente da Comissão Permanente da Amazônia, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional, na Câmara Federal

Palestra: Economia da Amazônia

✓ Dr. Mário Ramos Ribeiro, Doutor em economia e Professor da Universidade Federal do Pará

- **Palestra:** Mudanças Climáticas

✓ Sen. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Médico e Professor

29 de maio - sexta-feira

Programação oficial da Unale – Atividades em conjunto com os parlamentares

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Esse foi o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, advertindo para o Presidente da República sobre suas preocupações. S. Ex^a demonstra que o índice mais importante é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse é o índice com que o mundo civilizado analisa o desenvolvimento de um povo. O Senador Mozarildo Cavalcanti denuncia que, nas cidades da Amazônia, não houve melhoria do IDH.

Convidamos, para usar da palavra, a última oradora inscrita, a Senadora Rosalba Ciarlini, que, com toda certeza, vai transmitir seu entusiasmo para o Rio Grande do Norte, que será a sede dos jogos da Copa do Mundo.

Queria acrescentar que os Senadores Garibaldi Alves e José Agripino já manifestaram todo o entusiasmo. Agora, eu queria comunicar que, com certeza, V. Ex^a é que vai dar o pontapé inicial, porque, em 2014, V. Ex^a já deverá governar o Estado do Rio Grande do Norte. Esse é o desejo que sinto, quando encontro cada rio-grandense-do-norte por aí.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Mão Santa, muito obrigada pela forma sempre muito amável com que nos recebe. Queria, inclusive, agradecer a V. Ex^a ter-nos dado este espaço já como última oradora.

Infelizmente, só agora, cheguei a Brasília e não pude estar aqui no momento em que os Senadores José Agripino e Garibaldi Alves, felizes com certeza, diziam dessa nossa vitória. Na realidade, foi uma grande vitória. Eu não poderia deixar de expressar, para todo o Brasil, para esta Casa, para todos os que nos assistem, nossa alegria, Sr. Presidente, Senador Mão Santa. Fiquei muito emocionada. Naquela hora, todos estavam de olho na telinha, de mãos dadas, fazendo figa, confiantes, e, de repente, aparece o nome de Natal. Realmente, foi uma emoção muito grande, porque era muito importante que Natal ganhasse essa oportunidade. Isso vai representar muito para a cidade. Temos um potencial turístico imenso, e essa vai ser uma forma de Natal ser, cada vez mais, divulgada, conhecida.

Sei que vai haver muito trabalho pela frente até 2014; há muito que ainda precisa ser feito em termos de infraestrutura, de urbanização. Enfim, são muitas as ações para estruturar o próprio espaço onde vão acontecer as competições. Mas, realmente, isso foi algo muito bom. Foi um gol de placa para a cidade de Natal.

Houve aquela vibração na praia, ao lado da Prefeitura, ao lado do Senador Agripino. O povo, animado, estava vibrando. Não só Natal, mas todo o Rio Grande do Norte estava torcendo por isso. Estávamos ali espe-

rando ansiosos por esse anúncio. Foi um momento em que políticos, empresários, todo o povo, enfim, estava unido num só pensamento. Graças a Deus, conseguimos colocar Natal no circuito da Copa do Mundo!

Fico imaginando quantos milhares de pessoas, hoje, de qualquer recanto do mundo, depois do anúncio das cidades do Brasil onde vai haver jogos da Copa, já abriram o Google, para saberem um pouco mais sobre Natal. Sabemos que não é só no Brasil que o futebol é a modalidade esportiva mais querida. Em muitos países, realmente, o futebol arrasta multidões. E esperamos que o futebol traga para aqui muitos turistas, que devem ser bem recebidos.

Natal é uma cidade linda, onde há praias maravilhosas e um povo que sabe receber bem. É um povo alegre, amável. Essa é uma oportunidade que nós, do Rio Grande do Norte, não podemos desperdiçar. É uma oportunidade que dará condições ao crescimento não somente de Natal e da grande Natal, mas também do Rio Grande do Norte como um todo. Isso propiciará desenvolvimento, geração de emprego e renda, o que já deverá acontecer com o início das obras – inúmeras deverão ser realizadas.

Vamos ficar não só torcendo para que tudo dê certo, mas também acompanhando e fiscalizando, vigilantes, no sentido de que, realmente, essa seja uma oportunidade de ouro para Natal, para o seu povo, para a nossa gente, para o nosso Rio Grande do Norte.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não, Senador Crivella. Será um grande prazer ouvir V. Ex^a.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senadora Rosalba, eu não poderia deixar de festejar com V. Ex^a esse momento de extravasamento das suas emoções, primeiro por que sou testemunha do seu trabalho devotado, do seu amor à sua terra, a cada momento. São dias, semanas, meses e anos, defendendo os interesses do seu povo, do seu Estado, da sua região. V. Ex^a está trazendo para o Senado Federal não só todas as delicadezas, vamos dizer assim, da alma feminina do seu Estado, como também a pujança, a força da mulher natalense. Natal será conhecida pela beleza, da qual V. Ex^a também é representante legítima. A Miss Mundo vai ser de Natal; a mulher mais linda do mundo será eleita, e a Miss Brasil é potiguar, da terra da Senadora Rosalba. O mundo inteiro verá como aquela cidade, iluminada, festiva, vai receber os turistas, que virão em profusão, e vai celebrar, não só nos estádios, mas pelas ruas, as vitórias do time brasileiro. Natal vai sofrer um processo de modernização extraordinário. O povo todo estará muito motivado. Natal,

Salvador, Fortaleza, Manaus, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre foram as cidades escolhidas, e, sem sombra de dúvida, entre todas elas, Natal será aquela que vai mostrar o maior contraste nas transformações urbanas para esse grande evento. Então, quero dizer a V. Ex^a que também estou muito feliz pelos meus amigos, pelos parentes que tenho lá, pelo povo da minha igreja, por todos. Parabênz V. Ex^a, num dia triste, porque estamos amargurando esse desaparecimento de um avião da Air France, em que havia vários brasileiros. Hoje, eu e Mão Santa estávamos amargurando as catástrofes no Piauí, mas nem tudo são lágrimas, nem tudo são tristezas. Há também esse lado para comemorar, que é a alegria do seu povo, da sua terra, da sua gente, com essa vitória extraordinária. Parabéns a V. Ex^a!

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador Crivella. V. Ex^a, com suas palavras, deixa-nos ainda mais entusiasmados com esse momento que a cidade de Natal, que o nosso Estado viverá.

Meu Estado sempre o defendi, e V. Ex^a o disse com muita propriedade. Vim aqui para defender meu Estado. O povo do Rio Grande do Norte me escolheu como sua Senadora. Fui a primeira Senadora, e foi uma grande honra representar meu Estado como a primeira mulher no Senado. Vim aqui com o compromisso de defender as questões do Brasil e as questões do meu Estado, como V. Ex^a também faz. V. Ex^a defende as questões do seu Estado, sem se esquecer jamais do Brasil como um todo. E é exatamente esse Brasil que queremos que se desenvolva por igual.

Natal foi a surpresa final na escolha das cidades da Copa. Talvez, seja a menor cidade de todas as escolhidas, mas, com certeza, é a mais iluminada. O sol ilumina suas belezas. Nós a chamamos de “Capital do sol”. É uma capital que, com certeza, vai representar muito para a Copa.

Chamam-me até de bairrista. Bairrista é aquele que defende muito seu Estado, seu cantinho. Realmente, eu o defendo. Tenho um amor muito grande pelo meu Estado. Quero ver aquele Estado crescer, progredir, desenvolver-se e vejo que esta é uma oportunidade diferente, para que ele possa, realmente, por meio dessa janela aberta para o mundo, cada vez mais, atrair o turista. O turismo é algo que já existe na Capital. Vemos, no interior, muitas vocações, muitas belezas, muitas regiões que podem também se desenvolver. Que, nesta oportunidade, por meio de Natal, possamos também promover outras cidades, outras regiões, outras belezas, enfim, tudo que há no nosso Estado e, principalmente, nosso povo, que é um povo bom, generoso, muito forte, de muita garra, de muita

raça, que sabe ser solidário! Juntos, trabalharemos para desenvolver nosso Estado, sendo mais justo e mais solidário.

Para finalizar, Senador Mão Santa, hoje também, apesar da nossa alegria, não podemos deixar de nos solidarizarmos com seu Estado. Foi muito triste o que aconteceu, essa enchente. A inundação provocada pela queda da barragem trouxe uma destruição muito grande. Nós, como nordestinos, sabemos o que representa uma cheia. Também meu Estado já viveu momentos como esse. Agora, houve uma cheia, que não foi tão grave, mas, em outros anos, houve cheias muito fortes. Mas, no Estado de vocês, houve uma catástrofe, vidas se perderam, e isso poderia ter sido até evitado. Infelizmente, por pressa, por falta até de uma avaliação mais detalhada do momento, da questão, as pessoas voltaram para ali, e, infelizmente, muitas perderam suas vidas por estarem ali naquele momento em que a barragem não suportou a força das águas.

Queremos também nos referir ao fato muito triste da queda do avião. Até agora, não há notícia do avião, onde havia muitos brasileiros de todos os recantos do nosso País. Nesse sentido, queremos também nos solidarizar por essa angústia por que passam dezenas, centenas de pessoas, milhares até, que são ligadas a essas pessoas que estavam naquele avião, desaparecido ontem à noite do radar e do qual, até agora, não se tem notícia. Realmente, a expectativa é a pior possível, é claro, mas queremos aqui deixar nossa solidariedade.

Para finalizar, Senador Mão Santa – quero, inclusive, agradecer-lhe, mais uma vez, esses minutos que V. Ex^a nos concedeu –, quero dizer que, nesse fim de semana, na sexta-feira, tive a oportunidade de ir à cidade de Sítio Novo, na região do Trairi, onde visitamos uma obra que está sendo realizada com os recursos que destinei, exatamente a pavimentação do acesso que leva a cidade de Sítio Novo à serra da Tapuia, um acesso importante. Os momentos em que estive ali foram bons, porque pude verificar *in loco* a obra sendo realizada, ao lado da Prefeita Wanira, ao lado de muitas lideranças da região, como o Giovanni, como ex-Prefeitos e Vereadores. Pude também sentir a importância daquela obra pela movimentação de pessoas. Coincidentemente, eram 11h, e havia uma movimentação intensa de pessoas, que iam e vinham por uma estrada que não tinha as mínimas condições de tráfego e que agora vai melhorar muito graças ao nosso trabalho, no qual destinamos recursos à cidade para realizar essa obra.

Depois, tive a oportunidade, continuando a viajar pelo interior, de chegar a Pau dos Ferros, onde, ao lado do Prefeito Leonardo Rêgo e ao lado de Vereadores,

fomos visitar algumas obras, algumas ações que estão sendo realizadas. Também fomos à praça de eventos, para ver a finalização daquela obra, importante para o desenvolvimento da cidade de Pau dos Ferros, importante para a realização dos eventos, das feiras, dos encontros culturais que promovem e desenvolvem aquela região. Aquele complexo da praça de eventos foi uma obra para a qual também pude contribuir com trabalho, conseguindo recursos federais, fazendo a urbanização das ruas em torno da praça.

Fiquei muito feliz com a movimentação, que está sendo de grande utilidade para a cidade. A praça tem sido utilizada também para *cooper*, para encontros de jovens, para as mais diversas atividades físicas que trazem benefícios à população.

Tive oportunidade também de subir a serra, de ir até Porto Alegre e de fazer uma visita também ao Prefeito. Discutimos sobre as questões da cidade de Porto Alegre, que é uma cidade turística. Conheci o mirante daquela cidade serrana, algo que realmente nos deixou muito felizes e encantados com a beleza da região.

Já no sábado, na cidade de Patu, estivemos num encontro, podemos dizer assim, praticamente regional de todo o médio oeste, numa formatura. Tive a honra de ser a paraninfa geral da formatura, na Universidade Regional do Rio Grande do Norte. Eram seis turmas, entre pedagogos, matemáticos e outros; várias turmas estavam terminando seus cursos. Havia pessoas de todas as cidades da região. Os Prefeitos estavam presentes. Foi um momento marcante na vida dos que estavam recebendo seus diplomas e na vida dos seus familiares, dos seus pais, dos seus amigos. Com certeza, agora, mais preparados, estarão com melhores condições para enfrentar os desafios da vida, sem jamais se esquecerem de que a interiorização da Universidade Regional do Rio Grande do Norte foi um passo importante para a transformação daquela região. Aqueles que tiveram a oportunidade de ter seu diploma jamais devem se esquecer do seu compromisso social e de que, pelo caminho do conhecimento, podem contribuir para melhorar, cada vez mais, a vida dos seus irmãos norte-rio-grandenses, para que, assim, possa haver uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais fraterna.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Espero não ter abusado da sua bondade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Senadora Rosalba Ciarlini externou a emoção e a satisfação do Rio Grande do Norte, que ela representa com tanta força e amor, por participar da Copa em 2014.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Marcelo Crivella, do PRB do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da **TV Senado** e senhores ouvintes da Rádio Senado, venho à tribuna hoje externar, em meu nome e em nome do meu Partido, o PRB, Partido Republicano Brasileiro, os votos de pesar, do mais profundo pesar, às famílias dos passageiros do voo da Air France que, segundo aviso da companhia, caiu no Oceano Atlântico.

Sr. Presidente, hoje o dia amanheceu triste. Os brasileiros, já pela manhã, receberam a notícia, em todos os canais das emissoras de televisão, de que um voo com 216 passageiros havia sumido, não havia se comunicado durante a madrugada e também não havia pousado na França.

Entre os passageiros, há notícias, Sr. Presidente, de que está Erich Heine, presidente do conselho de administração da ThyssenKrupp, no empreendimento da Companhia Siderúrgica do Atlântico, maior siderúrgica em construção no País e no meu Estado, o Rio de Janeiro. Era um alemão que amava o Brasil, que trouxe pra cá bilhões de investimentos e que, faticamente, estava nesse voo.

Luiz Roberto Anastácio, presidente da Michelin para a América do Sul; Antonio Gueiros, diretor de informática da Michelin; também Christin, funcionária da Michelin na França. Quero apresentar aos seus diretores, aos milhares de funcionários, em meu nome e em nome do Partido, os meus mais profundos votos de pesar. Também a todos os milhares de funcionários da CSA, da Companhia Siderúrgica do Atlântico, e a seus diretores, por esse acidente e pela perda de Erich Heine.

Luís Cláudio Alves de Monlevad, conhecido como Lucas, 48 anos, da área de qualidade da unidade Barra Mansa da empresa Saint Gobain; Adriana Francisco Sluijs, 40 anos, jornalista da Petrobras. Nessa segunda de manhã, já havia mensagens de condolências em seu Orkut, e a primeira mensagem dizia:

Prezados amigos da Adriana, é com imensa tristeza que venho aqui comunicar que nossa querida amiga Adriana nos deixou. Ela estava presente no voo da Air France que desapareceu no oceano. Adri, o mundo ficará muito mais triste sem você, [diz a mensagem].

Juliana Ferreira Braga de Aquino, 29 anos, cantora aqui da Capital. Ela faria uma conexão em Paris para voar à Alemanha, onde morava há seis anos. A jovem chegou a ligar para o pai, que mora aqui em

Brasília, de dentro do avião, antes da decolagem no Rio de Janeiro. Disse que estava tudo bem. O pai da Juliana passou parte da manhã no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, tentando conseguir mais informações.

Roberto Corrêa Chem, cirurgião plástico, diretor do Banco de Peles e chefe do Serviço de Cirurgia Plástica da Santa Casa de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; Vera Chem, mulher dele; Letícia Chem, a filha. Veja, Sr. Presidente, que tristeza: o pai, a mãe, a filha, a família inteira; ela, gerente de *roaming* internacional da operadora Oi.

A Deise Possamai, catarinense, 34 anos, fiscal de tributo da Prefeitura. Era natural de Nova Veneza, no sul de Santa Catarina, mas morava em Criciúma. Despediu-se do pai, da mãe e deixa amigos e familiares muito tristes.

Marcelo Parente, este do Rio de Janeiro, chefe do gabinete do Prefeito Eduardo Paes, uma liderança na política do Rio, também perdemos.

Leonardo Veloso Dardengo, capixaba, oceanógrafo, doutorando da Universidade Federal do Rio de Janeiro, seguia para Paris, onde faria um curso de doutorado na cidade de Toulouse.

Perdemos também, Sr. Presidente, um dos descendentes de Dom Pedro II, da família de Orleans e Bragança, Pedro Luiz de Orleans e Bragança. Jovem, 26 anos, estava também no voo da Air France.

Rino Zandonai; Giambattista Lenzi; Luigi Zortea. Esses são os nomes, Sr. Presidente, que constam no noticiário.

Silvio Barbato...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – ... maestro, ex-regente titular da Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. José Ronnel Amorim, que estava em visita, dentista. Ísis, que é a esposa dele; Bianca Machado Cotta, recém-formada em medicina, viajava em lua-de-mel com o marido, Carlos Eduardo Macário de Melo. Ela é de uma família de juristas de Niterói, neta do desembargador Eneas Cotta e sobrinha da desembargadora Renata Cotta. Estavam em lua-de-mel. Hilton Jadir Silveira de Souza, engenheiro da Petrobras, natural de Montes Claros, ia para a Alemanha a trabalho. João Marques da Silva Filho, funcionário do estaleiro Atlântico Sul; José Roberto Gomes da Silva, professor de IAG da escola de Negócios da PUC; Otávio Augusto Antunes, professor do Instituto de Química da UFRJ; Izabela Maria Furtado Kestler, do Departamento de Letras Anglo-Germânicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, a perda, portanto, é inestimável, não só pelas vidas ceifadas como pelo extraordinário trabalho que esses brasileiros prestavam ao País e às comunidades e às suas empresas. Não teríamos um nome melhor entre os líderes, entre os nomes tutelares da pátria para nos representar a todos nesse momento junto às famílias para expressar o sentimento de pesar que hoje corre por toda a Nação brasileira. Em cada casa, em cada lar, há, tenho certeza, na alma do nosso povo, uma lágrima de saudade, um voto de pesar e de tristeza em cada coração. Não havia ninguém melhor para nos representar senão o nosso Vice-Presidente, José Alencar Gomes da Silva, que viajou para o Rio de Janeiro, representando a si mesmo e também ao povo brasileiro, ao nosso Partido, PRB, ao Governo, para expressar a essas famílias o mais profundo pesar de todos nós brasileiros.

Lamentamos profundamente essas perdas e pedimos a Deus, em nossas orações, para que as famílias tenham forças para suportar este momento difícil.

Está no Rio, no Galeão, desembarcando daqui a pouco, nosso Vice-Presidente, portador, mensageiro das nossas mais profundas condolências. Sr. Presidente, neste momento em que este Senado e este Senador prestam o doloroso tributo de respeito e pêsames pelo passamento de nossos irmãos falecidos nesse voo, quero deixar consignado que espero que as investigações possam também chegar a uma conclusão, para evitar...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Para evitarmos perdas, como disse, inestimáveis, como essa que sofremos na madrugada do dia de hoje. Que as companhias e os engenheiros possam tomar providências para que isso não ocorra nunca mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência se associa à manifestação de pesar feita pelo Senador Marcelo Crivella. Ninguém melhor do que ele externa o nosso sentimento de pesar, de solidariedade e de sofrimento, uma vez que, além de Senador, ele é um pastor de Deus no nosso mundo.

Entristecidos, estamos também. Fomos informados de que um piauiense, Marcelo Parente, de famílias ilustres do Piauí, de raízes no Piauí, estava nesse voo. Então, além desse pesar que comove a Nação e o mundo, temos a perda dessa pessoa de família tradicional do Piauí que servia e trabalhava no Rio de Janeiro.

Convidamos para usar da palavra a Senadora Fátima Cleide. Ela é do PT e representa o Estado de Roraima.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – De Rondônia. Desculpe. Mas o melhor é que ela representa as professoras do Brasil.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há esse equívoco comum na sociedade brasileira, mas há uma distância entre Rondônia e Roraima. Por isso, a gente faz questão sempre de dizer da localização diferenciada.

Sr. Presidente, quero aqui, neste momento, trazer meu voto de pesar também para todas as famílias dos 58 passageiros brasileiros que estavam a bordo do voo da Air France, que infelizmente desapareceu após ultrapassar a fronteira de Fernando de Noronha.

Sr. Presidente, venho à tribuna, nesta noite de segunda-feira, para trazer uma informação lamentável, mas que julgo de muita importância para conhecimento da população de Rondônia e de todos que se preocupam com a educação de nossas crianças e jovens.

Eu teria muitas coisas a falar, Sr. Presidente, do Estado de Rondônia. Na semana passada, nós estivemos, na quinta-feira, junto com o Prefeito de Porto Velho, Roberto Sobrinho, com o Reitor do Instituto Federal de Educação Tecnológica, Sr. Jimenez, e tantas outras autoridades do Estado de Rondônia, lançando a pedra fundamental da sede do instituto, que será em Porto Velho.

Sr. Presidente, nem tudo são notícias boas.

O Governador de Rondônia, que já coleciona várias histórias na sua breve vida política, muitas delas vinculadas a páginas policiais, infelizmente, coleciona também histórias de descaso para com as pessoas do nosso Estado, para com a educação. Basta verificar que no seu Governo não há políticas públicas para a área social.

Entre tantas omissões e negligência, mais uma está em curso: a devolução até agora de R\$2.067.322,00 repassados para o transporte escolar pelo Governo Federal por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Repito, Sr. Presidente, são mais de R\$2 milhões devolvidos! É um absurdo! Muitos de nossos Prefeitos, dos 52 Municípios do Estado de Rondônia, precisam de dinheiro para atender a toda a demanda por transporte escolar. Certamente muitos deles ficarão revoltados com essa notícia! Não são poucos os que reclamam da falta de recursos para o transporte escolar, e não são poucos os que atendem a alunos da

rede estadual de ensino sem que o Governador ajude nessa tarefa.

O que está acontecendo no meu Estado de Rondônia, Sr. Presidente? O Governador simplesmente ignora o Programa Nacional de Transporte Escolar, Pnate, instituído em junho de 2004 com o objetivo de garantir o acesso e a permanência de alunos das zonas rurais nas escolas por meio de assistência financeira suplementar aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

É de responsabilidade do Estado de Rondônia transportar 22.959 estudantes que vivem na zona rural, conforme dados publicados pelo FNDE e à disposição de todos na Internet.

Todos sabem quanto é importante para nossas crianças e jovens da área rural dispor de transporte para ir à escola. Na Amazônia, onde tudo é superlativo e distante, garantir transporte aos nossos estudantes é condição vital para que não deixem de frequentar a sala de aula.

Mas parece que esse não é o pensamento do Governador. O PNATE transfere diretamente ao governo Estado e aos Municípios auxílio financeiro com base no número de alunos que essas instâncias de poder atendem. Passa o dinheiro diretamente numa conta corrente específica no período de março a novembro de cada ano.

Pois bem. Desde 2004, Sr. Presidente, não é de agora, o mesmo Governador que usa de todos os espaços na mídia local para dizer que não recebe recurso do Governo Federal, faz pouco caso dos recursos para transporte escolar: Recebe e não aplica. Aí o dinheiro é devolvido. Quando executa alguma coisa, não faz a prestação de contas em tempo hábil. Além disso, o recurso previsto para o ano seguinte sofre desconto porque o saldo que tem permanecido na conta, no ano anterior, é superior a 30% do valor repassado.

(Interrupção do som.)

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – E, aí, eu pergunto, Sr. Presidente: será que não há crianças precisando de transporte escolar nos 52 Municípios de Rondônia?

Quando eu relatei, aqui, nesta Casa, o Fundeb, uma das maiores mobilizações – o senhor deve lembrar, Senador Mão Santa – foram as dos Prefeitos em busca de recursos para o transporte escolar. Semana passada, mesmo, nós aprovamos, aqui, uma medida provisória, que trata de ampliar os recursos do Programa Nacional do Transporte Escolar.

Em nosso Estado, onde o deslocamento é feito não apenas por rodovias, hidrovias e estradas, o trans-

porte escolar é imprescindível para garantir o acesso à educação.

Com certeza, há muita criança e jovem carente precisando de transporte. Com certeza, existem mães e pais completamente abandonados, sem saber mais a quem apelar, para que seus filhos e filhas não deixem de ir à escola.

O pior de tudo, Sr. Presidente, é que o Governador teria um prazo para autorizar o FNDE a repassar para as Prefeituras os valores que deixa de executar, mas ele não o faz. Se ele não quer atender aos alunos da rede estadual de ensino, os Prefeitos podem executar essa tarefa, como já estão fazendo, aliás, com os recursos reduzidos dos impostos municipais, ou implorando ao Estado a parte que lhe cabe pela lei.

Se o Governo de Rondônia, hoje, não quer atender às nossas crianças e jovens, os Prefeitos querem. Conforme já expliquei, o Governador pode autorizar o FNDE a transferir, diretamente para os Municípios onde existem alunos da rede estadual de ensino, os recursos que, por falta de competência ou interesse, não são executados pelo próprio governo estadual.

Essa autorização está expressa no art. 9º da Resolução nº 14, de 8 de abril deste ano, do Conselho Deliberativo do FNDE. Ela define prazo para que a autorização seja formulada; o prazo expirou no dia 9 de maio sem que o Governador de Rondônia tenha se manifestado.

Para o FNDE, Rondônia tem um dos piores históricos na execução do Plano Nacional de Transporte Escolar. Faço um breve registro do que tem acontecido ano a ano no atual Governo do Estado.

No final do ano de 2004, o saldo do dinheiro repassado continuava intacto, firme e um pouco mais gordo, porque o dinheiro estava aplicado. A lei permite isso. O valor repassado, em parcelas, durante o período que já mencionei, pode ser aplicado em poupança aberta específica para o programa, ou em aplicação financeira de curto prazo. O problema, como se vê, não é a aplicação: é a não utilização do dinheiro! O ano terminou, e os recursos não foram utilizados!

Em 2005, o Governo foi punido, ou melhor, nossas crianças, que deixaram de ir à escola, foram punidas. É que a transferência prevista era de R\$608.320, mas ela foi muito menor, de apenas R\$251.488.

Em 2006, o Estado perdeu o equivalente a três parcelas, devido ao atraso na entrega da prestação de contas referente a 2005.

Em 2007, não recebeu nenhum centavo porque novamente falhou na prestação de contas, não entregando em tempo hábil.

Em 2008, como não recebeu dinheiro em 2007, não teve desconto, o que vinha acontecendo todos

os outros anos, em razão de deixar dinheiro na conta, sem gastar.

Finalmente agora, 2009, o valor previsto a que o Estado tem direito, repito, é de R\$2.355.295 milhões. É aumento significativo em relação aos anos anteriores, e isso porque houve aumento do valor *per capita* e o Programa Nacional de Transporte Escolar passa a beneficiar também alunos do ensino médio.

É lamentável que neste ano de 2009 o governo do Estado não vá receber integralmente o valor mencionado. Novamente haverá desconto, desta vez superior a R\$500 mil. E se não entregar a prestação de contas de 2008, o desconto será ainda maior.

Registro, Sr. Presidente, o esforço do Governo Federal em assistir financeiramente Estados e Municípios com o transporte escolar.

Sensível à situação de milhares de alunos da zona rural, o Governo está fortalecendo o PNATE e criou, em 2007, o Caminho da Escola, que consiste na concessão, pelo BNDES, de uma linha de crédito especial para aquisição de ônibus, micro-ônibus e embarcações para o transporte de nossas crianças.

O Prefeito de Corumbiara, Município do meu Estado, Silvino Boaventura, aproveitou o programa e já adquiriu mais de um ônibus para sua região, isso para citar um exemplo.

Quero, inclusive, Sr. Presidente, parabenizar nossos Prefeitos que já se anteciparam e apresentaram os projetos para o Caminho da Escola, os quais já estão em andamento no FNDE. Isso mostra responsabilidade e compromisso.

O PNATE, gradualmente, eleva seu orçamento. Em 2007, foram transferidos R\$292 milhões para Estados e Municípios. Em 2008, o valor passou para R\$301 milhões. E para este ano de 2009, quando passa a atender toda a educação básica, o valor chega a R\$478 milhões.

Com esses números, demonstro que o Governo Federal faz a sua parte. Ele está empenhado em melhorar a situação do transporte escolar, mas, infelizmente, não encontra, por parte de todos os Estados, a exemplo do que acontece em Rondônia, a mesma sensibilidade e cooperação.

Os Prefeitos, e não são poucos, acabam assumindo o problema. Utilizam seus recursos para atender também aos alunos que, por competência constitucional, não são de sua responsabilidade. E estão certos. Como escolher quem entra e quem não entra no ônibus, se todas são crianças e, por direito constitucional, têm a obrigatoriedade de ir à escola e utilizando o transporte público?

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a sua benevolência com relação ao tempo e digo que é um ab-

surdo o que o Governo de Rondônia faz: abandonar milhares de estudantes à própria sorte. Mais de R\$2 milhões deixam de ser investidos em nossos estudantes apenas por incompetência e politicagem.

Se ele não tem competência para executar os recursos, que autorize a transferência para as prefeituras, para que possam acabar com o sofrimento das famílias que vivem na zona rural e não sabem o que fazer ou para quem apelar para que seus filhos e filhas possam frequentar as escolas.

Sr. Presidente, este é um pronunciamento-de-núncia, mas também um pronunciamento-apelo para que o Governo do Estado de Rondônia pare de ficar apenas fazendo a sua defesa na Justiça e trate de também administrar o Estado, porque com sete anos já estamos cansados de apelar para que finalmente comece a fazer a execução das suas tarefas que são constitucionais e que outra pessoa não pode fazer a não ser o Governador do Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Gilberto Goellner quer usar a palavra? (*Pausa.*)

Ao encerrarmos esta sessão, lamentamos o caos administrativo que vive o Piauí, de tal maneira que nos últimos anos voltamos a ter os piores índices de desenvolvimento de todo o Brasil. É uma lástima isso ter ocorrido.

Além das enchentes que há um mês tivemos na capital e em cidades ribeirinhas, o sofrimento agravou-se com o rompimento do açude Algodão I, no Município de Cocal, do rio Pirangi, que vem do Ceará.

Queríamos, então, fazer um apelo a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, pois o Piauí vive um caos administrativo nunca antes vivido. Estão em greve professores, médicos e funcionários da segurança civil. Foi o caos administrativo que levou o Piauí a ter um dos piores índices de desenvolvimento na sua história, em comparação com outros Estados do Brasil.

Teve esse sofrimento pelas cheias e agora culminou com o rompimento do açude Algodão I, no Município de Cocal, do rio Pirangi, que vem do Ceará. E além de atingir Cocal, atinge também a cidade do Buriti.

Então, queremos lembrar a Sua Excelência o Presidente da República, sempre vencedor no Estado do Piauí, que muitas vezes temos nos manifestado contra medidas provisórias porque aviltam este Poder; no entanto, como Shakespeare dizia, nada é bom ou ruim, o que vale é a interpretação. Neste momento, uma medida provisória é bem-vinda e satisfaz as razões constitucionais de urgência e relevância.

Há, tramitando na Casa, no Congresso, na Câmara Federal, uma medida provisória feita anteriormente – muitas vezes a reivindicamos – que vai beneficiar dez Estados que sofreram enchentes.

Então, pediríamos, neste momento de desespero dos Municípios piauienses de Cocal e Buriti dos Lopes, que se faça uma medida provisória para eles. O Município de Cocal teve quase duas dezenas de povoados destruídos, com grandes perdas materiais. São povoados rurais que vivem da pecuária, caprinocultura e agricultura. Ali, todas as atividades estão prejudicadas, além da perda de vidas humanas, o que é irreparável.

E dois heróicos prefeitos, o de Cocal, Fernando Sales de Sousa Filho, e a de Buriti dos Lopes, Sr^a Ivana Fortes, desdobram-se para atender os sofridos por essa catástrofe.

Então, não falta amor, não falta solidariedade da população e dos dirigentes, Fernando Sales de Sousa Filho, Prefeito de Cocal, e a Prefeita Ivana Fortes, que estão acomodando os desabrigados em edifícios dos seus Municípios.

Entretanto, há necessidade de maior ação de pronto do Governo Federal, mandando os recursos. Percorremos a região, tanto de Cocal como de Buriti dos Lopes e, para chegarmos hoje ao litoral do Piauí, a Parnaíba, a Cajueiro da Praia, a Luiz Correia, a Ilha Grande e a Bom Princípio, temos que ir, ou pelo Ceará, cujas estradas estão muito ruins... Eu fiz este percurso: a estrada entre Tianguá e Granja, péssima; entre Granja e Camocim, péssima. Fiz o retorno pelo Maranhão, cujas estradas também estão muito precárias, como as do Piauí.

Então, nós pediríamos ao Presidente da República que fizesse uma reflexão, que beneficiasse esses dois Municípios com uma nova medida provisória. As preocupações do Município de Cocal e do Município de Buriti são tão grandes, que a Prefeitura Municipal de Cocal chegou a criar uma comissão de defesa e ajuda às vítimas do rompimento da barragem de Algodão. O Prefeito abriu uma conta, SOS Cocal, Agência nº 1.777-9; Conta Corrente nº 2.009-5, do Banco do Brasil, para brasileiras e brasileiros que queiram ajudar aqueles que estão em situação muito precária no Município de Cocal.

Para encerrar, temos uma notícia agradável: o Município de Matias Olímpio, importante cidade da nossa região norte, comemora aniversário de 55 anos. O dinâmico Prefeito Edísio Alves Maia, conhecido por Fogoió, além de vários Vereadores valorosos – Ezequiel, Raimundo Gomes, Marcondes, Carlinhos e outros – garantem o progresso daquela cidade.

Matias Olímpio é um Município brasileiro do Estado do Piauí, na microrregião do Baixo Parnaíba, no Norte piauiense. O padroeiro da cidade é São Miguel Arcanjo. Ele foi instalado em 1º de junho de 1954. Vários Prefeitos fizeram o desenvolvimento daquela cidade, como Francisco Maia, Bernardo Araújo Rocha, José Vaz de Aguiar, Augusto César Alves Maia – já foi Prefeito por

três vezes naquela cidade –, Antônio Rodrigues Sobrinho. O Prefeito atual é Edísio Alves Maia, o Fogoió. Reina uma grande expectativa pela capacidade de liderança empreendedora do atual Prefeito. Que Matias Olímpio receba as bênçãos de Deus no seu aniversário!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar esta sessão não deliberativa de segunda-feira, 1º de junho, iniciada às 14 horas, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14h, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 9, DE 2009 (Proveniente da Medida Provisória nº 458, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; revoga a Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 458, de 2009).

Relatora revisora: Senadora Kátia Abreu

(Sobrestando a pauta a partir de: 28-3-09)

Prazo final (prorrogado): 10-6-2009

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO **Nº 10, DE 2009**

(Proveniente da Medida Provisória nº 457, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2009, que altera e acresce dispositivos às Leis nºs 9.639, de 25 de maio de 1998, e 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, bem como dá nova redação ao art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispensar a apresentação da Certidão Negativa de Débito em caso de calamidade pública ou para recebimento de recursos para projetos sociais (proveniente da Medida Provisória nº 457, de 2009).

Relator revisor: Senador Valter Pereira

(Sobrestando a pauta a partir de: 28-3-09)

Prazo final (prorrogado): 10-6-2009

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO **Nº 11, DE 2009**

(Proveniente da Medida Provisória nº 459, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 459, de 2009).

Relator revisor: Senador Gim Argello

(Sobrestando a pauta a partir de: 10-5-09)

Prazo final prorrogado: 6-8-09

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 29, DE 2003**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer sob nº 187, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 7, DE 2008**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 42, DE 2008**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos

Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

10**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 47, DE 2008**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador César Borges, que altera a redação do art. 29-A da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.

Parecer sob nº 417, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11**SUBSTITUTIVO AO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

12**SUBSTITUTIVO AO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/1999, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 94, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

13**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 95, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2003 (nº 4.701/2004, naquela Casa), do Senador Almeida Lima, que dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos e privados.

Parecer favorável, sob nº 898, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

15**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2004 (nº 6.415/2005, naquela Casa), do Senador César Borges, que altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica.

Parecer sob nº 358, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável aos arts. 3º ao 6º, e pela rejeição dos arts. 1º e 2º do Substitutivo da Câmara, restabelecendo o art. 1º do texto originalmente aprovado pelo Senado.

16**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 1996**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1996 (nº 3.777/1997, naquela Casa), do Senador Sérgio Machado, que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor (a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem conter informações ao consumidor).

Parecer favorável, sob nº 165-A, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 1999**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 245, de 1999 (nº 3.469/2000, naquela Casa), de autoria da Senadora Emília Fernandes, que acrescenta artigos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que especifica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos arts. 75 e 77.

Parecer favorável, sob nº 1.156, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior.

18**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2000**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao projeto de lei do Senado nº 23, de 2000 (nº 4.623/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, estabelecendo critérios de transparência para a exploração de concessões públicas.

Parecer nº 778, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com adequação redacional.

19**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003 (nº 6.206/2005, naquela Casa), da Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.

Parecer favorável, sob nº 1.018, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Ideli Salvatti.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2002 (nº 1.043/99, na Casa de origem, do Deputado Dr. Hélio), que dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados.

Pareceres favoráveis, sob nºs 274 e 275, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eurípedes Camargo; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2005 (no 3.372/2000, na Casa de origem, do Deputado Osmar Serraglio), que altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências (dispõe sobre alterações no trâmite do processo de cassação de mandato do prefeito pela Câmara de Vereadores).

Parecer favorável, sob nº 400, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2005 (no 4.130/2001, na Casa de origem, do Deputado Orlando Fantazzini), que revoga o art. 60 da Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, Lei de Contraven-

ções Penais (exclui a mendicância do rol das contravenções penais).

Parecer sob nº 401, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2005 (no 3.945/2004, na Casa de origem, do Deputado Manato), que confere prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Parecer sob nº 402, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2005 (nº 1.165/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, e revoga a Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999.

Pareceres sob nºs 849 e 850, de 2008, das Comissões

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da emenda da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2006 (no 2.472/2000, na Casa de origem, da Deputada Luiza Erundina), que dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da ci-

dadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais.

Pareceres favoráveis, sob nos 403 e 404, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador César Borges; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006 (nº 5.434/2005, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Gomes), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte (determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis de educação básica).

Parecer sob nº 92, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2006 (nº 855/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Sampaio), que altera a redação do § 2º do art. 40 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (dispõe sobre a retirada dos autos para obtenção de cópias).

Parecer favorável, sob nº 150, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valter Pereira.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador

Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2007 (nº 1.333/95, na Casa de origem, do Deputado Jovair Arantes), que dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 464 e 465, de 2008, das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Marconi Perillo, com voto vencido do Senador Expedito Júnior; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2007 (nº 3.138/97, na Casa de origem, do Deputado Júlio Redeker), que altera o art. 1º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, estendendo as regras desse diploma legal a todas as empresas que venham a contratar ou transferir trabalhadores para prestar serviço no exterior.

Pareceres favoráveis, sob nºs 151 e 152, de 2009, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2007 (nº 435/2007, na Casa de origem, da Deputada Elcione Barbalho), que altera o art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (substitui a expressão: “alienada ou débil mental” por “apresenta deficiência mental”).

Parecer sob nº 300, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Wellington Salgado, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2007 (nº 400/2007, na Casa de origem, do Deputado Dagoberto), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a divulgação dos autos de infração e a cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo.

Parecer favorável, sob nº 1.066, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2008 (nº 1.343/99, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parecer sob nº 697, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH, de redação, que apresenta.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2008 (nº 1.531/2007, na Casa de origem, da Deputada Janete Capiberibe), que altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o

uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações.

Parecer favorável, sob nº 1.092, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2008 (nº 2.181/2007, na Casa de origem, do Deputado Rogério Lisboa), que dá nova redação aos arts. 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (participação do defensor público na lavratura de escrituras públicas).

Parecer favorável, sob nº 73, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

37**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2008 (nº 3.446/97, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de todo o País, e dá outras providências.

Parecer sob nº 65, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Neuto de Conto, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

38**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2008 (nº 2.379/2007, na Casa de origem, do Deputado Regis de Oliveira), que dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais.

Parecer favorável, sob nº 155, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator, Senador Expedito Júnior.

39**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 193, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008 (nº 6.238/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Rusomano), que acrescenta inciso IV ao § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de

1990 (acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para reclamações por vícios aparentes ou de fácil constatação).

Parecer sob nº 197, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gilberto Goellner, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2 – CMA, que apresenta.

40**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2009 (nº 1.933/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 304, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

41**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2009 (nº 3.350/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 305, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

42**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 269, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2008 (nº 2.376/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, celebrada em Londres, em 28 de abril de 1989.

Parecer favorável, sob nº 569, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Paulo Duque.

43**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 278, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2008 (nº 294/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, assinado em 24 de abril de 2006, na cidade de Saint George's.

Parecer favorável, sob nº 570, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Paulo Duque.

44**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 281, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2008 (nº 373/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argélia Democrática e Popular, celebrado em Argel, em 08 de fevereiro de 2006.

Parecer favorável, sob nº 571, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor.

45**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 285, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 285, de 2008 (nº 660/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, celebrado em Santiago, em 26 de abril de 2007.

Parecer favorável, sob nº 526, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

46**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 65, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2009 (nº 10/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, assinada pelo

Brasil em Nova Iorque, no dia 14 de setembro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 572, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor.

47

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 69, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2009 (nº 65/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para o Combate à Criminalidade Transnacional e outras Modalidades Delituosas, assinado em Brasília, em 12 de novembro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 573, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

48

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 70, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2009 (nº 132/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.

Parecer favorável, sob nº 574, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Paulo Duque.

49

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 71, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2009 (nº 133/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru, assinado em Nova Iorque, em 11 de maio de 2006.

Parecer favorável, sob nº 575, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Fernando Collor.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

*(Tramita nos termos dos
arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Recurso nº 7, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator ad hoc: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria da Senador Demóstenes Torres, que regula o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 566, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 3, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2007, de autoria do Senador Neuto De Conto, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para regular a cobrança de anuidades pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Pareceres sob nº 832 e 833, de 2008, e 202 e 203, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com emendas 1 a 4-CCJ, que oferece; 2º pronunciamento (sobre a emenda nº 5-Plen): favorável.

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a emenda nº 5-Plen): favorável.

55

REQUERIMENTO Nº 611, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 611, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (linhas de crédito para biodiesel).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 54 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2229 , de 2009**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 007823/09-6,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **RAIMUNDO NONATO DE BRITO**, Analista Legislativo – Segurança, Nível III, Padrão S 45, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com a vantagem prevista na Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 01 de junho de 2009.



JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2230 , de 2009**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 7.825/09-9,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **LUIZ GRANGEIRO SAMPAIO**, Técnico Legislativo – Processo Legislativo, Nível II, Padrão M 30, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, em conformidade com o Acórdão nº 2076/2005-TCU-Plenário, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 01 de junho de 2009.



JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2231 , de 2009**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta do processo nº 20.379/07-2,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 5385, de 2007, que aposentou voluntariamente com proventos integrais a servidora **MARIA DO SOCORRO ARAÚJO DE AGUIAR BASTOS**, Analista Legislativo NS 45, para excluir o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, combinado com o art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, e incluir o artigo 3º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 2005.

Senado Federal, em 01 de junho de 2009.



JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2271 , de 2009**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 8.455/09-0,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **TARCÍSIO OTÁVIO BONAVIDES MARIZ MAIA**, Analista Legislativo – Processo Legislativo, Nível III, Padrão S 45, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 01 de junho de 2009.



JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,18)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,19)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽²⁰⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(3,6,21)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(2,11,16,22)	
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17)	
PDT/PSOL ⁽⁹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
19. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
6. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PT-PR)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Francisco Dornelles (PP-RJ)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Osmar Dias (PR)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/06/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3511

Fax: 3303-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).

3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

5) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

6) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
PDT	
	1.
PTB	
	1.

7) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
Maioria (PMDB, PP)
PTB

8) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
	4.
PTB	
	1.
PDT	
	1.

9) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Maioria (PMDB, PP)

PTB

10) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)

Maioria (PMDB, PP)

PTB

Notas:

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA
CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

COMISSÃO TEMPORÁRIA (ART. 374 DO REGIMENTO INTERNO)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Tião Viana (PT)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 21.05.2009 a 18.06.2009 (art. 374, III)

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 02.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 03 a 09.07.2009 (art. 374, V)

PARECER FINAL: 10 a 16.07.2009 (art. 374, VI)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁸⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁷⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽³⁶⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³³⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁰⁾	3. João Pedro (PT) ^(11,35)
Tião Viana (PT) ⁽⁴¹⁾	4. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁹⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽⁴⁰⁾	5. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(34,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²⁹⁾	6. Expedito Júnior (PR) ^(4,28)
César Borges (PR) ⁽³²⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(60,66)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(62,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(59,64)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(58,61)
Gerson Camata (PMDB) ^(67,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ^(3,63)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁵⁵⁾	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ^(1,63)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,54,56)	5. Lobão Filho (PMDB) ^(9,53,70)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,69)	6. Paulo Duque (PMDB) ^(2,63)
VAGO ⁽⁶⁸⁾	7. VAGO ⁽⁶⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁸⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(17,42)
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁴⁴⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁹⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁰⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,43)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁵⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,47)	6. José Agripino (DEM) ^(5,51)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²³⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁶⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁴⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,22,73)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(23,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁷⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²³⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(25,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁵²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,52)
Gim Argello ⁽⁵²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁵²⁾

PDT

Osmar Dias (20)

1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
39. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
43. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PDT PSDB PMDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Flávio Arns (PT) (3,18,36)	1. Fátima Cleide (PT) (27)
Augusto Botelho (PT) (29)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (30)	3. Eduardo Suplicy (PT) (33)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (34)	5. Ideli Salvatti (PT) (26,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (31,60,62)	6. VAGO (31)
Renato Casagrande (PSB) (31,58,65)	7. José Nery (PSOL) (31,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (57,68)	1. Lobão Filho (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (9,50)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,54)	3. Valdir Raupp (PMDB) (49)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (51)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (48)
Mão Santa (PMDB) (52)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (38)	1. Heráclito Fortes (DEM) (45)
Rosalba Ciarlini (DEM) (41)	2. Jayme Campos (DEM) (43)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,39)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,44)
Raimundo Colombo (DEM) (37)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Lúcia Vânia (PSDB) (24,46)	5. Marisa Serrano (PSDB) (25,67)
Eduardo Azeredo (PSDB) (21,66)	6. João Tenório (PSDB) (22)
Papaléo Paes (PSDB) (20)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (23,42)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
21. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
22. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
27. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
31. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
42. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade, PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (3,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	2. Marisa Serrano (PSDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Flávio Arns (PT) (6)	1. Paulo Paim (PT) (7)
PMDB	
Paulo Duque (5)	1. Leomar Quintanilha (10)
PDT PTB	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (4)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
4. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (12)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,4)
Papaléo Paes (PSDB) (11)	2. João Tenório (PSDB) (2,9)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (1)	
Augusto Botelho (PT) (5)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,10)
PMDB	
Mão Santa (8)	1. Paulo Duque (3)
PDT PTB	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)	1. João Durval (PDT) (7)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa	1. Wellington Salgado de Oliveira
PDT PTB	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PT) (37,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,32)
Aloizio Mercadante (PT) (10,39)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (35)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,74)
Ideli Salvatti (PT) (37)	5. César Borges (PR) (30,52)
Exedito Júnior (PR) (31,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,38,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,64)
Almeida Lima (PMDB) (58,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (61,67)
Gilvam Borges (PMDB) (59,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (60,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (62,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,69,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,57,65)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,68)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (25,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Sérgio Guerra (PSDB) (29,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (25)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (25)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (28,73)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
32. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽³³⁾	1. João Pedro (PT) ^(1,35)
Augusto Botelho (PT) ⁽³³⁾	2. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁴⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽³³⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,31)
Paulo Paim (PT) ^(33,45,66)	4. José Nery (PSOL) ⁽³⁷⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³²⁾	5. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(36,67)
Marina Silva (PT) ⁽³⁸⁾	6. João Ribeiro (PR) ^(36,71)
Expedito Júnior (PR) ⁽³⁰⁾	7. VAGO ⁽³⁶⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁵⁹⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁶³⁾
VAGO ^(8,16,64,70)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽⁶³⁾
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁵⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁶³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁶²⁾	4. Neuto De Conto (PMDB) ⁽⁵³⁾
Gerson Camata (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁵⁶⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(5,9,55)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(15,17,57)
VAGO ^(58,65)	7. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ^(4,46)	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽³⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽⁵¹⁾	2. Kátia Abreu (DEM) ^(11,48)
Rosalba Ciarlini (DEM) ^(6,19,50)	3. Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴¹⁾	4. Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁰⁾
José Agripino (DEM) ^(13,43)	5. Eliseu Resende (DEM) ^(14,18,52)
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁴⁴⁾	6. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(2,47)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(26,68)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²³⁾	8. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(29,69)	9. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁸⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²⁵⁾	10. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²²⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ^(7,42)	1. João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾
Romeu Tuma ⁽⁴²⁾	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴²⁾
PDT	
Cristovam Buarque ⁽²⁰⁾	1. Jefferson Praia ^(10,21)

Notas:Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
27. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ç GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
40. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
42. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
53. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
VAGO ⁽⁷⁾	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA
AMAZÔNIA****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽²²⁾	1. João Pedro (PT) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽²²⁾	2. Serys Shessarenko (PT) ⁽²⁰⁾
Paulo Paim (PT) ⁽²²⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ^(11,24,30)
VAGO ^(2,23,48)	4. Marina Silva (PT) ^(24,45)
José Nery (PSOL) ⁽²¹⁾	5. Magno Malta (PR) ^(24,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(38,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁶⁾
Gerson Camata (PMDB) ⁽³³⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁵⁾
VAGO ^(40,43)	3. Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁷⁾
Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁹⁾	4. Mão Santa (PMDB) ⁽⁴²⁾
Paulo Duque (PMDB) ^(10,12,34)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ^(3,32)	1. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁷⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽²⁵⁾
Eliseu Resende (DEM) ^(4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁶⁾
VAGO ^(8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) ^(9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. VAGO ^(16,47)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁸⁾	6. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
VAGO ^(1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁸⁾
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹⁴⁾	1. Jefferson Praia ⁽¹⁵⁾

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Shesharenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shesharenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
26. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
33. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (Of. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.

45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).

46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).

47. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.

48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁰⁾	1. Flávio Arns (PT) ^(39,70)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(46,75)	2. Marina Silva (PT) ⁽³⁸⁾
João Ribeiro (PR) ^(44,71)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(45,74)
João Pedro (PT) ⁽⁴⁷⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽⁴³⁾
Tião Viana (PT) ^(42,55,68)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,41,50,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶²⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,66,73)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,61)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM) ⁽⁴⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,54)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁸⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,51)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,57)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,52)	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁵³⁾
João Tenório (PSDB) ^(33,69)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁷⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³³⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,34,72)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁵⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁶⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁹⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(32,59)	1. Cristovam Buarque ^(20,31,60)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s): 3311-3496****Fax: 3311-3546****E-mail: scomcre@senado.gov.br**

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Augusto Botelho (PT)	1. Tião Viana (PT)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (21)	1. Marina Silva (PT) (17)
Delcídio Amaral (PT) (21,32,55)	2. Paulo Paim (PT) (19,32,58)
Ideli Salvatti (PT) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (24)
Inácio Arruda (PC DO B) (18)	4. Expedito Júnior (PR) (20)
Fátima Cleide (PT) (16)	5. Eduardo Suplicy (PT) (23)
João Ribeiro (PR) (25)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (53,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,46)
Gilvam Borges (PMDB) (54)	2. Lobão Filho (PMDB) (30,51)
Paulo Duque (PMDB) (47)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PMDB) (5,9,43)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (48,56)	5. VAGO (49,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)	6. Almeida Lima (PMDB) (52,60,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (26)
Eliseu Resende (DEM) (27)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (36)	3. Adelmir Santana (DEM) (33)
Jayme Campos (DEM) (34)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (28)
Kátia Abreu (DEM) (7,35)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,31)
Mário Couto (PSDB) (41,62)	6. Cícero Lucena (PSDB) (13)
João Tenório (PSDB) (42,57)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (14,59)
Flexa Ribeiro (PSDB) (13)	8. Alvaro Dias (PSDB) (13,61)
Marconi Perillo (PSDB) (40)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
24. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
25. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
26. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
27. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
32. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

43. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²⁴⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,27)
Serys Shlessarenko (PT) ^(2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁶⁾	3. VAGO ⁽²³⁾
José Nery (PSOL) ⁽²⁵⁾	4. VAGO ⁽²³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁴⁾
Valter Pereira (PMDB) ^(1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁴⁷⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁴²⁾
Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴³⁾	4. Gerson Camata (PMDB) ^(46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽³⁰⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁹⁾
Marco Maciel (DEM) ⁽³⁶⁾	2. Jayme Campos (DEM) ⁽³⁸⁾
Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁷⁾	3. Demóstenes Torres (DEM) ^(9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) ⁽³¹⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ^(6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁸⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁹⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²¹⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁰⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello ⁽³⁵⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁵⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,15,40)	1. João Durval ^(16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽²²⁾
João Pedro (PT) ⁽²⁰⁾	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,18)
Augusto Botelho (PT) ^(19,31,49)	3. Expedito Júnior (PR) ⁽¹⁷⁾
César Borges (PR) ^(21,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) ^(23,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,11,36,44)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(41,42)
Neuto De Conto (PMDB) ^(34,48)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(40,46)
Gerson Camata (PMDB) ^(37,43)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(38,45)
Valter Pereira (PMDB) ^(47,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(35,39)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁷⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,30)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽²⁶⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³²⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁵⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,28)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,33)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁹⁾
VAGO ^(13,53)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁴⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹²⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹²⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁵⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,24)	1. Sérgio Zambiasi ^(24,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno da titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009, GLDBAG).
24. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
25. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
32. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
43. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, vago em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (20)	1. Delcídio Amaral (PT) (18)
Renato Casagrande (PSB) (22)	2. Flávio Arns (PT) (20)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,46)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,43,48)
Valdir Raupp (PMDB) (38,47)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (26)
Demóstenes Torres (DEM) (3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) (23)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (27)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,44)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (25)	1. Fernando Collor (25)
PDT	
Patrícia Saboya (13,33)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
 44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
 45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
 46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
 47. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
 48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
 49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
PTB	
	1.
PDT	
	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 03/04/2009**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.

2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB****DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTFátima Cleide (RO) ⁽¹⁾**PTB**VAGO ⁽²⁾**PDT**

Patrícia Saboya (CE)

PR

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 05/03/2009**Notas:**

1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM-PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) ¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) ¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS) ¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 28.05.2009)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Severiano Alves

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 07.05.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 166 PÁGINAS